



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 99

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de abril de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Manoel de Oliveira.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Presidente da Assembleia, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento do empresário José Damião de Almeida.](#)

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Damião de Almeida.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso (PSD);

- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Damião de Almeida.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Protesto pela não instalação da licenciatura em Ciências do Mar na cidade da Horta.](#)

O voto supracitado foi aprovado por maioria, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*) e de terem usado da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Garcia (*PSD*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Edmundo Manuel Pacheco.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Antes de entrar na Agenda da Reunião, o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*) fez uma declaração política.

Para tal usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Jorge Macedo (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

- Continuação do debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 90/X – “Recomenda ao Governo Regional que disponibilize o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra para tal as/os Sras./Srs. Deputadas/os Ana Espínola (*CDS-PP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Cecília Pavão (*PS*), João Bruto da Costa

(*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a justificação do pedido de urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima, usou da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tendo o diploma sido apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima, participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Lúcia Arruda (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Colocado à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Após a votação, os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Luís Maurício (*PSD*) pediram a palavra para declarações de voto.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, que aprova o regime](#)

[jurídico do combate à infestação por térmitas](#)”, apresentada pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Após a apresentação do diploma participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Lúcia Arruda (*BE*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Bárbara Chaves (*PS*), Luís Rendeiro (*PSD*), André Rodrigues (*PS*) e José San-Bento (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 29 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos fazer a chamada Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 09 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes serão lidos em primeiro lugar hoje os três votos de pesar que transitaram do plenário do mês de março.

Antes da leitura desses três votos lerei eu um voto de pesar pelo falecimento de Manoel de Oliveira, voto de pesar este que foi subscrito por todos os partidos com assento nesta Assembleia.

Voto de Pesar

Manoel de Oliveira notabilizou-se na sua longa e profícua vida, em Portugal e no estrangeiro, na sétima arte, deixando uma marca própria e um estilo inconfundível na realização cinematográfica.

A sua arte projetou-se além-fronteiras e a cultura de que fez eco deixou um legado ao nosso país. Mesmo que nem sempre apreciado, outras vezes criticado Manoel de Oliveira é, sem dúvida, um nome incontornável do cinema português.

Foi um apaixonado pelo desporto, pela arte da representação, mas foi na realização que se destacou e fez história: “Douro, Faina Fluvial” foi a sua estreia em 1932 como realizador, sendo este o primeiro de vários documentários com carácter etnográfico, passando para a ficção em 1942, com a adaptação ao cinema do conto “Os Meninos Milionários”.

Manoel de Oliveira conquistou um reconhecimento que o acompanhou até à sua morte e que teve início nos anos sessenta do século XX. Duas tendências distintas marcaram a sua vasta obra: a da primeira fase submetendo a realização fílmica à encenação teatral; e a mais recente de características menos densas.

Homenagens, Medalha de Ouro, Leão de Ouro, menções especiais vieram da Itália, da França, do Japão e dos Estados Unidos. Em Portugal atribuíram-lhe os Prémios Carreira e o de Melhor Realizador.

Este artista, Manoel Cândido Pinto de Oliveira de seu nome, conhecido respeitosamente como o Mestre pelo seu saber, nasceu em 11 de dezembro de 1908 e faleceu em 2 de abril de 2015, aos 106 anos de idade, ativo como era seu desejo. Em 1982 fez um documentário autobiográfico de confissões e memórias, cuja apresentação pública foi pelo próprio concedida só após a sua morte.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores presta tributo à memória de Manoel de Oliveira e propõe dar conhecimento deste voto à sua família, à Presidência da República e à Assembleia da República, bem como à Sociedade Portuguesa de Autores e ao Instituto de Cinema e do Audiovisual, IP.

Horta, sala das sessões, 15 de abril de 2015.

Os Líderes Parlamentares, *Berto Messias, Duarte Freitas, Artur Lima, Lúcia Arruda, Aníbal Pires e Paulo Estêvão*

Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apresentação do voto de pesar referente ao falecimento de José Damião de Almeida apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu José Damião de Almeida

No passado dia 15 de fevereiro, faleceu José Damião de Almeida, reconhecido como o maior empresário da Ilha de São Jorge, um dos mais importantes empresários dos Açores, que muito contribuiu para o desenvolvimento e modernização económica da Ilha de São Jorge e dos Açores.

Nascido a 30 de agosto de 1944, natural da Freguesia de São Cosmado, Concelho de Armamar, distrito de Viseu, chegou a São Jorge em 1975, terra da sua esposa, Maria Silveira Azevedo Almeida, mãe dos seus dois filhos. Na família e amigos encontrou sempre a força e a estabilidade necessária para uma atividade económica dinâmica, inovadora e inconformada que lhe permitiu durante mais de três décadas a construção do seu grupo empresarial Almeida & Azevedo.

O seu sentido de oportunidade, a sua tenacidade, a sua ousadia, a sua audácia, são características da sua personalidade que o tornam num exemplo de empreendedorismo a seguir e que lhe permitiu enfrentar os desafios e ameaças da nossa realidade insular e transforma-los em oportunidades e vantagens. Em oportunidades de negócio, em oportunidades de criação de postos de trabalho, em oportunidades de criação de mercado interno, em oportunidade de desenvolvimento do seu grupo económico, mas também da sociedade onde se insere.

O seu sucesso empresarial e individual nunca o afastou dos seus princípios, das pessoas, nem da realidade social da Ilha onde decidiu viver, o que se refletiu em inúmeras ajudas e contribuições para as nossas organizações e instituições, sejam elas desportivas, sociais ou culturais.

“Os dias que me deixam satisfeito, são os dias em que os meus amigos me acompanham”, afirmou José Damião de Almeida no dia da inauguração do seu último investimento na Ilha de São Jorge.

Essa proximidade com a realidade, com as pessoas, conciliada com a sua lucidez empresarial, foi claramente o que lhe possibilitou construir um grupo económico de sucesso, ativo em diversos setores de atividades, nomeadamente na distribuição e comércio alimentar, comércio de materiais de construção, hotelaria, rent-a-car, agência de viagens, distribuição de combustíveis, venda e reparação de automóveis, que foram sempre associados e precedidos de importantes investimentos que permitiram sempre a modernização das infraestruturas e a evolução da prestação de serviços aos seus clientes.

Temos também de referir o papel preponderante que desempenhou na evolução do transporte marítimo na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no transporte de passageiros no grupo central, onde promoveu uma melhor eficiência e regularidade do transporte de passageiros.

A sua capacidade de intervenção na sociedade jorgense levou a que também tenha tido uma participação política, nomeadamente com a participação nas Eleições Autárquicas de 2001, como candidato pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Velas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja à sua família que encontre a motivação necessária para prosseguir com o trabalho realizado nas últimas três décadas pelo Pai, Amigo e Empresário José Damião de Almeida, no desenvolvimento económico da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 12 de março de 2015, emita o seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do empresário José Damião de Almeida.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia Municipal de Velas, ao Núcleo Empresarial de São Jorge e à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Horta, 15 de abril de 2015.

Os Deputados Regionais, *André Rodrigues, Rogério Veiros, Berto Messias e Miguel Costa*

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, também referente ao falecimento de José Damião de Almeida, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de José Damião de Almeida

O sonho de uma vida melhor, levou-o a emigrar para terras de África, ignorando que o seu sonho se concretizaria na ilha de São Jorge.

O empresário José Damião de Almeida faleceu no passado dia 15 de fevereiro, vítima de doença prolongada.

Natural de São Cosmado conselho de Armamar, chegou a São Jorge em 1975, na sequência do processo de descolonização de África.

De pequena estatura, com uma energia persistente de triunfar na vida, e com um grande sorriso no rosto, dizia que tinha chegado à ilha com apenas trinta contos no bolso.

Com espírito empreendedor, como a maioria dos então chamados “retornados” aventurou-se inicialmente com uma pequena oficina de venda e reparação de viaturas. Pouco a pouco foi alargando e diversificando a sua atividade empresarial, transformando-se num dos maiores empregadores da ilha.

O seu sentido empreendedor levou-o a alargar os seus negócios as vizinhas ilhas do Pico e Faial, criando dezenas de postos de trabalho, e gerando economia nestas ilhas.

Enquanto sócio maioritário da Transmaçor, adquiriu dois barcos “catamarans” rápidos e estabeleceu uma rede de ligações marítimas no grupo central, unindo as cinco ilhas com carreiras regulares. Feito este, que jamais alguma empresa pública de transporte tinha conseguido prestar. Mesmo com prejuízos económicos para a sua empresa, ele não abdicou de prestar um serviço tão necessário para o desenvolvimento do grupo central e nomeadamente o Triângulo.

As suas várias empresas com principal incidência no Turismo e ramo alimentar, vieram proporcionar um variado leque de escolha de produtos às populações das ilhas do Triângulo.

Cidadão atento e responsável, preocupado com a vida social e económica da sua ilha foi benemérito nos mais variados projetos da sociedade, apoiou e a muitos ajudou, com um sentido humanitário e a humildade que sempre o acompanhou. Desempenhou funções de direção em diferentes entidades da comunidade local. Foi agraciado com a Medalha de prata do Município das Velas pela qualidade da sua intervenção cívica e empresarial.

Recordando quem tanto contribuiu para o desenvolvimento das ilhas do Triângulo, é de toda a justiça que prestamos esta homenagem ao empresário, ao homem, e ao pai de família.

Assim nos termos estatutários e regimentais os deputados abaixo assinados propõem, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação deste voto de pesar e que do mesmo seja dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 14 de abril de 2015

Os Deputados Regionais, *António Ventura, António Marinho, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de pesar referente ao falecimento de José Damião de Almeida é do CDS-PP.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

José Damião de Almeida

Faleceu, no passado dia 15 de fevereiro, vítima de doença prolongada, o empresário José Damião de Almeida.

Não sendo natural da ilha de São Jorge, José Damião de Almeida aportou aquela ilha no ido ano de 1975, na sequência do processo de descolonização das antigas colónias portuguesas, onde conheceu aquela que viria a ser a sua

companheira de uma vida, Maria Silveira Azevedo Almeida, tendo então casado e fixado a sua residência no Concelho das Velas.

José Damião de Almeida, era natural de São Cosmado, concelho de Armamar.

O seu espírito empreendedor, a sua dinâmica empresarial e a sua visão de futuro levou-o a desenvolver vastos e valiosos investimentos na Região, em particular na ilha de São Jorge, tendo-se transformado num dos maiores empregadores da ilha.

Com o passar dos anos, nos mais diversos ramos de atividade, mas com particular incidência nos sectores do turismo e transportes, José Damião de Almeida foi ganhando estatuto e notoriedade regional. Da ilha de São Jorge geriu diferentes negócios, que se espelharam às vizinhas ilhas do Pico e do Faial, dando sustento a dezenas e dezenas de agregados familiares nesta Região. O seu elevado sentido empreendedor levou-o a construir um grupo empresarial de sucesso, que emprega mais de uma centena e meia de funcionários e colaboradores, de forma direta.

A ele, entre outros casos de verdadeiro sucesso, se deve o regular sistema de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas de São Jorge, Pico e Faial, tendo, por esta via, contribuído decisivamente para combater o isolamento da ilha de São Jorge, bem como aproximar os Açorianos do “Triângulo”.

Concomitantemente, José Damião de Almeida foi um benemérito: através da sua atividade económica apoiou e ajudou, de forma desinteressada, a sociedade Jorgense, nos mais variados projetos de índole social e religiosa.

No âmbito social e político chegou a desempenhar funções de direção em diferentes entidades e organismos da comunidade local, tendo, inclusivamente, sido eleito membro da Assembleia Municipal das Velas.

Pela qualidade da sua intervenção cívica e empresarial, em prol do desenvolvimento desta Ilha, foi agraciado com a Medalha de Prata do Município das Velas.

Paralelamente às facetas social e económica, José Damião de Almeida era um patriarca reconhecido pela sua dedicação especial à família, deixando, com esta sua partida aos 70 anos de idade, viúva Maria Silveira Azevedo Almeida e seus filhos Sandro José Azevedo Almeida e Elisabete Maria Azevedo Almeida.

José Damião de Almeida transformou-se, assim, num cidadão ilustre e com reputada e respeitada imagem na sociedade Jorgense, em particular, e na sociedade Açoriana, em geral.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome de São Jorge e dos Jorgenses, importa perpetuar a memória de José Damião de Almeida, prestando-lhe o enaltecimento público e a reconhecida gratidão, através desta singela, mas justa homenagem.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Damião de Almeida.

Deste voto deve ser dado conhecimento à família e às Câmaras e Assembleias Municipais das Velas e da Calheta.

Os Deputados Regionais, Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Penso também não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos apresentados a esta reunião plenária.

O primeiro é um voto de congratulação apresentado pelo PSD referente aos 250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Todos os anos, há mais de três séculos, Ponta Delgada organiza a maior festa religiosa dos Açores. E todos os anos, há um quarto de milénio, a sua organização é confiada a uma mesma entidade – a Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Foi esta Irmandade oficialmente fundada há 250 anos, a 21 de abril de 1765, com a aprovação dos seus primeiros Estatutos, por iniciativa do Comandante Geral da Ilha de São Miguel, sargento-mor António Borges Bettencourt.

Já então a procissão contava 65 anos e o culto era ainda mais antigo.

A sua origem remonta ao século XVI, com a Imagem do “Ecce Homo” oferecida pelo Papa às religiosas do Convento da Caloura, em Vale de Cabaços, que depois se transferiram para o Mosteiro da Esperança, em Ponta Delgada.

Corria o ano de 1700 quando a ilha de S. Miguel foi abalada por fortes e repetidos tremores de terra, que levaram a Mesa da Misericórdia a transportar a Imagem do Senhor pelas ruas da cidade, no dia 11 de abril, pedindo e conseguindo a rendição das forças da Natureza.

Em sinal de reconhecimento e para garantir continuidade, foi mais tarde instituída uma Irmandade encarregue de celebrar todos os anos a procissão que era entretanto dificilmente mantida por iniciativa de Madre Teresa da Anunciada.

Há 250 anos, como hoje, competia-lhe organizar a festa exterior em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, modernamente com mudança da imagem,

missa campal, iluminação decorativa e arraial popular, para além da que é considerada a maior procissão do país.

Formalmente, é esta Irmandade uma associação de fiéis, de fins não lucrativos, constituída na ordem jurídica canónica, sedeadada no Convento da Esperança, reconhecida como instituição particular de solidariedade social.

Tem por objeto praticar a solidariedade, especialmente no apoio à família, e realizar atos de culto ao Senhor Santo Cristo, ainda hoje, como há 250 anos.

A sua finalidade estatutária é a nossa causa, o seu percurso histórico é o nosso orgulho, o seu trabalho anual a todos importa, a sua comemoração atual a todos convoca.

Merece e conhece o agradecimento popular e oficial dos açorianos, que é indistintamente destinado a todos os Irmãos das sucessivas gerações e que é especialmente dirigido ao atual presidente da Assembleia Geral, Eng. António Costa Santos, e ao novo provedor da Mesa da Irmandade, Dr. Carlos Faria e Maia.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres**, do qual deve ser dado conhecimento formal à própria Irmandade, ao Santuário da Esperança, ao Município de Ponta Delgada e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 15 de abril de 2015

Os Deputados Regionais, *António Ventura, António Marinho, Luís Garcia, José Andrade e Bruno Belo.*

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, como aqui foi referido, tem feito um notável trabalho nos últimos cerca de 300 anos e é um trabalho notável não só do ponto de vista puramente religioso e profano (uma vez que são umas festas também profanas), mas também um trabalho muito importante do ponto de vista da evangelização da população açoriana, em especial da população de São Miguel, onde tem dado um grande contributo para o crescimento do culto. Um culto que se alarga a todas as ilhas dos Açores e que de resto é uma característica comum destas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres como outras festas que se realizam nos Açores. São umas festas muito acarinhadas pela população e que tem a componente especial de ligar a componente profana à componente religiosa.

Temos, de resto, em outras ilhas festas importantíssimas (não desta magnitude e grandeza, mas também importantíssimas tendo em atenção a dimensão da sociedade onde se inserem) como é o Senhor Bom Jesus do Pico, em São Mateus, a festa de Nossa Senhora de Guadalupe, na Terceira, e muito importante igualmente e envolvendo muita gente, a festa da Serreta e as romarias que se realizam à Serreta e que envolvem centenas ou mesmo milhares de pessoas e que chamam atenção para a profunda religiosidade do nosso povo que de resto tem sido reconhecida pela sociedade em geral, que tem apoiado e acarinhado essa mesma religiosidade.

Normalmente essas instituições dedicam-se também e paralelamente a outras atividades de carácter social não menos importantes e que ajudam as populações mais desfavorecidas.

Por tudo isto, pelo significado, pela importância, pelas atividades que desenvolvem, essas instituições merecem o nosso apoio e subscrevemos na íntegra o voto de congratulação apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade em nome do Grupo Parlamentar do PSD sobre estes 250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres e associamo-nos a ele com muito gosto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de protesto e é apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O reitor da Universidade dos Açores anunciou recentemente que a criação da licenciatura em Ciências do Mar seria sediada em Ponta Delgada.

A existência desta licenciatura na Universidade dos Açores é importante. Se a atividade económica ligada ao mar é, já hoje, muito relevante, a sua importância será reforçada com a abertura e o reforço de novas valências económicas.

Argumenta o meritíssimo reitor que a opção por Ponta Delgada, em detrimento da cidade da Horta, tem por base as várias insuficiências de infraestruturas nesta cidade, mas principalmente o pequeno número de doutorados/as existentes na Horta.

A lógica que subjaz a esta decisão, se pode ser compreensível por razões económicas internas à própria Universidade dos Açores e ao contexto orçamental de cortes sucessivos do Governo da República no ensino e em particular no Ensino Superior, não é compreensível em termos de

desenvolvimento harmonioso e sustentável da Região, para o qual os poderes públicos e as instituições públicas devem ter esforços conjugados.

Concentrar meios e equipamentos onde já existem mais meios e equipamentos leva à desertificação dos territórios não contemplados, e a investimentos cada vez mais pesados nos territórios que se tornam mais atrativos para migrações internas ou externas, sendo, por este motivo, bastante discutível a poupança no quadro mais global das finanças públicas.

Para além dos fatores de coesão regional, a expectativa há muito criada de que esta licenciatura seria aberta no polo da Horta da Universidade dos Açores, por razões históricas e pela existência do Departamento de Oceanografia e Pescas, sai frustrada com esta decisão. Uma frustração que, sendo mais evidente na ilha do Faial, é também extensível às demais ilhas do Triângulo.

Como é evidente, não está em causa qualquer intromissão na autonomia da Universidade dos Açores, mas tão só a análise de uma decisão de uma entidade pública que tem repercussões na vida das pessoas, e, como tal, passível de análise crítica.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, tendo em conta estes pressupostos, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um voto de protesto pela não instalação da licenciatura em Ciências do Mar na cidade da Horta.

Propõe-se, ainda, que deste voto seja dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta, ao Reitor da Universidade dos Açores, ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, e ao Concelho de ilha do Faial.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores,

Lúcia Arruda

Horta, 15 de abril de 2015

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só gostaria de congratular a Sra. Deputada Lúcia Arruda por este voto de protesto e fazer uma pequena sugestão.

Sugeria-lhe que também desse a conhecer à Escola do Mar, porque já tem endereço postal há três anos, ordenados pagos e provavelmente também gostarão de saber desta decisão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Agradeço que se inscreva, quem queira participar neste debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, pela Representação do Bloco de Esquerda, e não posso deixar de considerar que a universidade está a seguir o exemplo que o Governo Regional tem vindo a fazer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... na concentração e na tomada de medidas centralistas, de maior carácter centralista da história da nossa autonomia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: ... ao concentrar os transportes aéreos em São Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, a Universidade dos Açores, embora nós não tenhamos que estar a interferir no funcionamento da universidade, mas a verdade é que está a tomar mais uma medida de centralismo, de concentração de atividade numa única ilha, esquecendo-se de uma coisa que é importantíssima, que é a coesão. Tem de facto este exemplo, este mau exemplo, deste Governo Regional que está a fazer tudo para quebrar aquilo que é um dos pilares que sustenta a autonomia regional, que é o desenvolvimento harmonioso e tudo aquilo que foi feito relativamente ao novo modelo de transportes aéreos (e não só!) leva a que as políticas de coesão, o desenvolvimento harmonioso, deixem de fazer parte do léxico deste Governo Regional. É lamentável que a universidade siga exatamente este caminho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Então Sr. Deputado Luís Garcia?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições, porque não havendo vamos passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Devo dizer o seguinte. No tempo do Estado Novo a autonomia universitária não foi respeitada.

Todos os sistemas políticos ditatoriais não respeitam a autonomia universitária. Considero que também nesta área é necessário fazer diferente do que fez o Estado Novo, do que fizeram os outros que foram criticados. É necessário ter em conta a autonomia da universidade em relação às tomadas de decisão.

Portanto, obviamente tendo a opinião do partido de que deve ser valorizada a tripolaridade, considero que não se deve cometer este pecado original de

interferir nas tomadas de decisão da Universidade dos Açores através desta forma regimental de um voto de protesto.

Prefiro uma intervenção de outra natureza, ou seja, que o Governo Regional diligencie junto da universidade, criando as condições financeiras, e também o município criando as condições financeiras no sentido de esta oportunidade e de este contexto ser apresentado à universidade, em diálogo com a universidade.

Acho que este é que é o caminho correto.

Não sei até que ponto o município da Horta o fez, não sei até que ponto o Governo Regional o fez. Não conheço suficientemente este assunto para poder dizer que o Governo Regional e o município apresentaram as condições necessárias à universidade para tomar uma decisão nesse sentido.

Portanto, seria muito fácil e se calhar ficaria até muito bem visto, porque a preocupação dos políticos não pode ser só o de conseguir circunstancialmente os votos naquela ilha e naquele assunto de forma específica, mas há que resistir à febre populista que está a fazer emergir tantas forças políticas no nosso país e apreciar este assunto como ele deve ser, com rigor e de uma forma positiva.

Digo eu que o caminho correto é criar as condições para que a universidade possa decidir de forma diferente.

Não digo que o Bloco de Esquerda esteja a ser populista nesta matéria. Aliás, não é esse o registo da Sra. Deputada.

Discordo é da figura regimental. Considero é que o caminho que deve ser seguido é o caminho pela positiva, de apresentar condições por parte do município, por parte do Governo Regional, para que a Universidade dos Açores possa decidir de forma diferente, valorizando a tripolaridade, que é um ativo importante do ponto de vista político, da apreciação política que nós fazemos, mas criando condições para que a universidade possa decidir dessa forma.

Já agora felicitar também o Sr. Reitor e a universidade por ter criado uma licenciatura numa valência que é fundamental para o desenvolvimento dos Açores, porque muitas vezes a política faz-se pela condenação, pelo protesto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É pena não ter tomado essa decisão pela cidade da Horta!

O Orador: Também quero aqui valorizar aquilo que muitos pensaram, prometeram e que este reitor e que a universidade está a fazer neste momento, que é criar uma licenciatura absolutamente estratégica para o desenvolvimento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fica a faltar o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues! Vai apanhar falta!

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Sendo o mar uma aposta estratégica, ou pelo menos nos discursos políticos, da Região Autónoma dos Açores, no nosso entendimento essa aposta deve ser alicerçada no conhecimento científico e na qualificação dos recursos humanos para as atuais e para as novas profissões ligadas ao mar.

Neste contexto, a prometida e demorada Escola do Mar pode dar um contributo importante; nesse contexto, igualmente a Universidade dos Açores, e especialmente o Departamento de Oceanografia e Pescas nesta cidade, tem um papel decisivo que deve ser aproveitado e potenciado na formação, mas também na transformação desse conhecimento científico em economia e na geração de riqueza e de emprego.

Daí que é uma pretensão antiga do Departamento de Oceanografia e Pescas a criação de uma licenciatura em Ciências do Mar, uma pretensão já por diversas

vezes apresentada pelo DOP à reitoria da nossa universidade, mas esta é também, Sras. e Srs. Deputados, uma pretensão e uma reivindicação desta ilha do Faial, desta cidade mar, que ainda recentemente levou a deliberações unânimes na Assembleia Municipal da Horta, discordando dessa decisão e dessa orientação da Universidade dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas para além de ser absolutamente natural que uma licenciatura desta natureza se desenvolva no DOP, isso também seria, Sras. e Srs. Deputados, um contributo decisivo para a coesão e para o desenvolvimento regional.

Aliás, como bem escreveu o antigo reitor da Universidade dos Açores, Avelino Meneses, e cito: “A organização multipolar da Universidade dos Açores é um modelo obrigatório e justo que melhor garante a harmonia do desenvolvimento regional.” Fim de citação.

Esta decisão da Universidade dos Açores, no nosso entendimento, contraria os propósitos e os objetivos dessa organização e, por isso, em coerência, iremos aprovar este voto.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É reconhecido por todos o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Quando se fala no mar, no mar dos Açores e no que com ele está relacionado, naturalmente que o DOP e a ilha do Faial são incontornáveis em qualquer que seja o seu discurso.

Aliás, aquilo que são (e o Sr. Deputado Luís Garcia já o fez aqui e referenciou e muito bem) as novas profissões do mar, as atuais profissões do mar, mostra naturalmente a preocupação que o Governo Regional tem quando anuncia a criação e a sua sede da Escola do Mar aqui, na cidade da Horta.

O PS ao longo dos anos tem vindo sempre a defender a tripolaridade da Universidade dos Açores e sabendo também que a universidade tem a sua própria autonomia, não deixamos de registar com desagrado a opção da criação desta licenciatura em Ponta Delgada em detrimento da cidade da Horta e do polo desta universidade, que também hoje já o foi aqui referenciado, do nosso Departamento de Oceanografia e Pescas.

Aliás, são decisões que já nos têm vindo a habituar como o curso de Gestão também no polo da universidade na ilha Terceira.

Naturalmente que a falta de investimento no ensino superior, e em particular na Universidade dos Açores, pelo Governo da República são sem dúvida o principal fator desta decisão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem é o reitor?

O Orador: No entanto, acreditamos que o DOP é fundamental no futuro e no sucesso desta licenciatura das Ciências do Mar.

Naturalmente que o Partido Socialista irá aprovar esse voto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, então agora sim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para o último voto desta manhã, um voto de pesar referente ao falecimento do Padre Edmundo Pacheco.

Tem a palavra pelo PSD o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Padre Edmundo Pacheco

Nasceu a 28 de outubro de 1925 na Conceição da Ribeira Grande.

Aos 10 anos ingressou no Seminário e conseguiu ser ordenado sacerdote com apenas 22 anos de idade, por especial autorização do Papa Pio XI, quando a idade mínima era de 24, tornando-se assim o padre mais jovem de Portugal.

Para a sua Missa Nova escolheu a Capelinha das Aparições na Cova de Iria, onde então só cabiam três pessoas, e fez-se acompanhar do Bispo dos Açores e do Reitor do Santuário.

A partir daqui, foi sucessivamente nomeado Vigário Cooperador das paróquias da Conceição, das Calhetas e Pico da Pedra e da Matriz da Ribeira Grande, além de Capelão do Hospital de Ponta Delgada e do Centro de Saúde da sua cidade.

Entretanto, foi 10 anos secretário pessoal do Bispo Auxiliar de Lisboa, o açoriano D. José Pedro da Silva, que também acompanhou como Bispo de Viseu, e chegou a chefe de redação do semanário lisboeta “A Voz da Verdade”.

Na verdade, a sua voz também se fez ouvir no jornalismo açoriano.

Começou e perdurou como colaborador de primeira página do “Correio dos Açores”, assinando as “Notas Dominicais” e depois também as “Notícias da Ribeira Grande”. Foi mesmo o enviado especial deste jornal à visita do Papa Paulo VI a Fátima, em 1967, de quem trouxe uma bênção dirigida aos açorianos.

Escreveu também para o centenário semanário católico “A Crença”, de Vila Franca do Campo, foi colaborador desportivo do “Diário dos Açores” e da RDP, comentava todos os anos as transmissões televisivas das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres e celebrava todas as semanas a missa transmitida pela Rádio Nova Cidade.

Sacerdote de vida inteira e jornalista a meio tempo, foi ainda um ribeiragrandense completo.

Desde logo, contribuindo para a própria elevação da sua cidade na costa norte da ilha de São Miguel, mas também como sócio fundador do Lions Clube da Ribeira Grande ou convicto dirigente do Sporting Clube Ideal.

Foi homenageado com o livro biográfico “Histórias de um Ribeiragrandense”, da autoria de Alexandre Gaudêncio, foi distinguido com a Medalha de Mérito da Ribeira Grande, foi imortalizado com a designação toponímica da “Rua Padre Edmundo Manuel Pacheco” na freguesia citadina da Conceição.

Faleceu a 15 de março de 2015 no Hospital de Ponta Delgada.

O “Padre Edmundo” ficou sempre conhecido por este pequeno nome, mas fica para sempre reconhecido como um grande homem.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Edmundo Manuel Pacheco**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 15 de abril de 2015

Os Deputados Regionais, *António Ventura, António Marinho, Luís Garcia, José Andrade e Bruno Belo.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota que o PS tem um voto de igual teor a apresentar amanhã.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para as declarações políticas.

A primeira é a do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi no dia 18 agosto de 2011, em Lisboa, que ocorreu a reunião entre o Senhor Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, e o Senhor Ministro da Economia e Trabalho, Álvaro dos Santos Pereira, tendo sido precisamente nesse dia, o dia em que foi dado o pontapé de partida para a revisão das Obrigações de Serviço Público nos transportes aéreos entre os Açores e Continente. No final do passado mês de março entraram finalmente em vigor as novas Obrigações de Serviço Público, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira. Não há novas Obrigações de Serviço Público!

O Orador: ... mas, lamentavelmente, este período de espera demorou 1330 dias (1330 dias!). Foi um longo período, em que foi preciso o Governo Regional dos Açores insistir, voltar a insistir, apresentar propostas, para que nós conseguíssemos atingir a revisão das Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo entre os Açores e o continente de acordo com as necessidades das Açorianas e dos Açorianos e da economia açoriana.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Durante este primeiro período de inação total do Senhor Ministro Álvaro decorreu uma campanha eleitoral e o assunto das OSP foi obviamente referido. Por parte do Partido Socialista, o então candidato Vasco Cordeiro manteve a coerência do seu discurso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teve, teve!

O Orador: ... afirmou pretender um novo serviço que baixasse o custo das passagens aéreas e que fosse economicamente mais eficiente e afirmou sempre pretender um teto máximo de preço para residentes e estudantes e a bem dos Açorianos essas premissas iniciais mantiveram-se no acordo final.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Contudo, convém lembrar o que disse o PSD no decorrer da campanha eleitoral, sobre esta matéria, e passo a citar a candidata do PSD: ...

Deputado Berto Messias (PS): Ora aí está!

O Orador: - "*Um por cento do orçamento dos Açores resolve o problema dos transportes aéreos*". Ou seja, o PSD prometeu reduzir o preço das passagens aéreas entre os Açores e o continente à custa de quem? À custa dos açorianos!

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É sempre assim! Quando o PSD apresenta uma nova solução para os problemas dos Açores, coloca os Açorianos a pagar aquilo que é da responsabilidade da República.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E isto não se reduz ao assunto das passagens aéreas, foi também no financiamento da Universidade dos Açores que, ao contrário das restantes universidades do país, o PSD entende que também devem ser os Açorianos a pagar a universidade dos Açores. É na RTP, onde o PSD quer que sejam os Açorianos a sustentar a Radio e Televisão Pública como se os Açorianos não fossem portugueses iguais aos do Continente e da Madeira. Até na redução de impostos, o Senhor Primeiro Ministro, Dr. Passos Coelho, anuncia que os Açorianos podem reduzir os seus impostos, à custa de quem? À conta dos Açorianos mais uma vez!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É sempre assim meus senhores!

Sabemos hoje que se o Governo Regional dos Açores fosse liderado pelo PSD, hoje estariam os açorianos a viajar com passagens mais baratas, mas à custa do orçamento dos Açorianos, diminuindo o investimento, diminuindo a capacidade de investimento nas famílias e nas empresas, tal e qual nós, socialistas, continuamos a fazer a bem da defesa da economia açoriana.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje nos Açores ao início de funcionamento de um novo modelo de OSP's, que se traduz também num grande desafio para os Açores, para Açorianas e para os Açorianos, para as nossas empresas, para os operadores, para o poder local, para o poder regional, um desafio para todos nós sem exceção que vai marcar uma nova etapa do nosso desenvolvimento e transformar a indústria do turismo! Ainda estávamos nos primeiros dez dias do novo modelo e a ANA noticiava mais dez mil passageiros, nos seus aeroportos dos Açores, que em igual período do ano anterior; e no aeroporto das Lajes o crescimento nesse período foi de 65%.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode comparar com o período da Páscoa!

O Orador: Por isso meus caros estamos aqui um grande desafio! Um grande desafio para os Açorianos em geral que precisam de se deslocar entre os Açores e o Continente, que possuem agora novas ofertas e formas diferentes de pesquisar, comprar e viajar. Na adaptação a novas plataformas de compra *online* de bilhetes, ora na internet, ora através das agências de viagens. Na decisão económica que terão de tomar de viajar através das companhias aéreas de bandeira que estão habituados a utilizar ou nas novas companhias de *Low-cost* que agora viajam para os Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): São Miguel!

O Orador: Na utilização do serviço de reencaminhamento, oferecido pelo novo sistema e operado pela SATA. Na utilização do serviço de reembolsos através dos CTT. Esta nova realidade obriga a uma adaptação, a uma mudança de hábitos que terá certamente um período de ajuste. Este período não será isento de situações menos positivas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora vêm as desculpas!

O Orador: ... pois num processo de mudança desta complexidade é natural que pelo caminho seja necessário proceder a correções e a adaptações. Mas

temos a firme convicção que este processo irá, após a sua implementação, melhorar a oferta e diminuir o preço que os Açorianos pagavam até aqui pelas suas viagens e deslocações ao Continente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É também um grande desafio, um desafio para a nossa companhia aérea que possui aqui novas lutas, mas também novas oportunidades, face a uma nova realidade e novos serviços que terá de prestar ao mercado.

O Grupo SATA, desde há longos anos, acompanha os Açorianos em diferentes etapas do nosso desenvolvimento e continuará fazê-lo, a bem de todos nós. Nos encaminhamentos, que terão certamente um incremento e um impacto positivo na mobilidade de residentes e visitantes. Mas também, de forma emergente, na resposta ao abandono que a TAP, companhia área portuguesa, fez aos açorianos, nomeadamente nas ilhas do Pico e do Faial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é patético!

O Orador: São grandes e difíceis os desafios que a nossa companhia tem pela frente, mas saberá mais uma vez estar à altura destes, respondendo positivamente, mesmo sabendo que por esse caminho surgirão pontualmente situações menos fáceis de resolver. Mas temos a firme convicção de que a nossa companhia aérea saberá, mais uma vez, responder àquilo de que os Açores precisam dela!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Também um grande desafio para os nossos agentes económicos, mas sobretudo para os do sector do turismo em especial, nomeadamente os hoteleiros e operadores, que terão de saber explorar as novas oportunidades que este sistema lhes permite, porque a forma de venda e a procura pelo nosso cliente alvo também mudou. Mas também no desafio de manter a qualidade face ao previsível aumento da procura. Outro desafio que também temos é o de evoluir na oferta e qualidade de alguns serviços, sobretudo em mercados de

menor dimensão, onde pela até agora procura diminuta, a oferta ainda não atingiu a qualidade e a quantidade pretendida. Nesse ponto temos exemplos em determinados mercados que merecem a nossa especial atenção, na restauração, na animação turística, na criação de mais e melhores serviços em geral, porque o turista será cada vez mais exigente.

Um desafio também para o poder local, para as nossas Juntas, para as nossas autarquias, para os diferentes departamentos do Governo Regional que terão de manter a qualidade e até melhorar o asseio dos nossos espaços públicos, que terão de estar conforme o ambicionado pelos locais, mas também por quem nos visita, os nossos miradouros, os nossos espaços de lazer, os nossos trilhos, as nossas zonas balneares, até a manutenção das nossas vias públicas, será um investimento constante que temos pela frente. É também um desafio permanente para nós, legisladores, porque precisamos de estar atentos à regulamentação de muitas das atividades relacionadas com esta indústria, permitindo uma oferta equilibrada e à altura da procura, mas também uma regulamentação que permita a manutenção do equilíbrio natural e paisagístico da nossa região, potenciando e mantendo as certificações e classificações de que somos merecedores pelos organismos internacionais.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores está consciente dos desafios que temos pela frente, mas convicto que a negociação com o Governo da República, embora longa, será muito proveitosa para os Açores. Exemplo disso são as primeiras declarações públicas do recentemente eleito Presidente do Governo Regional da Madeira que afirmou pretender para a Madeira aquilo que os Açores já possuem no seu modelo de Obrigações de Serviço Público, isto é,
...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Madeira é uma ilha, os Açores são nove!

O Orador: ... um teto máximo de tarifa para os madeirenses e para os estudantes madeirenses.

Estamos certos que os Açores, que as Açorianas e os Açorianos saberão estar à altura destes grandes desafios que temos pela frente e que todos em conjunto conseguiremos construir uma região cada vez mais coesa, mais desenvolvida, mais forte e que a Indústria Turística irá transformar-se, transformando os Açores da próxima década.

Os Açorianos podem contar com este Grupo Parlamentar e com o Governo do Partido Socialista para que juntos consigamos ultrapassar estes grandes desafios que temos pela frente!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Agradeço que se inscrevam.

Sras. e Srs. Deputados, alguém tem que se inscrever sob pena de passarmos à declaração política seguinte.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que o Partido Socialista nos traz tem de facto acuidade, pertinência, é importante e em boa hora foi trazida aqui pela voz do Deputado Rogério Veiros, o que também não terá sido por acaso ...

Deputado José San-Bento (PS): Nada é por acaso!

O Orador: ... que o Partido Socialista colocou um deputado eleito por São Jorge para fazer esta declaração política que não passa de um “sacudir água do capote” relativamente a atrasos para cima do Governo da República, com certeza com alguma razão, mas mais do que o atraso há outras questões que nesta negociação são mais importantes para o PCP, desde logo o facto da Região Autónoma dos Açores e do Governo da Região Autónoma dos Açores ter deixado cair aquela que era a sua proposta inicial que não contando com o apoio total do PCP era substantivamente melhor a proposta da Região do que a solução que foi encontrada ou eventualmente imposta pelo Governo da República à Região Autónoma dos Açores.

Mas não foi só isso. Esta declaração política trazida aqui pela voz do Deputado Rogério Veiros é também uma desculpa, é também uma desculpa sobre este novo modelo (uma desculpa do Partido Socialista, uma desculpa do Governo Regional) sobre aquilo que se está a verificar no novo modelo de transporte aéreo para a Região Autónoma dos Açores, que como sabemos têm Obrigações de Serviço Público modificadas para três *gateways* e duas rotas liberalizadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Modificadas! Diz V. Exa. bem!

O Orador: Diga, diga?

Modificada e duas rotas liberalizadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a favor ou é contra?

O Orador: Sou a favor da liberalização da rota para o Corvo.

Mas como dizia, isto serve também, esta declaração política está a servir também de justificação para aquilo que efetivamente não está a correr bem. Não está a correr bem e que o digam os picarotos, que o digam os faialenses relativamente a este novo modelo de Obrigações de Serviço Público modificado.

Mas também que o digam os terceirenses quando têm de pagar à cabeça mais de 600 € ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faça um requerimento!

O Orador: ... para se deslocarem à capital do país ainda que depois venham a ser ressarcidos, mas a verdade é esta: quando uma família tiver que se deslocar sem ter tido a possibilidade de previamente agendar as suas viagens corre o risco de ter de despende de mais de um milhar de euros para poder deslocar-se à capital do país, isto é, tem de ter o capital necessário para se poder deslocar.

Mas não é só. Neste novo modelo de transportes aéreos, ao contrário do que o Governo Regional diz, não foram defendidos os interesses dos Açores. Aquilo que está a ser defendido são outros interesses e veja-se aquilo que está a acontecer em Ponta Delgada e veja-se aquilo que está a acontecer com a transportadora aérea regional.

O Governo Regional não salvaguardou o interesse regional porque não salvaguardou o interesse da companhia aérea regional.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um comício para um plenário de trabalhadores!

O Orador: É aquilo que V. Exa. quiser entender com isso!

A questão que se coloca é esta: o Governo da Região Autónoma dos Açores e o Partido Socialista não defenderam os interesses nem do povo açoriano, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... nem defenderam os interesses da transportadora aérea açoriana, cujo acionista é o povo açoriano e retrocederam ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é profundamente injusto. Isso é inveja!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Não há memória ao longo de 40 anos de história da autonomia de uma medida tão centralista e tão concentracionista como aquela que decorre do novo modelo de transporte aéreo para a Região Autónoma dos Açores.

A questão é a seguinte: é importante ou não é importante defender a nossa transportadora aérea?

É ou não é importante defender o Grupo SATA?

É ou não importante que a SATA se mantenha no domínio público?

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não está em causa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

O Orador: É porque se não é importante, os faialenses e os picarotos não tinham como sair diretamente da sua ilha para o Faial, porque quem está a garantir esse serviço é a SATA, porque é uma transportadora aérea pública, porque é a transportadora aérea dos açorianos e como não havia mais nenhuma companhia aérea para fazer esse trabalho vai a SATA fazê-lo e vai a SATA fazê-lo sabendo-se que estas rotas são altamente deficitárias e é bom que se saiba quem é que vai pagar à SATA o défice dessas rotas. É bom que se saiba se vão exigir isso ao Governo da República, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... ou se o Governo Regional vai assumir esse défice pela a SATA, ou se vai esperar para a apresentação do relatório de contas do ano que vem para dizer que a SATA tem mais uns milhões de prejuízo e que é um problema complicadíssimo.

Esse problema foi construído pelo Partido Socialista, pelo Governo Regional, quando manda a SATA fazer aquilo que não devia, isto é, abdicar de rotas que são lucrativas para fazer trabalho para a Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem tem capacidade para isso!

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Então se é para fazer trabalho para a Região paguem ou exijam.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Seja pago à SATA o trabalho que está a fazer.

Vou terminar já, Sra. Presidente.

Aquilo que o Partido Socialista está a fazer é condenar a SATA a uma situação de falência completa se não forem tomadas as medidas adequadas.

Não tenho já mais tempo, ...

Deputado André Bradford (PS): Agora que chegou à parte das medidas!

O Orador: ... mas há aqui uma questão

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Há aqui uma questão que eu não posso deixar de referir que é o facto da SATA e o Governo Regional não terem tomado medidas para a entrada de empresas de *handling* no aeroporto de Ponta Delgada deixando que aquele mercado fosse para outras empresas de *handling* ...

Deputado Francisco César (PS): Por que é que o senhor não critica quem privatizou a ANA?

O Orador: Sempre critiquei. Não vi foi o Partido Socialista a criticar a privatização da ANA.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: Não vejo é o Partido Socialista a criticar a privatização da TAP. Isso é que não vejo e isso de facto é tudo muito importante.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Sra. Presidente, acabo já.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Criticámos e fartámo-nos de o fazer!

Presidente: Esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que quer a importância do assunto que foi aqui trazido pela declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Rogério Veiros, quer algumas das questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires merecem da parte do Governo um esclarecimento, mais uma vez, cabal e o reiterar de alguns pressupostos que me parecem importantes para se perceber o momento em que vivemos e para se perceber aquilo que são as linhas condutoras da estratégia do Governo em relação a esta abordagem.

O novo modelo de acessibilidades aéreas à nossa Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Assim é que está correto!

O Orador: ... em que existem rotas liberalizadas e rotas sujeitas a um regime de interesse público, é o modelo que melhor serve os Açores. É o modelo que melhor serve os Açores e foi este o critério que foi seguido pelo Governo quer para o trabalho que desenvolveu com o Governo da República sobre essa matéria, quer para dar a sua concordância àquele que foi o formato final desse modelo.

Aliás, noutras funções sempre disse e, portanto, não é surpresa para o Sr. Deputado, como também não deve ser surpresa para nenhuma das açorianas e dos açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não era surpresa mesmo, mas a sua proposta não era esta. Era melhor!

O Orador: O Governo Regional dos Açores entre a sua obrigação de defender a posição de acionista público da SATA e a sua obrigação de prover a melhoria das acessibilidades aéreas à nossa Região, se algum dia o Governo fosse colocado (foi isso que eu disse e já o disse há alguns anos) entre ter que escolher entre prover a melhoria das acessibilidades aéreas à nossa Região e defender a posição de acionista público da SATA não hesitaria um minuto: defenderia a melhoria das acessibilidades aéreas à nossa Região.

Mas também o disse e já o disse depois da concretização desse modelo: o Governo Regional (não reste a mínima dúvida) está ao lado da SATA para dentro destas regras, dentro deste novo modelo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho cada vez mais dúvidas!

O Orador: ... agora ajudar a companhia a vencer os desafios do futuro e esses são desafios importantes. São desafios e este é um tempo de mudança. Este é um tempo de mudança, este é um tempo de transformação, este é um tempo de novos desafios que se colocam a um conjunto variadíssimo de protagonistas e de intervenientes neste setor nos Açores naquilo que tem a ver com as acessibilidades aéreas.

O Sr. Deputado Rogério Veiros referiu alguns: para a própria SATA, para os trabalhadores da SATA, para o Governo, para as entidades públicas, para o setor do turismo.

Este é um tempo de mudança e é perfeitamente natural Sr. Deputado (aliás, o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes ainda hoje deu nota pública exatamente desta questão) que obviamente haja coisas que podem, numa primeira fase, não correr até como nós gostaríamos que elas corressem e é obrigação do Governo reconhecer a insatisfação das pessoas, porque primeiro que tudo está o Governo insatisfeito quando as coisas não correm da maneira como nós gostaríamos que elas corressem.

É assim na Terceira, em São Miguel, no Pico, no Faial, nas Flores e em qualquer ilha.

Mas não reste a mínima dúvida: nós estamos comprometidos a aperfeiçoar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... aquilo que for necessário aperfeiçoar para que esse modelo possa resultar em benefício de todas as ilhas, mesmo com a diversidade de soluções que estão implementadas.

Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos conversar sobre isso!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Deputado, não reste a mínima dúvida: os critérios pelos quais o Governo se regeu nesta matéria são claros e transparentes.

O Sr. Deputado está no seu direito de dizer assim: “Mas este modelo na minha opinião, na opinião do Sr. Deputado, na opinião do PCP, não é o melhor modelo para os Açores.”

Tem todo o direito de o fazer como qualquer deputado nesta Casa tem direito. Agora o senhor não pode dizer, porque não tem o mínimo de sustentáculo para isso, que há aqui qualquer manobra de interesses obscuros em relação ao modelo que foi seguido.

Isso não pode fazer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode ter essa opinião!

O Orador: Portanto, em relação a este processo há estas fases e este critério e nós estamos convencidos que os benefícios e que a melhoria dos benefícios que este novo modelo de acessibilidades aéreas à Região vai trazer para a nossa economia ainda estão por demonstrar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza!

O Orador: Ou seja, ainda vai ser demonstrado.

Não se esqueça Sr. Deputado que nós temos um crescimento de turismo nos últimos meses bastante significativo e que não tem nada a ver com a alteração do modelo de acessibilidades aéreas. Esse facto também é importante ser dito, porque isso prova, como prova com resultados o trabalho que o Governo está a fazer também nessa aérea.

Não é pelo facto de a partir de 29 de março se alterar o modelo de acessibilidades aéreas à Região que o turismo em dezembro do ano passado cresceu como cresceu, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro!

O Orador: ... ou que cresceu como cresceu em janeiro, ou que cresceu como cresceu em novembro.

Portanto, há um trabalho que está a ser feito.

Mas em relação ao Faial e ao Pico já tive a oportunidade de o dizer publicamente e volto a reiterá-lo: o que me causa estranheza no facto da TAP ter abandonado as rotas do Faial e do Pico é porque a TAP, ainda sendo uma empresa pública, o Governo da República quando deliberou privatizá-la e aprovar os termos da sua privatização disse que essa companhia tinha de manter as rotas de serviço público para as regiões autónomas.

Antes ainda da TAP estar privatizada é a própria tutela da TAP que permite, aceita, mesmo que tacitamente, que a TAP abandone as rotas de serviço público.

Alguma coisa aqui não bate certo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Presidente não estava à espera de outra coisa!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Porque não se pode exigir uma coisa a um privado e antes mesmo de chegar a essa fase dizer: “Olhe, afinal esqueçam!”, porque neste momento a TAP está em igualdade de circunstâncias com qualquer outra empresa privada que voa para os Açores, está a voar para as rotas liberalizadas.

Assim, para empresa pública é pouco e para sancionamento político da parte da tutela desse comportamento de uma empresa pública é mau.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava à espera de outra coisa?

O Orador: Portanto, em relação ao Faial e Pico estamos conversados em relação a essa componente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos! O responsável é o senhor! Já lá vamos!

O Orador: Ora bom! Sou responsável pela TAP ter abandonado o Faial e o Pico?

Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Regresse à terra! Regresse à terra, senhor!

Nós estamos numa fase em que há situações que necessitam de melhorias?

Há, sim senhor! E nós somos os primeiros a reconhecê-lo.

O modelo funcionou desde o primeiro dia na perfeição?

Não senhor, não funcionou desde o primeiro dia na perfeição. Não é preciso muito. Basta ver o primeiro fim de semana que a SATA assumiu o serviço para o Faial e para o Pico. As coisas não correram da maneira como nós gostaríamos que elas tivessem corrido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falhou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os fatores que influenciaram não têm nada a ver!

O Orador: Repare, Sr. Deputado! Fatores externos tudo bem, mas não correram. Isso não interessa para quem está à espera de um avião num aeroporto e é isso que me preocupa, porque já bastam os fatores que a mão humana não consegue controlar: se há mau tempo, se há uma avaria...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Agora há outros que podendo ser controlados aí devem ser controlados para melhorar o serviço que a companhia presta e é nisso que nós estamos empenhados. É nisso que nós estamos empenhados!

Deputados Rogério Veiros e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: No Faial, no Pico, em São Jorge, no Corvo, em qualquer uma das ilhas da nossa Região. É nisso que nós estamos empenhados e acredito que com o esforço de todos, a começar pelos trabalhadores da SATA, que julgo que têm consciência também da dimensão do desafio que temos à nossa frente, porque

neste caso não é “eles têm à nossa frente”, é “temos”. Os trabalhadores da SATA!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado, não reste a mínima dúvida.

A partir daí cada um poderá fazer o juízo político que entender, agora o facto é que o Governo cumpriu a sua função, fez o seu trabalho, definiu um novo modelo de acessibilidades aéreas para a nossa Região, trabalhou nesse modelo, está concretizado. Há aspetos que necessitam de ser melhorados? Há, sim senhor!

Cá estou eu aqui para assumir perante esta câmara.

Há aspetos que necessitam de ser melhorados? Que estamos empenhados em melhorá-lo? Estamos, sim senhor!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não descansaremos até conseguir que eles sejam melhorados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer em primeiro lugar que, como o Sr. Presidente chamou e bem, (até que enfim que alguém da parte do Governo põe os pontos nos *iis*) estamos a falar não de Obrigações de Serviço Público, mas do modelo de acessibilidades

aéreas à Região Autónoma dos Açores e o Sr. Presidente do Governo referiu bem isso: acessibilidades aéreas à Região Autónoma dos Açores.

Referiu também rotas de interesse público. Não rotas de serviço público, porque já não existe serviço público para a Região Autónoma dos Açores. Essa é que é a questão.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Para essas rotas existe!

O Orador: Não existe! Existem rotas de interesse público, Sr. Presidente, porque logo nas regras de acesso ao mercado há três premissas fundamentais. A primeira é “liberalização do acesso ao mercado nas *gateways* de Ponta Delgada e na Terceira”; a segunda “imposições de serviço público [imposições de serviço público!] para o transporte aéreo de carga e correio [carga e correio] ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sim!

O Orador: ... nas ligações de Lisboa/Terceira nas liberalizadas” (ponto) e depois “adaptação [adaptação] das obrigações”. Não é imposição. São duas coisas diferentes.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Oh Sr. Deputado!

O Orador: É verdade!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Oh Sr. Deputado!

O Orador: Custa, mas é verdade! Por isso mesmo Sr. Presidente é que a TAP abandona o Faial e o Pico por culpa vossa, porque o Sr. Presidente vai dizer-me: antes as companhias eram indemnizadas por passageiro.

Deputado Francisco César (*PS*): Oh Jorge, essa tinha-te escapado! A proposta! O que é que isso interessa agora?

O Orador: Agora a indemnização é dada ao passageiro, ou seja, a companhia não tem nenhum benefício em voar para o Faial e para o Pico.

Aliás, quem abriu as *gateways* do Pico e de Santa Maria foram os senhores para depois as virem esvaziar, Sr. Presidente.

Já agora, tenho aqui a intervenção da Sra. Secretária, sua sucessora quando o senhor desistiu do cargo para se candidatar ao cargo que aí está, a intervenção da Dra. Luísa Schandler, então Secretária da Economia, de 15 de maio de 2012. Os senhores querem que eu leia isto (Sr. Deputado Rogério Veiros, posso fornecer-lhe isto) para chegar à conclusão que o modelo proposto pelo Partido Socialista não tem rigorosamente nada a ver com o modelo que está em vigor nos Açores?

A proposta que os senhores fizeram ao Governo da República não tem nada, rigorosamente nada, a ver com o que está em vigor nos Açores. Está aqui a proposta do Governo Regional dos Açores.

Relativamente ao *fait divers* da SATA e da TAP que despudoradamente ... Enfim, que não fica bem a um governo fazer, é um governo queixinhas, é um governo pedinte, que não tem atitude, que não se serve da sua companhia, que não tem capacidade para o fazer e então queixa-se da TAP.

Vou ler a revista da SATA que está aqui (a revista da SATA de bordo) que diz assim, vem por aqui a baixo e diz assim: “Manter-se-á o regime de *code-share* com a TAP nas ligações entre os Açores e Portugal Continental.”

Sobre isto não há mais nada a dizer.

Aquelas conversas que os senhores diziam que há e não há ... Há acordo *code-share* entre a SATA e a TAP.

Deputado Francisco César (PS): Mas quem disse que não há?

O Orador: Os jornais e o Governo. Os jornais! Os jornais, senhor!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Então vá fazer esclarecimentos aos jornais!

O Orador: O acordo *code-share* entre a SATA e a TAP ... Houve um *fait divers* para baixo e para cima, para cima e para baixo.

A TAP não abandonou. A TAP continua a vender bilhetes do Faial para o Pico.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Em *code-share* com a SATA! É, sim senhor!

O Orador: Sim, sim, sim!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Boa tentativa de fugir! Tentativa descarada!

O Orador: Não é de fugir Sr. Presidente! É de responsabilizá-lo a si e ao seu Governo! Não é fugir, é responsabilizá-lo a si e ao seu Governo para um modelo que não serve os açorianos, Sr. Presidente.

Para o modelo a três dimensões, Sr. Presidente, em que o senhor irá ter açorianos de primeira, de segunda e de terceira.

E já agora, já que o senhor falou que vai fazer tudo e que vai empenhar-se em corrigir, vou fazer-lhe a seguinte questão, o seguinte desafio e espero resolução rápida.

No modelo anterior que existia para ir de qualquer ilha dos Açores até ao Porto o passageiro tinha uma tarifa em que pagava apenas na ligação Lisboa/Porto e Porto/Lisboa cerca de trinta e poucos euros, quarenta euros. Agora se ele quiser ir, por exemplo, da Terceira ao Porto, ou de São Jorge ao Porto, sabe quanto é que eu pago Sr. Presidente?

Acabou esse direito. Eu não posso fazer. Chegava ao Porto às quatro da tarde, saindo num voo às 10:20 da Terceira. Às quatro da tarde estava no Porto e com um preço de residente. Acabou!

Se eu quiser ir ao Porto agora, a viagem entre Lisboa e Porto não é considerada. Pior do que isso, apenas é considerado como acesso a tarifa entre Lisboa e os Açores.

Portanto, diga-me lá Sr. Presidente se isto é ou não é prejudicar açorianos?

Diga-me lá se isto foi ou não foi prejudicar os açorianos?

Diga-me lá se apenas quem tem ligação direta ao Porto não é beneficiado?

Diga-me lá se apenas quem tem ligação direta diária ao Porto não é beneficiado?

Porque antes todos tinham tratamento igual. Agora os outros não têm.

Deputado Francisco César (PS): Em vez de fazer cá, faz lá! Qual é o problema?

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, não há!

Não é reembolsável.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Não é reembolsável.

É a ligação Porto/Lisboa, Lisboa/Porto, Sr. Deputado. Não é ilegível para custo da viagem. Não é ilegível!

Deputado Francisco César (PS): Não faz lá, faz cá!

O Orador: Faz! O Sr. Secretário já esclareceu. O Sr. Secretário dos Transportes e Turismo já esclareceu que um passageiro que faça, por exemplo, (vou dar-lhe o *mail*) Terceira/Lisboa/Porto paga-se a viagem, não é reembolsado. É apenas reembolsada a perna Terceira/Lisboa ou São Jorge/Lisboa.

Deputado Francisco César (PS): E porque não faz Terceira, S. Miguel!

O Orador: A regra é essa! É o vosso modelo que prejudica açorianos, Sr. Deputado. É o vosso modelo que beneficia uns ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ele vai a custo zero para uma *gateway* que tem ligação ao Porto!

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Então vou dar-lhe um exemplo, Sr. Presidente, a custo zero.

Quero ir (hoje é quarta-feira) amanhã para o Porto. O senhor sabe como é que eu faço?

Vou a custo zero. Marco uma viagem na SATA para ir para o Porto. O voo para o Porto amanhã é às 8:35 da manhã, Sr. Presidente.

Quem é que me paga a dormida em São Miguel?

É o senhor? É o seu Governo? Os açorianos têm dinheiro para pagar e despendem na ida e na volta?

Sabe a que horas é o voo de regresso na sexta-feira, Sr. Presidente?

É às 18 horas. Chega a São Miguel às 21 horas.

É o senhor que me paga a noite para eu dormir em São Miguel, Sr. Presidente?

É?

Vou mandar-lhe a conta, a si e ao seu Governo. É o que os açorianos deviam fazer. Mandar-lhe a conta.

Isto é um Governo que discrimina açorianos e não serve todos os Açores.

Os Açores são nove ilhas, Sr. Presidente, e não apenas uma e é esse modelo que o senhor defende e implementou.

Aliás, que o Governo Regional dos Açores se apropriou, porque este nem sequer é o seu modelo e os senhores despudoradamente apoderaram-se.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Decida-se! Ou bate porque sou o pai do modelo, ou bate porque não sou o pai do modelo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero a ligação do Porto resolvida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos realmente de parabéns.

Estão de parabéns os açorianos, os governos de cá e de lá e as oposições de cá e de lá.

Estamos de parabéns porque até 29 de março os açorianos pagavam 300€ para sair dos Açores e agora pagam no máximo 134€ após o reembolso das

passagens que agora se sabe são feitas através dos CTT, tal como acontece na Região Autónoma da Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou pagar 445 na sexta-feira!

O Orador: O Sr. Deputado Rogério Veiros referiu o número de dias que estivemos à espera do novo modelo.

Era importante que pudéssemos parcelar esse número de dias dando de barato e concordando, já repetindo pela talvez terceira vez aqui, nesta Casa, que os primeiros 365 dias, a responsabilidade do atraso pertenceu ao Governo da República que na altura tinha como Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira. Penso que é a terceira ou quarta vez que repito isso aqui.

Mas dos mil e tal dias que o Sr. Deputado referiu, tirando estes 365, restam novecentos e tal dias. Novecentos e tal dias foi o tempo necessário para o Governo Regional responder a uma questão essencial que consubstanciava a equação de partida ou a proposta de partida que o Governo apresentou ao Governo da República, que o Governo Regional apresentou ao Governo da República.

Essa equação de partida era de que na ponta final o resultado significava que não havia mais encargos com o novo modelo para o Orçamento de Estado.

O Governo da República perguntou como.

Então se as passagens vão passar para metade daquilo que custam vão viajar mais passageiros açorianos. Então se vão viajar mais passageiros açorianos, se cada um receber aquilo que na proposta inicial existia que eram os 86€ que antes eram pagos às companhias e depois iam ser pagos ao passageiro, se vão viajar mais passageiros vezes 86€, como é que não aumenta o encargo do Estado?

Essa resposta demorou a ser dada os outros 900 dias.

A resposta que o Governo Regional não deu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Esta é a verdade.

Tanto mais que a liberalização surge das *gateways* da Terceira e de Ponta Delgada, surge porque era imperioso na tal resolução da equação de que não aumenta os custos do Orçamento de Estado. Nessa equação era necessária que a liberalização ou a concorrência fruto da liberalização fizesse baixar o preço médio das passagens aéreas.

Agora podem os senhores dizer repetidamente que foram sempre os grandes defensores da liberalização das rotas de Ponta Delgada e da Terceira, que eu digo que não é verdade e provo.

O Sr. Deputado Francisco César está ali atrás e eu não queria falar nas costas dele, mas vou parafraseá-lo.

Francisco César disse no dia 26 de novembro de 2009: “Quero só também referir que qualquer companhia aérea pode voar para os Açores desde que sujeita às Obrigações de Serviço Público; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

O Orador: ... quero também reafirmar que o modelo que defendo para os transportes aéreos dos Açores passa pelo apoio, pelo aperfeiçoamento do atual modelo e nunca pela liberalização.”

Deputado Francisco César (PS): Está certo!

O Orador: Ou seja, aquilo que agora os senhores dizem que sempre defenderam, em 2009 diziam “liberalização *jamais*”.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Em francês não!

O Orador: Na prática o que aconteceu, o que foi necessário acontecer, foi construir um modelo inteligente que reduzisse o preço médio das passagens aéreas nas *gateways* liberalizadas com concorrência, permitindo que todos os açorianos depois do reembolso não paguem mais de 134€.

Foram precisos os tais 900 dias de espera pela resposta do Governo Regional para responder à tal equação que o Governo Regional nunca conseguiu

responder. Foi o Governo da República que teve de fazer as contas e responder pelo Governo Regional.

Mas o modelo é inteligente e estamos de parabéns porque os encaminhamentos são a custo zero, permite que haja concorrência entre as diversas *gateways* aqui, dos Açores, e chega-se agora à hora de olhar para o futuro com esperança, com motivação.

Os empresários estão motivados, os empresários veem que mais turistas chegam aos Açores ou viajam para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! É mentira!

O Orador: Os açorianos estão motivados, porque agora sim conseguem pagar um preço justo para uma deslocação ao exterior.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Seja sério! Não é para os Açores, é para São Miguel!

O Orador: O próprio Governo Regional, os próprios açorianos, todos os políticos e agentes políticos também estão motivados porque agora até pela promoção turística feita pelos *sites* das empresas *low-cost* nós podemos ter uma promoção turística adicional, colmatando as deficiências e muito amadorismo da promoção turística regional promovida pelo Governo Regional dos Açores.

Mas recorde, por exemplo, que as visitas aos *sites* somados da Easy Jet e da Ryanair somam cerca de um milhão de visitas por ano, o que significa uma excelente ajuda para a promoção turística dos Açores.

Mas, Sr. Presidente, caros colegas e Srs. Deputados do Partido Socialista, a SATA tem um enorme desafio à sua frente.

Foi pela mão deste Governo e pela mão do ex-Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, que a SATA chegou onde chegou.

Recordamos só o seguinte: desde 2007 que a SATA tem mais um avião, um A-320, tem mais cem colaboradores e entretanto perdeu duzentos mil passageiros.

Deputado Francisco César (PS): A SATA tem menos um avião!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero ver quando chegar ao verão como faz essas ligações todas!

O Orador: Foi pela mão de Vasco Cordeiro e deste Governo que a SATA construiu um passivo bancário de 179 milhões de euros ao que acresce naturalmente dívidas a fornecedores que já levaram a administração da SATA humildemente a solicitar paciência aos seus fornecedores.

Foi pela mão deste Governo e de Vasco Cordeiro como Secretário Regional da Economia que foram feitas bases estratégicas da SATA, como é o caso da Madeira, que em quatro anos originaram prejuízos de 20 milhões de euros.

Foi pela mão deste Governo e de Vasco Cordeiro que foram construídas ou foram mandadas fazer, operar, em rotas perfeitamente absurdas, como rotas da Europa e de São Salvador da Baía.

É pela mão deste Governo que a SATA tem uma enorme dívida, ou que o Governo tem uma enorme dívida para com a SATA e que vai pagando às pinguinhas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que se está a passar neste momento é que enquanto a SATA operou em regime de monopólio perdeu músculo e ganhou gordura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É muito profunda essa frase!

O Orador: Agora que tem de enfrentar um regime concorrencial as dificuldades são muito maiores.

Nós acreditamos que com os excelentes colaboradores que a SATA tem será possível encontrar uma solução para superar todas as dificuldades e desafios que a empresa está e vai enfrentar. Nós acreditamos que é possível, mas também acreditamos que a reestruturação da empresa poderá ser uma reestruturação com muito mais dor do que aquela que seria possível fazer caso a empresa na altura em que operava em regime de monopólio tivesse ganho

músculo, tivesse ganho força para enfrentar os desafios de uma concorrência fortíssima que é aquela que agora o novo modelo obriga.

Nós temos confiança, nós temos esperança que a SATA, os Açores vão beneficiar com esse novo modelo, que a SATA vai ser uma empresa capaz de superar todas as dificuldades. Temos esperança e temos confiança que isso vai acontecer, mas temos muita, muita pena daquilo que este Governo e que Vasco Cordeiro, enquanto Secretário Regional da Economia, fizeram a uma empresa que não merecia que lhe fizessem o que lhe fizeram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Não merecia que a tratassem como a trataram e não merecia que estivesse numa situação de sufoco, difícil ou com enormes dificuldades para enfrentar um desafio, porque sabemos que a SATA é um instrumento estratégico para os Açores, porque sabemos que a SATA é um instrumento fundamental ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para o desenvolvimento e para a coesão de todos os Açores, para o desenvolvimento turístico.

Termino, Sra. Presidente.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rotas liberalizadas para o Corvo já!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero começar por deixar as coisas bem claras.

O Partido Popular Monárquico sempre defendeu a liberalização, um sistema que liberalizasse o transporte aéreo para os Açores e o que tem acontecido ao longo destes 19 anos é que o Partido Socialista foi um obstáculo permanente a essa evolução.

Finalmente, por desespero, por estarem numa situação de absoluto desespero do ponto de vista do crescimento económico da Região, fundamentalmente para fazer crescer o grande vetor que é um vetor fundamental que é o turismo e também encontrando-se a empresa, a SATA, numa situação financeira insustentável, é que finalmente o Governo Regional dos Açores cedeu, mas este monopólio nos últimos 19 anos é da vossa inteira responsabilidade.

Segunda questão: liberalização, sim, e é necessário que este modelo de liberalização funcione e que funcione para o desenvolvimento económico de todas as ilhas dos Açores e é necessário que seja introduzido com eficácia.

Vamos às duas questões.

Primeira questão: eficácia e competência da parte do Governo Regional em relação à introdução do modelo.

Revejo-me nas palavras de um conhecido cronista em relação a esta matéria.

Diz ele: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é o cronista? Diga lá quem é?

O Orador: Osvaldo Cabral.

... “Atende-se a isto dez dias depois da entrada em vigor do novo modelo de transportes aéreos é que a SATA criou um *site* na internet para se facilitar a vida aos passageiros que pretendem encaminhamentos.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Onze dias depois foi a vez do Secretário Regional do Turismo anunciar uma linha telefónica de apoio aos passageiros para quaisquer esclarecimentos sobre o novo modelo.

Quase 15 dias depois da operação é que descobriram que a TAP tinha abandonado as rotas do Faial e Pico e que isso era competência da República e que afinal havia um acordo entre a TAP e a SATA para estas rotas.

Três dias depois é que descobriram que os CTT afinal não estavam preparados para pagar os reembolsos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha dó de nós!

O Orador: Mesmo em cima do início do novo modelo é que o Secretário Regional fez romaria pelas ilhas em sessões de esclarecimento promovidas pelo partido para explicar a nova operação, enquanto os comerciantes do município de Ponta Delgada por seu lado reuniam na Câmara do Comércio para debater o impacto do novo cenário. Ou seja, tudo, tudo em cima do joelho.”

Deputado Francisco César (PS): Nós é que temos culpa pelos comerciantes?

O Orador: É verdade! Foi isto que sucedeu. Tudo em cima do joelho.

Da parte do Governo Regional este modelo tem vindo a ser montado em cima do joelho, portanto, não foi devidamente planificado, não foi devidamente executado.

Segunda questão que foi aqui abordada e muito bem, de forma muito assertiva, pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Agora é que vai começar a falar!

Deputado Rogério Veiros (PS): Agora vai melhorar!

O Orador: Este modelo está neste momento a beneficiar todos por igual?

Não, não está. Não, não está!

Eu tenho uma experiência concreta neste tipo de situações, porque tenho acompanhado várias marcações, tentativas de marcação e o que acontece é que de facto os passageiros das outras ilhas, nomeadamente por exemplo da ilha do Corvo ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não serve o Corvo!

O Orador: ... (também tenho essa experiência), são obrigados a passar uma, duas, três noites noutras ilhas, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, para terem acesso ao transporte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que é que não sai pelo Faial?

O Orador: Só vos digo uma coisa: por exemplo, o reencaminhamento para a ilha do Corvo, que como sabem uma das regras é que tem de ser realizado no prazo de 24 horas, expliquem-me como é que uma ilha que tem apenas três ligações por semana consegue fazer o reencaminhamento no prazo de 24 horas? Expliquem-me isto!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Saem pelo Faial!

O Orador: Não o conseguem fazer!

Portanto, o que está a acontecer é que na prática há um conjunto de ilhas, de pessoas, que obviamente pretendem viajar e aproveitar as virtualidades do modelo que está logo ali à mão em São Miguel (é verdade!) e que está a beneficiar e que vai beneficiar muito São Miguel e a população da ilha de São Miguel, mas defendo a liberalização e que o modelo beneficie todos por igual e não é isto que está a acontecer de facto. Não é isto que está a acontecer de facto, porque nas outras ilhas estamos com enormes dificuldades e há um custo acrescido que tem a ver com o alojamento que obrigatoriamente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rotas liberalizadas para o Corvo já!

O Orador: Desafio (desafio!) os Deputados do Partido Socialista e o Governo Regional a desmentirem isto e a conseguirem ligações que não obriguem a um alojamento obrigatório em Ponta Delgada.

Portanto, neste momento este modelo está a funcionar muito bem para São Miguel ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente vai explicar!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... e é fundamental que funcione para São Miguel (é fundamental), mas é fundamental que funcione também para todas as outras ilhas e isso não está a acontecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, tentar face às diferentes intervenções que aqui foram feitas fazer alguns comentários daquilo que são as opiniões do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação a algumas matérias aqui levantadas.

Em primeiro lugar, gostaria de perceber da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires se quer ou não quer a SATA a voar para o Pico e para o Faial, porque a determinada altura pretende, daí a pouco na sua intervenção até parecia que já não queria a SATA a voar para o Pico e para o Faial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sr. Deputado, não diga asneiras! Não diga asneiras!

O Orador: Depois gostaria aqui de falar sobre matérias que foram levantadas em concreto ...

Sra. Presidente, eu gostaria de prosseguir a minha intervenção.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, agradecia que fosse descontado o tempo que o Sr. Deputado Aníbal Pires interrompe na minha intervenção, para que a minha intervenção não prejudique os apartes do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que chatice!

O Orador: Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Na minha intervenção eu disse (e vou voltar a repetir) que os açorianos têm ao abrigo deste novo modelo novas formas diferentes de pesquisar, comprar e viajar e isso é uma adaptação que os açorianos ainda estão a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Sobre as questões que o senhor levantou aqui em concreto da ligação de São Jorge ao Porto por acaso estive também a estudar essa matéria, porque estive a estudar uma deslocação ao Porto. Aquilo que o senhor diz, se a pesquisa for feita em exclusivo da forma tradicional como nós fazíamos na internet no *site* da SATA, aparecem essas contrariedades. Mas se o Sr. Deputado tiver o cuidado de pesquisar num *site* de pesquisas de ligações Terceira/Porto vai encontrar viagens Terceira/Porto muito mais baratas do que aquilo que encontrava habitualmente e depois pede o reencaminhamento de São Jorge para a Terceira e o senhor vai ver que consegue chegar ao Porto no mesmo dia, indo por Lisboa, a preços extremamente competitivos.

Deputado André Bradford (PS): Numa nova lógica!

O Orador: Isto é igual para todas as ilhas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos ver o sucesso!

O Orador: É óbvio, Sr. Deputado, como nós reconhecemos aqui ...

(Diálogo entre o Deputado Aníbal Pires e alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Presidente, queria continuar.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, o Sr. Deputado Rogério Veiros desta forma não consegue continuar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Consegue, consegue!

Presidente: Não consegue, não!

Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: Sra. Presidente, o senhor vai ver que depois da pesquisa o voo não chega aos 134€, fica abaixo dos 134€.

Posso demonstrá-lo pessoalmente à frente de um computador junto consigo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prove-me isso! Fico à espera!

O Orador: Srs. Deputados, também foi reconhecido que este modelo é o melhor modelo para a proteção das açorianas e dos açorianos.

Aliás, como eu disse, não é à toa que o novo Presidente do Governo Regional da Madeira também quer isto para os madeirenses.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não é à toa que é um Deputado de São Jorge que está a fazer este papel!

O Orador: Agora o que se passa aqui é que não há modelos perfeitos e há questões. Nós vivemos em nove ilhas, num arquipélago com nove ilhas e vamos ter alguns constrangimentos seja qual for o modelo, porque nós temos consciência que vivemos em ilhas.

Depois, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo sobre os 1330 dias.

Sr. Deputado, ainda bem que o senhor reconhece que no tempo do Sr. Ministro Álvaro o assunto ficou arrumado na gaveta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): À quarta vez!

O Orador: Eu não quero pensar como açoriano que o PSD mandou arrumar o assunto na gaveta porque nós estávamos em vésperas de eleições! Nem quero pensar isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quarta vez!

O Orador: Mas agora passemos aos 900 dias que V. Exa. disse que o Governo da República ficou à espera da explicação do Governo Regional dos Açores.

Sr. Deputado, os açorianos perceberam, foi explicado pelo candidato do PS então a Presidente do Governo quais eram as lógicas do novo modelo, qual era a forma como o modelo era economicamente mais eficiente.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Não era este!

O Orador: O Sr. Deputado tem de reconhecer que foi preciso um empresário açoriano na televisão, em direto no programa *Prós e Contras*, explicar ao Sr. Primeiro-Ministro as virtualidades das ideias que os açorianos apresentaram ao Governo da República para que o Governo da República conseguisse perceber. Lamentamos é que tenhamos um Governo que demora 900 dias para perceber as vantagens de defender as açorianas e os açorianos na aprovação das novas Obrigações de Serviço Público entre os Açores e o continente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E mais, Sr. Deputado! Quando dizem aqui que nós temos uma rota totalmente liberalizada.

Srs. Deputados, quando existe um teto máximo que defende as açorianas e os açorianos, que defende os estudantes, quer isso dizer que nós apesar de termos rotas liberalizadas para que todas as companhias possam voar, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é para mim, é para o Artur!

O Orador: ... a proteção das açorianas e dos açorianos está garantida neste modelo e isso sempre foi aquilo que o PS defendeu para os Açores, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É para mim?

O Orador: ... para as açorianas e para os açorianos e aquilo que o Governo da República do PSD e do CDS o que queria era mesmo a liberalização igual à Madeira que em determinadas alturas teve efeitos práticos muito negativos para os madeirenses.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos podem saber que sempre tiveram ao seu lado um governo do Partido Socialista que defende os Açores.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Terminou já.

Só para fazer uma referência à intervenção do Sr. Presidente do Governo e queria aqui registar a humildade sempre presente do Governo em saber

reconhecer que em determinadas alturas as coisas não correm bem e é exatamente por essa razão, Sra. Presidente, ...

Deputado António Marinho (PSD): É uma frazesinha de majoração!

O Orador: ... que alguns partidos se incomodam do Partido Socialista governar há 18 anos, mas o Partido Socialista governa há 18 anos porque fez a primeira reforma das acessibilidades aos Açores e foi o Partido Socialista que deu o pontapé de saída para reformar a sua própria reforma, entendendo que os Açores precisam de estar sempre a evoluir e por isso é que o Partido Socialista mantém a confiança das açorianas e dos açorianos ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e continuará a manter ao longo de muitos anos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para? Uma interpelação?

Deputado Francisco César (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de fazer chegar à Mesa uma reserva Corvo/Lisboa feita para o dia 20

...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): De?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faça para o dia 21!

O Orador: ... do corrente mês em que é possível chegar no mesmo dia a Lisboa, partindo ao meio dia e chegando a Lisboa no voo da noite pela módica quantia de 27, 39€.

Muito obrigado.

Presidente: Fico então a aguardar que seja ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os trabalhos ainda não estão encerrados.

Fico a aguardar então que entregue na Mesa o documento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, deduzo ...

Sras. e Srs. Deputados, por favor.

... julgo que é para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sra. Presidente, que nesta informação que o Deputado Francisco César vai fazer chegar que também conste (e solicito), surja o reencaminhamento do regresso de Lisboa para o Corvo, ...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque o que eu disse aqui é que nunca se consegue fazer, pelo menos nos últimos dois meses (foi o que eu pesquisei), sem ter que dormir em Ponta Delgada. Que a cópia (Sra. Presidente, acabo já) do bilhete traga o reencaminhamento que se executa no próprio dia para o Corvo.

Gostava de ter essa prova.

Presidente: Obrigada.

Se houver essa disponibilidade pois naturalmente também farão chegar à Mesa essa informação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos ao meio dia e um quarto.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 29 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Ventura, pediu a palavra para?

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Sendo regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Estávamos no ponto cinco: **Projeto de Resolução n.º 90/X – “Recomenda ao Governo Regional que disponibilize o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Estávamos em período de debate.

A Mesa de momento não tem mais inscrições, pelo que peço que se inscrevam agora para podermos prosseguir o debate.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos tempos difíceis que atravessamos até os mais céticos reconhecem que a família é a reserva de solidariedade que, tantas vezes, permite resistir a circunstâncias económicas e sociais duramente adversas.

Assim, o serviço de apoio ao domicílio permite que muitos idosos consigam estar mais perto da sua família e no meio que sempre conheceram contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Um serviço de apoio ao domicílio permite a manutenção de alguma autonomia do idoso e o não desenraizamento do idoso do seu lar, bem como a manutenção do seu bem-estar físico, psíquico e social.

Nesse sentido, e dada a importância que o serviço de apoio ao domicílio tem, no dia a dia, dos idosos, quer seja no fornecimento de refeições, quer seja na higiene da sua habitação, quer seja ainda porque é aquele momento em que alguém está em casa e é um momento de convívio e de confronto, que contribui para a manutenção da qualidade de vida do idoso, que entendemos e concordamos com esta recomendação do PSD no sentido de alargar este serviço também a domingos e feriados.

Tendo em conta o que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social já afirmou em comissão (que das 41 respostas de apoio domiciliário apenas 7 só funcionam durante os dias úteis), deve o Governo Regional passar para a etapa seguinte e criar outros serviços que possam ser disponibilizados pelo Serviço de Apoio Domiciliário, como faz referência o parecer da União Regional das Misericórdias.

Importa permitir maior conforto e independência do idoso, que evite a sua institucionalização, mas também deverá ser determinado o valor padrão para cada serviço prestado.

Chamo, por isso, a atenção de que deverá esse valor padrão para um serviço de apoio domiciliário ter sempre em conta as distâncias percorridas e a orografia de cada ilha, porque há que reconhecer que as 9 ilhas não são territórios iguais e que não se pode tratar coisas diferentes da mesma forma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esperamos, sinceramente, que a Estrutura de Missão de Acompanhamento ao Financiamento das Respostas Sociais dos Açores, no trabalho que está a desenvolver, não se esqueça destes pormenores!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate iniciado ontem e que esperamos, sinceramente, se conclua pela aprovação desta recomendação não deixa de ser necessário fazer aqui um reparo a algo que foi dito por parte do Partido Socialista e que entendemos merecer algumas considerações.

Queria agradecer naturalmente a apreciação feita pela Sra. Deputada Ana Espínola que toca um pouco no centro da questão relacionada com a necessidade do alargamento do apoio domiciliário, mas também com a

necessidade da revisão dos valores que estão a ser contratualizados com as instituições que prestam este serviço de apoio domiciliário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mas ontem ouvimos aqui alguma coisa que me parece ser uma espécie de um neossocialismo açoriano, que é algo que me faz pensar que estamos perante um socialismo que olha para os números, mas esquece as pessoas.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

Deputado José Ávila (PS): O senhor está a estragar tudo!

O Orador: E a verdade é esta e se me ouvirem, se quiserem ouvir, certamente que percebem porque é que este neossocialismo é uma espécie de novidade no nosso ordenamento político, que é o seguinte: fazem questão de salientar, a Sra. Secretária já o fez, os Srs. Deputados do Partido Socialista fazem-no também, que das 41 instituições que responderam relativamente à questão de haver ou não apoio domiciliário todos os dias da semana, apenas (e sublinho que Vs. Exas. se referem ao “apenas”) sete dizem que não prestam esse apoio domiciliário todos os dias da semana e é aí que entra realmente a questão dos números parecerem mais importantes do que as pessoas. Porque em sete instituições, se for um idoso por cada instituição são sete pessoas que não recebem apoio domiciliário todos os dias da semana, mas se forem dez já são setenta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como a carga, o avião cargueiro: é de segunda a sexta!

O Orador: Portanto, vamos cá ver uma coisa: há pessoas nesta Região (pessoas!) que por via de não haver uma contratualização para que este apoio seja prestado todos os dias da semana, apesar de haver instituições que o fazem mesmo não estando contratualizado fazem esse esforço, que ficam dias da semana sem receber este apoio e essas pessoas não são números que equivalem

a sete instituições, são pessoas concretas, são pessoas que o Partido Socialista deste neossocialismo está a deixar para trás, está a deixar sem apoio.

Deputada Cecília Pavão (PS): Não é verdade! Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Certamente que essas pessoas eventualmente podem fazer um cruzeiro por 7,5€, mas não podem é receber apoio domiciliário todos os dias da semana, porque o Governo se recusa a apoiar as instituições.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Espero sinceramente que esta circunstância de haver ou dez, ou sete, ou cinquenta, ou setenta, ou cento e quarenta, enfim, de haver pessoas nesta Região que não têm apoio domiciliário todos os dias da semana leve o Partido Socialista a recomendar ao Governo Regional que renove os contratos que tem com as instituições para que essas pessoas não deixem dia nenhum de receber apoio domiciliário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O programa do Governo Regional para esta legislatura previa já alargar e melhorar o serviço de apoio ao domicílio garantindo novas respostas e assegurando o serviço nos sete dias da semana.

Portanto, isto está patente no programa do Governo e nós obviamente lá chegaremos não pela via administrativa que os senhores pretendem, como já aqui foi dito, mas vamos mais além, porque as preocupações socialistas suplantam o que os senhores aqui querem trazer com o seu Projeto de Resolução e refiro-me exatamente a quê?

Refiro-me a uma coisa importantíssima que é (e que me é até particularmente cara por razões profissionais) o apoio dirigido ao cuidador.

Um dos pontos essenciais do Programa Regional de Reestruturação do Serviço Domiciliário e de Apoio ao Cuidador prevê, entre outras questões, a sensibilização e informação aos cuidadores, a prestação de apoio psicossocial e do suporte psicológico aos cuidadores informais numa resposta de natureza multidisciplinar que pretende fazer face a um drama enorme que são os altos níveis de sobrecarga destes cuidadores e a promoção do descanso dos cuidadores informais num trabalho de protocolo que está a ser ultimado de parcerias que se efetuarão para camas dirigidas a este fim para alívio dos cuidadores (e quando falamos de apoio domiciliário temos invariavelmente e necessariamente de pensar nos cuidadores informais que asseguram o bem estar do idoso na sua casa).

Portanto, há um enorme investimento, um irrefutável investimento do Governo Regional nesta matéria de forma transversal e que suplanta aquilo que os senhores querem aqui trazer, questão da qual nós não discordamos, mas efetivamente temos uma resposta mais adequada, temos uma resposta mais consistente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não discordamos!

A Oradora: O Presidente do Governo Regional, aliás, em final de 2014 anunciou mesmo um investimento superior a 10 milhões de euros nesta matéria de apoio ao idoso.

Para terminar, depois da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, dirijo-lhe (porque acho que temos de saber dar e receber aquilo que nos é dirigido também) a distinta lata com que o Sr. Deputado me presenteou ontem ao dizer que o Partido Socialista olha aos números, esquecendo as pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Dirijo-lhe a amabilidade da sua expressão lembrando uma coisa que obviamente os Srs. Deputados sabem: enquanto o Governo Regional dos Açores mantém e reforça, só a título de exemplo, o Complemento Regional de Pensão, o Governo da República corta em 6,72% este ano relativamente a 2014 no Complemento Solidário para Idosos ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ao arrepio de todas as orientações de instituições como a UNICEF ou a ONU específicas para Portugal.

O Governo Regional dos Açores mantém e consolida o apoio à aquisição de medicamentos, conhecido como COMPAMID, enquanto o Governo da República fala agora da criação de um banco de medicamentos e cito o Sr. Ministro “que já permitiu a **doação** de cerca de dois milhões de embalagens”. A “doação”! Os senhores compreendem o peso da palavra numa espécie de esmola de prestação caritativa a que este Governo da República e as suas políticas sociais nos vêm habituando, mas que sempre denunciaremos e à qual nunca nos resignaremos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria congratular-me com a intervenção da Sra. Deputada Ana Espínola, quando faz uma breve caracterização do serviço de apoio ao domicílio revelando que o conhece e que está preocupada com o mesmo.

A Sra. Deputada e a sua bancada parlamentar concordam com o alargamento dos sete dias. Esta bancada parlamentar também concorda, mas inserido nas medidas e no programa que o Governo está a desenvolver.

Relativamente ao valor padrão do apoio ao domicílio vir a ser ajustado isso também já foi aqui falado ontem e irá certamente ser feito, de modo que também nós fazemos votos de que a EMAFRESA aponte sugestões neste caminho o que certamente acontecerá.

Relativamente ao Sr. Deputado João Bruto da Costa queria dizer-lhe o seguinte e à bancada do PSD e a todas as Sras. e Srs. Deputados. Não basta pedir o alargamento do serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados. Mais uma proposta para fazer número baseada no desejo de construir um pacote social para atirar areia aos olhos das açorianas e dos açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja mais humilde! Não lhe faz mal nenhum! Valorize o valor do pacote da medicação para a hepatite C para ver se é uma doação ou um esbanjamento!

A Oradora: Respondendo à sua classificação de neossocialismo digo-lhe Sr. Deputado, olhos nos olhos, que é necessário ir ao encontro das instituições, mas sobretudo das pessoas. Olhá-las nos olhos, Sr. Deputado, conversar com elas, conhecer-lhes os problemas, as necessidades e os sonhos a que têm direito.

Deveria o PSD, no mínimo, conhecer os serviços que já são prestados por muitas instituições no âmbito do SAD. Se o tivesse feito com olhos de ver e não

apenas de olhar distraidamente estaríamos a discutir uma proposta mais rica e mais construtiva.

Louvo nesta câmara as técnicas e os técnicos do serviço social, sociólogos, psicólogos, enfermeiros, coordenadores dos SADs, colaboradoras das IPSSs que vão diariamente a casa dos utentes prestar-lhes os serviços de que necessitam, voluntários, familiares, vizinhos e amigos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em género de doação?

A Oradora: Sr. Deputado, sei do que falo, porque é a minha área profissional e foi com base na área da velhice que fiz os meus estudos, os últimos.

Perguntemos, Sr. Deputado, aos nossos idosos que precisam destes serviços, façamos esta pergunta, Sr. Deputado: “Deseja Sr. Manuel, deseja Sra. Maria que as senhoras da Santa Casa (do centro social, por exemplo) venham à sua casa aos domingos e feriados?”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eles dizem que não!

Deputada Judite Parreira (PSD): Mas precisam!

A Oradora: Obteremos respostas como estas: “Não queria ninguém na minha casa em dia nenhum. Não gosto que mexam nas minhas coisas, que metam o nariz na minha vida. Só aqui estão porque há coisas que não posso fazer.”

Ou responderão ainda: “Só quero que me tragam a comida, porque me esqueço do fogão aceso.”

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Oh Sr. Deputado tenha paciência!

“Já me queimei várias vezes, só por isso vêm cá. De resto não preciso de mais nada.”

“Ainda sei limpar a minha casa. Vocês não são mais limpas do que eu. Já não limpo como limpava, mas amanho-me.”

Ou respondem ainda, Sr. Deputado: ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O apoio domiciliário não é necessário. Vai terminar!

A Oradora: Mas que falta de respeito! Louvado seja Deus! Louvado seja Deus!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é uma falta de respeito!

A Oradora: Estou a falar daquilo que as pessoas dizem.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Cecília Pavão termine a sua intervenção.

A Oradora: São pessoas que respondem assim, Sr. Deputado. São pessoas que respondem assim! São seres humanos que respondem assim e V. Exa. se não morrer novo de velho não passará.

Outros respondem: “Gosto muito que venham cá. Aos domingos e feriados não é preciso, os meus filhos vêm cá e cuidam de mim.”

Outros responderão: “Não gosto da funcionária fulana tal, só gosto da outra, (calma!) mas por causa dos horários tenho que me sujeitar, mas só aquelas duas me sabem lavar como deve de ser e me deixam a casinha num brinco. Cantam e fazem-me rir. As outras são mal-encaradas.”

Ou responderão, por exemplo: “Gosto que venham, mas acho que fazem tudo muito depressa. Queria que ficassem mais tempo comigo para eu ter com quem conversar, com quem desabafar.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não há paciência!

A Oradora: “Preciso de alguém que me escreva uma carta para a América, mas elas dizem que não podem fazer isso, que têm de ir cuidar de outros velhos.”

Ou responderão ainda: “Não gosto que vejam o meu corpo, levam muito tempo a dar-me banho.”

Ou dirão ainda: “Domingos e feriados, todos os dias ainda é pouco. Queria que viessem, no mínimo, de manhã e à noite para me virarem na cama e esfregarem uma pomada.”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Moral da história, Sra. Deputada? Então é preciso ou não é preciso, Sra. Deputada?

A Oradora: É este conhecimento e reconhecimento das necessidades e aspirações, Sras. e Srs. Deputados, que o Governo Regional se preocupa em recolher diariamente através dos seus técnicos e parceiros sociais na busca constante das melhores soluções para os cidadãos que precisam destes serviços.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Aí se vê a falta de sensibilidade dos Srs. Deputados!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Região Autónoma dos Açores as assimetrias demográficas são significativas entre as diferentes ilhas e, em alguns casos, entre os diversos concelhos da mesma ilha, evidenciando desde logo diferenças entre o peso da população jovem e o peso da população idosa, dando como exemplos naturalmente o concelho, por exemplo, das Lajes do Pico e o concelho da Ribeira Grande.

É neste contexto social e demográfico que se exige que as políticas públicas se adequem às novas necessidades dos idosos, dos cuidadores e das famílias, promovendo a adequada conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar.

Sem prejuízo do compromisso de alargamento do horário de funcionamento dos serviços de apoio ao domicílio inscrito no programa do Governo, esse terá de ser um processo a decorrer de forma faseada, devidamente fundamentada em

instrumentos de diagnóstico e apoiada em dispositivos de coordenação, acompanhamento e avaliação, cuja construção está em curso.

O Programa Regional de Reestruturação dos Serviços de Apoio ao Domicílio e de Apoio aos Cuidadores é disso exemplo e inscreve-se num processo de planeamento estratégico que se afirma na capacidade de responder às necessidades que emergem de uma sociedade em profunda mudança, nomeadamente das que resultam das dinâmicas demográficas registadas e da evolução e mudança das funções e papéis da família.

É neste contexto que este programa assenta em duas vertentes: na reorganização de forma progressiva dos serviços de apoio domiciliário no sentido de os dotar de uma maior e melhor capacidade de resposta, nomeadamente no alargamento de horários e no tipo de serviços prestados; e um segundo aspeto, no apoio aos cuidadores informais.

Queria aqui fazer um parêntesis para desde logo dar resposta e esclarecer um aparte feito pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa: ...

Deputado Francisco César (PS): É o costume do Sr. Deputado!

A Oradora: ... o que é que isto de apoio aos cuidadores tem a ver com o apoio ao domicílio?

Tem tudo, Sr. Deputado, e lamento de facto.

O senhor tem por hábito chamar as pessoas de incompetentes. Não queria ser tão dura, mas de facto é revelador de que os seus conhecimentos não são de facto os melhores sobre esta matéria ...

Deputado André Bradford (PS): Impreparado!

A Oradora: ... e, portanto, o senhor de alguma forma se encontra impreparado inclusivamente para este tipo de debate.

Naturalmente que o alargamento do serviço de apoio ao domicílio e aqui deixe-me que lhe diga que alargar o serviço de apoio ao domicílio faz-se de forma que responda às necessidades dos utentes, daí que em primeira instância é preciso

perceber se nesta ou naquela localidade, neste ou naquele serviço se justifica de facto o alargamento do serviço porque há necessidade deste ou daquele utente.

É desta forma que as instituições têm procedido progressivamente ao alargamento em função daquelas que são as necessidades dos utentes em concreto.

Devo dizer-lhe que os serviços de apoio ao domicílio não pretendem substituir-se às famílias, nem aos cuidadores, sendo eles naturalmente os informais, portanto, toda a ligação entre aquilo que é o serviço de apoio ao domicílio prestado por cuidadores formais e aqueles que são os cuidadores informais que podem ser a família ou outras pessoas que prestem os cuidados a essas pessoas idosas ou dependentes no seu domicílio. Portanto, daí que o programa preveja ações nos dois domínios.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Queria dizer-lhe que esse programa materializa quatro eixos de intervenção. Um designadamente ao nível da reestruturação dos serviços de apoio ao domicílio, e depois outros três dirigidos especificamente aos cuidadores formais e informais: sensibilização e formação dos cuidadores, apoio psicossocial e suporte psicológico e promoção de descanso ao cuidador, um aspeto fundamental e realçado por todos os cuidadores.

Queria dizer-lhe que (aliás, como já referi na Comissão, mas nunca será demais dizer) em 2014 foi efetuada a primeira ação no âmbito deste programa e que teve a ver exatamente com a atualização da caracterização dos serviços de apoio ao domicílio através de um inquérito disponibilizado às IPSS's e Misericórdias que prestam serviço de apoio ao domicílio.

Deste inquérito resultam três conclusões essenciais.

A primeira e que é evidente: a Região Autónoma dos Açores está de facto totalmente abrangida pela rede de serviços de apoio ao domicílio dispondo de 41 serviços. Em 91 havia 13 serviços desta natureza com uma capacidade

instalada para servir 2.617 pessoas, não se registando listas de espera significativas.

Ao contrário do que acontecia, isto como segunda conclusão, há alguns anos, a Região dispõe de 14 serviços de apoio ao domicílio a funcionar todos os dias da semana, 15 de segunda a sábado e apenas sete só prestam serviço nos dias úteis. Vinte e dois destes serviços já têm um diretor técnico, ou seja, correspondendo a 66%.

Agora respondendo a uma segunda questão colocada pelo Sr. Deputado e que tem a ver: mas estes sete prestam serviço a quantas pessoas?

Não é assim. Teria que enquadrar a situação.

Quantas pessoas é que, abrangidas por este serviço de apoio ao domicílio, podem não estar com o serviço a ser assegurado?

É assim que as coisas têm que se colocar.

Não é por via administrativa Sr. Deputado que nós dizemos que vamos alargar o serviço de apoio ao domicílio sete dias por semana.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: O que nós temos de perceber é: quantas pessoas é que precisariam desse serviço ao sábado ou ao domingo e não estão a beneficiar dele?

Isto é que tem de ser feito.

Aliás, isto é um processo que tem sido seguido pelas instituições.

Deputado Francisco César (PS): Aprende alguma coisa!

A Oradora: O Sr. Deputado gosta muitas vezes de referir o facto de eu ter sido dirigente de uma Misericórdia e ter pertencido à direção de uma Misericórdia (com muito orgulho e gosto nisso) e uma das áreas da minha competência nas minhas atribuições era exatamente o serviço de apoio ao domicílio. E qual foi a primeira preocupação?

Foi exatamente fazer um inquérito a todos os utentes do serviço de apoio ao domicílio e perceber quantos deles careciam de serviço ao fim de semana.

Conclusão: eram poucos, mas eram alguns e a Misericórdia com reajustamento de horário dos seus recursos promoveu o apoio ao domicílio durante os fins-de-semana.

Portanto, não é por via administrativa. É organização dos serviços de cada estrutura em função das necessidades que cada utente manifesta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o que eu disse!

A Oradora: É desta forma que as coisas de facto se processam.

Daí que o Governo Regional neste processo iniciou em março deste ano, independentemente dos levantamentos que estão a ser feitos pelas próprias instituições, porque precisamos de ter uma caraterização fidedigna, a aplicação de um inquérito por questionário que visa obter uma caraterização social dos utentes (aqui não só das necessidades deste ou daquele serviço em particular, porque ao fim de semana pode, por exemplo, justificar-se a higiene pessoal, mas não ser necessária a alimentação, porque a família consegue assegurar e sempre que possível isso é desejável, que as famílias vão assegurando os serviços que conseguem disponibilizar) também para medir necessariamente o grau de satisfação com os serviços prestados, porque este é fundamental, mas ao nível da caraterização social. Porque nós queremos empreender uma mudança de facto, queremos perceber até os rendimentos dos beneficiários do serviço de apoio ao domicílio, que alterações é que temos de promover ao nível das participações familiares e isso é essencial e perceber os serviços, porque é fundamental também que se adeque o financiamento dos serviços de apoio ao domicílio (e já falámos disto aqui ontem). A EMAFReSA, um dos seus primeiros trabalhos, foi exatamente proceder a esse levantamento. Já apresentou a sua proposta, mas quer afinar a solução em função daquilo que for de facto a resposta da população que beneficia deste serviço.

Outro aspeto que é essencial e que tem de ser aqui colocado.

De facto, é do conhecimento de todos que sobre as instituições que dispõem de estruturas residenciais há uma enorme pressão para o acolhimento da população idosa ou população dependente.

Importa avaliar essas listas de espera, perceber o que de facto são necessidades de acolhimento em lar e quais aquelas que podem ser canalizadas para serviços de apoio ao domicílio ou centros de dia.

É todo este trabalho que está a ser feito pela Direção Regional de Solidariedade Social e pelo Instituto de Segurança Social dos Açores e, portanto, pensamos que é de uma avaliação global, de uma estratégia única que pretende dirigir-se não só à população idosa, mas à população dependente em geral, mas que não pode nunca ser dissociada daqueles que são os três eixos dirigidos aos cuidadores, em que destacamos como necessidade imperiosa a de formação aos cuidadores formais, necessidade de sensibilização aos cuidadores informais, elaboração de um plano de formação e implementação desse plano de formação e também um aspeto que é fundamental e que já foi aqui focado pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho. Há uma questão que é indispensável: para que eu possa acolher um familiar meu na minha residência, tenho que ter a garantia de que se adoecer, se precisar de me ausentar da Região ou da minha ilha, tenho camas numa estrutura residencial que podem e garantem o acolhimento dessa pessoa idosa ou dependente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

A Oradora: Tudo isto está a ser trabalhado pelo Governo Regional, quer na componente de determinação do número de camas que ficarão afetas a este serviço, quer inclusivamente num outro aspeto que também é importante, que é o financiamento deste tipo de acolhimento.

Portanto, é do cômputo global de todos estes fatores que resultará uma melhoria substancial do serviço de apoio ao domicílio, não apenas (naturalmente que é um aspeto relevante e assumo como tal) a questão eventual para todos aqueles

utentes a que se justifique o alargamento a mais dias por semana que poderão ser seis ou sete em função daquela que for a necessidade dos utentes, mas tudo isto se fará não por via administrativa e dizer que daqui a 90 dias todos temos que fazer. Não!

É um processo gradual de melhoria que já aconteceu. Há uma evolução substancial de 2011 já para 2014 e isso é registado nas caracterizações que são feitas dos serviços de apoio ao domicílio e implica não que digamos só, como já referi, que administrativamente aumente. É preciso que criemos as condições por um lado para percebermos para onde é que temos de conduzir o serviço de apoio ao domicílio e isso é feito com as ferramentas que aqui referenciei e que são determinantes de facto para a melhoria do serviço a prestar no domicílio.

Disse.

Deputadas Benilde Oliveira e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero congratular-me porque uma vez que o Governo concorda, que a Sra. Deputada Renata Correia Botelho disse que concorda, que a Sra. Deputada Cecília Pavão concorda, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a fingir que não percebeu!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não percebeu nada!

O Orador: ... esta proposta vai ser aprovada.

Quero congratular-me com isso, porque se concordam e depois vão chumbar só tenho uma conclusão então a tirar: o problema é do autor, o problema é do autor da proposta.

Se o problema fosse a incompetência do autor da proposta diria que então é o Governo que é incompetente, porque foi aqui dito que o autor desta proposta é o programa do Governo.

Deputado André Bradford (PS): Não senhor!

O Orador: Não é?!

Aquilo que eu ouvi aqui a Sra. Deputada Renata Correia Botelho dizer foi que o Governo já tem esta previsão, esta ideia no seu programa do Governo.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Está no programa do Governo, só que o PS está mais à frente!

O Orador: O problema, Sra. Deputada, dessa afirmação é que já passou mais de metade deste mandato e passando mais de metade deste mandato, numa questão importante como esta que é não deixar aqueles idosos que a Sra. Deputada Cecília Pavão ali citou expressões de que até gostariam de ter as pessoas lá todo o dia, todos os dias, sempre que possível (há uns que não gostariam, há outros que não necessitam), há aqueles que precisam e se o problema era resolver isso já passaram dois anos e meio. Se é um problema de competência estamos esclarecidos.

Deputado André Bradford (PS): O problema é que os senhores vão tirar 40 mil!

O Orador: Quero salientar mais uma vez que as propostas que o PSD apresenta no âmbito daquilo que intitulámos de pacote social não são propostas contra Vs. Exas., não é contra o Governo que nós apresentamos estas propostas, é a favor das pessoas que vão beneficiar delas.

Deputado André Bradford (PS): E muito bem!

O Orador: Quanto à questão da via administrativa que a Sra. Secretária mais do que uma vez disse (e não foi apenas a Sra. Secretária a dizer) que era por via administrativa que íamos alargar o âmbito do apoio domiciliário a todos os dias

da semana, vou ler aquilo que diz a nossa resolução, a proposta que este Parlamento aprove: ...

Deputado André Bradford (PS): Vai ter mesmo que ser!?

O Orador: “O Governo Regional deve, no prazo máximo de 90 dias [a proposta entrou em outubro, portanto, esses 90 dias já lá vão], desenvolver as ações necessárias para que seja disponibilizado o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados.”

Em que é que esta proposta implica a via administrativa?

Se fosse assim, Sra. Secretária, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É preciso saber ler!

O Orador: ... por via administrativa, o Governo está a obrigar a que seja prestado apoio domiciliário eventualmente em dias que até não é necessário. Se calhar até há é pessoas que têm apoio domiciliário apenas alguns dias por semana e não todos. Se calhar não necessitam.

Essa negociação é o trabalho do Governo, portanto, nós fazemos uma recomendação.

Foi também aqui dito que nós temos a distinta lata de apresentar este tipo de propostas e cortamos complementos regionais.

Já ontem tive a oportunidade de esclarecer a Sra. Deputada Renata Correia Botelho que o maior corte que incidiu sobre esta Região de apoios sociais foi feito pelo Governo do seu Primeiro-Ministro José Sócrates, que cortou seis milhões de euros em Abono de Família aos açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E há uns meses o seu Governo?

O Orador: Foi o seu Governo, foi o seu Primeiro-Ministro José Sócrates que o fez!

Portanto, é esse neossocialismo da Sra. Deputada, é o neossocialismo em que a senhora radica, que às vezes não sei se é bem a bancada em que se devia sentar,

mas é esse neossocialismo em que a senhora milita que deve também ser confrontado.

Quanto a complementos regionais, e isto também respondendo ontem a uma afirmação da Sra. Deputada Cecília Pavão que nós só defendemos assistencialismo, ...

Deputado André Bradford (PS): E é verdade!

O Orador: ... ali a Sra. Secretária até se deve ter arrepiado, porque qualquer complemento regional nesta Região é uma medida assistencialista por natureza. Um complemento regional é uma medida assistencialista por natureza e, portanto, todos os complementos regionais que existem são medidas assistencialistas com as quais nós concordamos.

Deputada Cecília Pavão (PS): Não é assistencialismo, é um apoio aos cidadãos!

O Orador: E tanto concordamos que até propusemos nesta Assembleia, por exemplo, o aumento do Complemento Regional de Abono de Família ...

Deputada Cecília Pavão (PS): E o dos idosos?

O Orador: ... que já não é aumentado e que perdeu valor por via da inflação e esse aumento do Complemento Regional de Abono de Família foi chumbado por quem?

Por quem é que foi chumbado o Complemento Regional de Abono de Família? Pelo Partido Socialista dos Açores, esse Partido Socialista que é contra a redução de complementos.

Olhe, e propusemos também para as crianças e jovens em idade escolar que beneficiam do Rendimento Social de Inserção sobre as quais incide a maior pobreza, sobre as quais é mais grave a pobreza nos Açores, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E então, e agora?

O Orador: ... que houvesse também um complemento regional para essas crianças e jovens em idade escolar e quem é que chumbou essa proposta neste Parlamento?

Foi o Partido Socialista dos Açores. Que grandes apoiantes do estado social que os senhores saíram nesse vosso neossocialismo!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Isso foi tudo debatido e esclarecido na altura, Sr. Deputado!

O Orador: Se oferecer medicamentos a pessoas que deles necessitam não é razoável, o que dirão então aqueles doentes que necessitavam do medicamento da Hepatite C e que o vão receber do Estado português?

Se receber medicamentos sem qualquer custo não é razoável, o que dirão essas pessoas?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não gostam, mas é assim!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas que o PSD apresentou neste Parlamento que visam apoiar as pessoas que necessitam de apoios sociais e concretamente neste caso aquelas que precisam de apoio domiciliário todos os dias da semana foram fruto do trabalho de muitos independentes que colaboraram com tudo aquilo que puderam, inclusivamente alguns infelizmente não podendo dar a cara com o PSD, não podendo dar a cara com medo de alguma coisa que nesta Região se chama de represálias - para ser simpático.

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Deputado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ih!

O Orador: Portanto, é esse conjunto largo de pessoas independentes da política, técnicos, dirigentes de Instituições de Solidariedade Social, pessoas que trabalham com estas realidades, que nos ajudaram de forma abnegada e voluntariosa para apresentarmos propostas que visem responder à calamidade social que se vive nos Açores, são todas essas pessoas que V. Exa. ofende quando diz que estamos a atirar areia para os olhos de alguém.

Nós não estamos a atirar areia para os olhos de ninguém, nós estamos a contribuir para que nos Açores haja um estado social que responda às necessidades da sua população.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dois minutos ou nem tanto só para dirigir umas palavras à bancada do PSD e em particular ao Sr. Deputado Bruto da Costa, que eu tenho por um homem inteligente e que julgava mais atento à realidade que o circunda.

Aquilo que eu disse há um quarto de hora foi que o Governo Regional dos Açores mantém e reforça o Complemento Regional de Pensão, enquanto que o Governo da República corta 6,72% relativamente a 2014 no Complemento Solidário para Idosos.

Não estamos a falar do passado. Estamos a falar daquilo que concerne ao Orçamento de Estado para 2015.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para umas coisas serve, para outras não!

A Oradora: Quando eu há bocadinho disse que o Governo Regional mantém e consolida o apoio à aquisição de medicamentos, enquanto o Governo da República fala da criação do banco de medicamentos como uma doação, foi no debate de 12 de fevereiro sobre a pobreza em Portugal, em que o Ministro do vosso Governo, do governo conjunto, fez questão de utilizar esta palavra, esta doação, e fez questão de salientar como grande medida social o aumento para 850 cantinas sociais.

Acho que está tudo tão dito que não vale a pena voltarmos à questão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queria apenas tirar aqui uma conclusão daquilo que aqui ouvi.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo é ineficiente!

A Oradora: Penso, Sr. Deputado, que de facto posso concluir que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata faz propostas para constar e faz propostas para constar, Sr. Deputado, porque diz uma coisa e o seu contrário com a maior facilidade deste mundo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso fica-lhe mal, Sra. Secretária!

A Oradora: Também posso concluir certamente que há um grande fosso entre a primeira fila e a segunda fila, porque tanto se diz que mais vale um euro no bolso de um açoriano do que no Governo, como também se diz que não é com

dinheiro no bolso dos açorianos que se resolvem os problemas. Portanto, temos que nos entender.

Deputado Luís Maurício (PSD): A senhora é inteligente!

Deputado Francisco César (PS): Quem disse isso?

A Oradora: Temos que nos entender porque se assim é como é que fazemos propostas para criar complementos ao Rendimento Social de Inserção e como é que fazemos propostas para aumentar o complemento ao Abono de Família?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

A Oradora: Afinal são propostas assistencialistas que nunca os senhores concordaram eventualmente com elas, tanto é que na República fazem exatamente o contrário, e trouxeram-nas aqui apenas para constar, para constar das estatísticas do trabalho parlamentar, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... para constar do debate e dos *sound bites* do Parlamento, com certeza, porque na verdade o que os senhores pretendem são as doações de medicamentos, são as cantinas sociais, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pretendemos é ajudar as pessoas, Sra. Secretária!

A Oradora: ... são uma política verdadeiramente assistencialista.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sra. Secretária, se são para constar então porque é que as andam a copiar?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Como?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Se são para constar porque é que as andam a copiar?

É que até nós as apresentarmos os senhores não tinham feito nada. Até nós apresentarmos as nossas propostas os senhores não tinham feito nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E só e agora sim para constar deste debate uma clarificação: foi o atual Governo da República que descongelou as pensões mínimas sociais e rurais que o vosso Governo liderado por José Sócrates tinha congelado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em aparte diz o Sr. Deputado Aníbal Pires: “Clarifique essa discussão!”

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E vai fazê-la!

O Orador: Há aqui muita gente que já pode estar perdida, mas a discussão é esta. Há aqui uma recomendação que recomenda o seguinte, passo a redundância: ...

Deputado André Bradford (PS): Não vai ler outra vez?

O Orador: “O Governo Regional deve, no prazo máximo de 90 dias, desenvolver as ações necessárias para que seja disponibilizado o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados.”

É tão-somente isto!

Da nossa parte, da parte do PPM, nós evidentemente que votamos a favor.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Claro!

O Orador: Consideramos que os argumentos são argumentos positivos e vão nesse sentido.

Portanto, a votação do PPM é a favor.

O Partido Socialista é que vai votar a favor e entretanto construiu aqui uma narrativa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas que narrativa?

O Orador: ... (para utilizar – não devia citar este nome – outros autores, outros responsáveis políticos) que não se compreende muito bem, ou seja, existe esta necessidade e existe esta assunção do ponto de vista político desta ambição.

É tão simplesmente isso!

Portanto, da parte do PPM: sim ou não?

Da nossa parte é sim.

Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Sendo assim vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD lamenta que apenas por causa do autor deste projeto não tenha sido aprovado nesta Casa um diploma que favorece os açorianos que necessitam de apoio domiciliário todos os dias da semana.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto a um aparte que eu ouvi de que eramos embaixadores de Passos Coelho, se fosse hoje votava novamente em Passos Coelho.

Pergunto é se os senhores eram capazes de votar outra vez em José Sócrates!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Mais firme!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem votava em Sócrates?

O Orador: Prefiro ser embaixador de Passos Coelho do que advogado de José Sócrates.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A gente não tem dúvidas nenhuma disso, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço um pouco da vossa atenção.

Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, para uma declaração de voto, ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não estamos em intervalo.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Digo apenas que a discussão deste diploma só vem reforçar o orgulho que os açorianos têm que ter nestas matérias, que os açorianos têm que ter na política social que tem sido desenvolvida, na luta que temos feito para que sempre e incontornavelmente seja conferir a dignidade que nós lhes devemos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Depois de votarem contra esta proposta!?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande dignidade!

A Oradora: A dignidade! Sem caridadezinhas, sem doações, trabalhando afincadamente para um trabalho bem feito, salutar e que responda efetivamente às necessidades reais, concretas da população, dos açorianos, de todos nós.

Portanto, o Partido Socialista nunca poderia associar-se a um diploma que fica aquém do que é possível fazer e do que estamos a fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande dignidade obrigarem os açorianos a aceitarem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos no ponto seis: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/X – “Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a apresentação da urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após o processo em curso de chegar à tramitação do acordo e da elaboração desse Decreto Legislativo Regional e estando ele pronto julgamos que não há mais tempo a perder e, portanto, a urgência justifica-se após este período e o tempo necessário para o elaborar deve ser aprovado o mais rapidamente possível de maneira que as pessoas, sobretudo os doentes oncológicos, possam tirar benefício dele.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS)**: Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende e concorda com a urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, dou então a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para a apresentação do projeto de DLR.

(Neste momento, a Deputada Arlinda Nunes substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como todos se lembram, em boa hora, aquando da discussão do Plano e Orçamento nesta Casa, o CDS e o Governo entenderam-se relativamente à necessidade de se majorar as diárias dos doentes oncológicos.

O CDS fez a proposta e o Governo e a maioria aprovaram-na em sede de Orçamento a verba necessária para que possamos estar aqui.

Devo dizer que espero que esta proposta seja aprovada por unanimidade nesta Casa, que mereça o apoio de todos, porque ela tem um fim único: beneficiar os doentes. Não é para beneficiar nem o CDS, nem o Governo, nem qualquer um dos partidos, mas sobretudo ir ao encontro daquelas que são as necessidades dos doentes e os doentes oncológicos são aqueles que mais sofrem infelizmente com a doença, que estão mais tempo fora da sua residência e onde muitas vezes a doença os atinge com maior intensidade e nalguns casos gravidade.

Traz algumas inovações este Decreto Legislativo Regional.

Estes doentes têm sempre direito a receber. Relativamente à diária, os doentes têm sempre direito a receber um complemento diário de 20€. Este é o primeiro ponto. À diária normal dos doentes recebem 20€ de complemento.

Depois uma outra inovação, em que ficava ao livre arbítrio dos conselhos de administração, às vezes dos pareceres clínicos. Aqui fica preto no branco que

estes doentes, os doentes oncológicos, além de receberem 20€ de majoração na sua diária têm sempre direito a acompanhante (sempre direito a acompanhante) o que consideramos também absolutamente necessário para este tipo de doença. Ainda mais! Também se procurou inovar noutra área. Sabe-se que em média um doente oncológico, por exemplo, para fazer um tratamento de radioterapia está seis, sete semanas fora da sua ilha de residência. Também está aqui previsto que à partida da sua ilha de residência o doente tenha direito a receber um terço da diária ou do montante da diária que irá receber, ou seja, já leva um adiantamento de dinheiro para fazer face às primeiras despesas.

É de facto uma inovação e é de facto um contributo social suportado pela Secretaria Regional da Solidariedade Social. Também é a diferença que este Decreto Legislativo Regional tem, ou seja, é um apoio social complementar dado aos doentes oncológicos, à diária dos doentes, têm direito a 20€, têm direito a acompanhante sempre e têm direito a receber um terço da ajuda prevista que vão gastar nas seis ou sete semanas que vão estar fora.

Portanto, parece-me que se inovou bastante nessa matéria. É mais um passo, este sim, significativo, que tem impacto na diária dos doentes. Às vezes estes doentes estão muito tempo fora da sua residência e com uma ajuda muito significativa damos-lhes um pouco mais de qualidade de vida e talvez, quem sabe, dando-lhes um pouco mais de qualidade de vida possamos minorar e mitigar o seu sofrimento.

Portanto, parece-me que não merecerá qualquer reprovação de ninguém desta câmara e será aprovado por unanimidade. Assim o esperamos.

Com orgulho apresentamos esta proposta e também salientamos o bom entendimento que deve haver entre oposição e Governo quando é necessário porem-se todos de acordo para beneficiarem os açorianos, neste caso os doentes oncológicos, os que mais sofrem entre os doentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio o Bloco de Esquerda vai dar o seu parecer favorável à presente iniciativa.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Como é óbvio vamos dar o nosso parecer ou o nosso voto, no caso, à presente iniciativa por entendermos que esta constitui um apoio majorado justo aos doentes oncológicos deslocados, apoio este que, não mitigando o seu sofrimento, pode de alguma maneira contribuir para aliviar custos com necessidades primárias num período de extrema sensibilidade e sofrimento dos próprios doentes, familiares ou acompanhantes.

Aproveito a ocasião, Sras. e Srs. Deputados, para dizer o seguinte.

Lamentável é que ao mesmo tempo que nós estejamos aqui, nesta Assembleia, a majorar um apoio aos doentes deslocados oncológicos (e bem, no entender do Bloco de Esquerda), que ao mesmo tempo, e refiro-me à Portaria n.º 28/25, de 15 de março, o Governo Regional por meio desta portaria esteja a cortar significativamente o apoio a todos os doentes, em particular aos deslocados, nomeadamente para tratamentos, coartando assim, no nosso entender, um direito ao acesso à saúde, que é um direito fundamental como nós sabemos e que se reveste de características extremamente graves no nosso entender.

Passo dar um exemplo só para quem não percebeu de que é que estamos a falar, mas dou o exemplo das deslocações de táxi que antes eram pagas pela

Secretaria Regional na sua totalidade e neste momento vão dos seis aos dez euros.

Mas eu deixo várias perguntas e se assim não é peço ao Governo para que explique se é de outra maneira.

Uma pessoa que tem que se deslocar para fazer um tratamento, por exemplo, de diálise, se não for três vezes no mínimo por semana já não tem direito. Ou seja, um doente que tem que ir uma vez, independentemente dos seus rendimentos, já não pode ir. A partir dos sete quilómetros, sendo o máximo de táxi dez euros, também não tem direito.

Pergunto: um doente do Nordeste, da Povoação, de Vila Franca, como é que faz se não poder fazer o tratamento no seu centro de saúde (o que acontece muitas vezes principalmente quando são estas doenças como as oncológicas)?

No entanto, são várias as questões e poderia aqui, aproveitando que a Sra. Secretária está cá e esta é uma portaria que vai ser suportada pela Secretaria Regional da Solidariedade Social, aproveitar para perguntar se assim não é que nos evidenciasse, nomeadamente e aparentemente parecia que esta era uma distribuição muito mais equitativa e justa uma vez que era baseada nos rendimentos, afinal vem revelar que há um corte e é um corte bastante substantivo.

Nós estamos a deixar os nossos doentes que necessitam de se deslocar em casa por falta de rendimentos. Isto é extremamente grave. Isto é extremamente grave, Sras. e Srs. Deputados!

Aqui está o estado social, Sras. Deputadas!

No entanto, também há o valor das diárias, que também gostava que a Sra. Secretária nos explicasse. Por aquilo que foi dado a entender era majorado, mas pelo que nós vimos e fazendo as contas, eles são é exatamente cortados.

Deixava ainda uma última pergunta e esta realmente é mesmo falta de sensibilidade, porque apesar de estarmos a falar ...

Presidente: Sra. Deputada Lúcia Arruda, permita-me só que a interrompa para alertar a Sra. Deputada e a câmara que independentemente da matéria ser a deslocação de doentes, nós estamos aqui a debater esta proposta em concreto e não a portaria que foi publicada. Portanto, gostaria que a Sra. Deputada ... permiti-lhe um certo enquadramento, mas naturalmente as suas questões não se devem focar noutra assunto que não este, que em particular nós estamos hoje aqui a discutir.

Deputado Francisco César (PS): Está a fugir ao âmbito!

A Oradora: Termino já.

Obrigada, Sra. Presidente.

Oh Sr. Deputado, quando não vos dá jeito falar de um assunto é porque estamos sempre a fugir ao âmbito. Desculpe lá!

Deputado Francisco César (PS): Mas está!

A Oradora: Terminando, Sra. Presidente, e vou já terminar com o respeito devido.

Só há uma coisa que gostava de saber e já agora o Bloco de Esquerda pergunta à Sra. Secretária: tendo estes doentes uma mobilidade muito reduzida, qual é o sentido de fazer com que só recebam o reembolso nos hospitais? Porque é que não pode ser por um depósito em conta bancária?

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o PSD está a favor de tudo aquilo que possa constituir ajuda aos doentes e a demais aos doentes oncológicos.

Diria que esta é uma proposta positiva do CDS-PP que vem majorar um apoio aos doentes oncológicos e que no seu próprio articulado, o articulado da vossa

proposta, a do CDS-PP, faz referência à portaria da deslocação de doentes e seus acompanhantes para tratamentos.

Portanto, as duas matérias, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, estão em absoluto interligadas.

Nesse princípio, segundo este princípio, é entendimento do PSD que esta proposta do CDS-PP vem repor aquilo que a portaria da deslocação de doentes retirou e retirou não a todos os doentes, ou se a Sra. Presidente assim o entender, retirou a todos os doentes, mas para satisfazer a sua interpretação do enquadramento da discussão eu diria que ela retirou também aos doentes oncológicos e eu vou passar a citar e a explicitar a argumentação que aqui estou a fazer.

Propõe esta proposta do CDS-PP de Projeto de Decreto Legislativo Regional uma suplementação de 20€ diários aos doentes. Ora, como disse, ela vem repor a injustiça resultante daquilo que, constando da portaria de deslocação de doentes, aparentemente vinha aumentar o apoio aos doentes, mas na verdade veio diminuir e segundo um princípio que o PSD não concorda e não concorda porque o apoio aos doentes deslocados, inclusive aos doentes oncológicos cuja proposta do CDS estamos aqui a discutir, se faz com base no nível de rendimento.

Nada de mais obtuso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo, porque um doente que tenha conhecimento infelizmente de ser portador de uma doença oncológica no mês de junho é obrigado a apresentar uma nota de liquidação do seu IRS relativamente a dezembro de 2013 para se determinar o seu nível de apoio na deslocação, isto é, ele é apoiado em função de um rendimento que já não tem, porque é portador de uma doença grave, deixou de trabalhar e quanto mais grave for a sua doença, mais prolongada a sua inatividade. Nada de mais absurdo relativamente a esse princípio que institui a portaria que define os apoios aos doentes deslocados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o que aparentemente era para dar, veio retirar aos doentes oncológicos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque ...

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício, permita-me que o interrompa, porque não é pelo facto de dizer várias vezes doentes oncológicos que retira aquilo que eu referi à Sra. Deputada Lúcia Arruda e o senhor compreendeu muito bem aquilo a que eu fiz referência.

Naturalmente permiti à Sra. Deputada Lúcia Arruda, como lhe estou a permitir a si, referências à portaria e o enquadramento que entenderem fazer.

O que a Sra. Deputada Lúcia Arruda estava era a interpelar uma série de questões que em nada têm a ver com o documento que nós estamos aqui a tratar.

Portanto, foi esse alerta que fiz, mas isso não impede que nenhuma das bancadas possa naturalmente, até em termos comparativos, utilizar a portaria que foi publicada.

Portanto, não pense que é porque diz muitas vezes e faz referência a doentes oncológicos que me inibe de lhe chamar a atenção.

Enquanto estiver apenas a fazer essa comparação naturalmente não lhe chamarei a atenção.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Aprecio em toda a sua extensão a autoridade que revelou na interpretação sobre a minha intervenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Exemplificando relativamente a esta majoração que vem precisamente beneficiar os doentes oncológicos.

Atendamos à portaria de deslocação de doentes: um doente oncológico, pertencente ao nível D, ao escalão D, do valor da comparticipação, tem uma diária de 31,75€ ...

Deputado Berto Messias (PS): E insiste!

O Orador: ... de deslocação, quando antes tinha 26,51€. Significa que nesta portaria (aí é que está o truque) aumentou-se a comparticipação do doente deslocado, mas baixou-se no acompanhante.

Portanto, fazendo essa diferença, um doente que pertencesse ao escalão D teria um rendimento superior, ou um apoio superior à sua deslocação de 5,24€. O acompanhante por sua vez no nível 5, portanto no escalão D, quando antes tinha um apoio diário à deslocação de 26,51€ ...

Deputado Berto Messias (PS): E insiste!

O Orador: ... passa a ter 14€. Portanto, o acompanhante por esta portaria deixou de ter, ou passou a ter, a menos 12,51€ de apoio à deslocação do seu familiar doente.

Fazendo o balanço entre o apoio supletivo ao doente de 5,24€ e de menos 14€ ao acompanhante, nós chegamos à conclusão que um doente cujo agregado familiar tenha um rendimento médio de 840€, que corresponde precisamente ao escalão D da portaria, tem até então a receber menos sensivelmente 10€.

Mas o doente oncológico necessita de se deslocar e, portanto, se permanecer em território continental durante cinco a sete semanas necessita de se fazer transportar e enquanto pelo regime anterior o transporte era totalmente pago, aqui tem um limite por dia ao transporte terrestre por táxi.

Portanto, se esse doente fizer apenas e só uma única deslocação do centro de Lisboa para Carnaxide para efetuar as suas sessões de radioterapia em média pagará 17€ por cada percurso. Como é só comparticipado num máximo de 7€ ele perde com esta portaria de deslocação de doentes mais 10€.

O que significa que considerando as três componentes (a comparticipação do doente que aumentou, a comparticipação do acompanhante - e o doente oncológico, Sr. Deputado Artur Lima, é sempre acompanhado – que diminuiu de forma significativa e o apoio ao transporte terrestre que diminui de forma significativa) este doente que tem um rendimento *per capita* médio de 840€, numa deslocação por uma doença oncológica ao continente português acaba, pela portaria de deslocação de doentes, de perder diariamente 22,51€, ou seja, aqui é que está. Aquilo que aparentemente aumentava e era uma benesse deste Governo Regional é um prejuízo e uma injustiça para o próprio doente. Aqui é que está a vantagem da proposta apresentada pelo CDS-PP que vem aqui corrigir aquilo que era uma injustiça para os doentes, ou seja, aquilo que era um financiamento, ou um apoio à deslocação para um doente oncológico e seu acompanhante que tivesse um rendimento médio mensal de 840€, ou seja, que pertencia ao escalão D segundo a portaria de deslocação de doentes, que em vez de receber menos 22,51€ por dia de deslocação relativamente às regras anteriores que era um valor fixo, passa a receber apenas e só, com a majoração proposta pelo CDS-PP, menos 2,51€.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do CDS em consonância com o Governo vem mais repor uma injustiça do que acrescentar.

Naturalmente tudo o que seja para convergir no sentido do interesse do doente, da sua proteção e do apoio social, o PSD está de acordo e naturalmente não faria qualquer sentido que não fosse o de votar favoravelmente a proposta do CDS, mas com todos esses pormenores e os argumentos que apresentei devidamente explicados para que ficasse claro como água aquilo que estamos realmente a tratar e a aprovar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem agora a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que tudo o que for possível para apoiar os doentes, neste caso os doentes oncológicos, todos devemos refletir com moderação, planear com rigor e implementar com sustentabilidade para melhorar a prestação dos cuidados de saúde e fortalecer o Serviço Regional de Saúde.

A saúde nos Açores tem evoluído significativamente nos últimos anos.

Como é referenciado no preâmbulo deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, o esforço da modernização dos serviços de saúde quer a nível de instalações e equipamentos, bem como a nível de profissionais de saúde tem sido uma constante na Região Autónoma dos Açores.

A reestruturação da saúde efetuada pelo Governo Regional dos Açores tem obtido resultados muito positivos para o funcionamento e para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Ainda recentemente o XI Governo Regional estabeleceu a melhoria no apoio disponibilizado aos doentes no Serviço Regional de Saúde na deslocação quer da sua ilha de residência, quer para outra ilha ou para fora da Região pela portaria já falada pelos Srs. Deputados anteriormente, pela Portaria n.º 28/2015, de 9 de março do mês passado, onde estabelece regras mais justas para a deslocação dos doentes da Região Autónoma dos Açores que necessitem de resolver os seus problemas.

A organização do sistema de saúde tem sido sempre uma preocupação e uma grande prioridade do Governo Regional dos Açores. É pena que a oposição (alguma oposição) não veja a evolução que tem acontecido na Região Autónoma dos Açores e venha sistematicamente apontar erros, complicações, equações, em que realmente muitas vezes são necessários aperfeiçoamentos, mas não veja o conteúdo e a grande evolução da reestruturação que este Governo tem feito.

A melhoria efetuada na deslocação de doentes desta portaria e do acompanhante, o alojamento, o serviço de apoio e a comparticipação do transporte foi contemplada nessa portaria que já falámos, trazendo uma grande mais-valia para todos os procedimentos da saúde e conseqüentemente para os pacientes com necessidade de diagnóstico e de tratamento dos seus problemas. Os doentes açorianos deslocados estão já a usufruir de um novo regime de comparticipações financeiras ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Isso é retórica!

O Orador: ... que introduz critérios de maior justiça social ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não é verdade!

O Orador: ... através do reforço de apoios a quem mais necessita.

Deputada Lúcia Arruda (BE): O novo regime corta!

O Orador: Os açorianos e as açorianas têm-nos dado essa confiança em sucessivas eleições, porque esta postura de apoiar os que mais necessitam é e será sempre o rumo definido por políticas socialistas.

No novo regime deixa de haver comparticipação consoante o tempo de deslocação, passando a existir um apoio para o escalão consoante o rendimento do utente.

O reforço e o aumento do valor da diária tem em conta os rendimentos do doente e não a duração da sua deslocação.

Um doente do escalão A com rendimentos mais baixos passa a usufruir de uma comparticipação diária de 45,35 e o seu acompanhante de 20€, sendo participado ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Os senhores podem dizer e a gente não pode dizer nada!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): A Sra. Presidente tem de advertir!

Deputado André Bradford (*PS*): Isso é porque não vos dá jeito. Não estão a gostar de ouvir! Não está a gostar de ouvir, mas vai ter que ouvir!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estou eu aqui para gerir os trabalhos.

A advertência que fiz à Sra. Deputada Lúcia Arruda (e por isso é que permiti que o Sr. Deputado Luís Maurício continuasse a sua intervenção até ao fim) é porque a Sra. Deputada Lúcia Arruda estava a fazer perguntas concretas sobre a matéria que não era aquela que estava em discussão. Fez perguntas concretas sobre essa matéria, porque enquanto ...

A questão está na forma como fez a sua intervenção, porque no enquadramento que fez, nos termos comparativos que utilizou, não lhe fiz qualquer advertência. Quando se limitou a fazer perguntas concretas sobre um diploma que não é aquele que nós temos hoje em discussão, porque o debate serve para pedirmos esclarecimentos, é que eu a adverti, de que não deveria limitar-se a fazer questões sobre uma matéria que não é a que está aqui em causa.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas não é a portaria que está em discussão!

Presidente: Portanto, a advertência que fiz ao Sr. Deputado Luís Maurício foi a mesma, foi que se limitasse, ... Porque aquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício fez foi comparar a portaria com o diploma que agora está aqui em análise e é aquilo que o Sr. Deputado Ricardo Cabral também está a fazer na

perspetiva do Partido Socialista e por isso é que estou a permitir enquanto ele se mantiver, como se manteve o Sr. Deputado Luís Maurício apenas num termo comparativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa!

Presidente: Não está a debater, não está a questionar nem o proponente, nem o Governo sobre esta matéria, sobre a questão referente à portaria. Está a fazer a sua intervenção usando a portaria como termo comparativo àquilo que se está aqui hoje a discutir.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, pode continuar.

O Orador: Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É necessário esclarecer as açorianas e os açorianos de que esta portaria vem melhorar e é uma mais-valia para todos os açorianos e sobretudo para os doentes que necessitam de se deslocar, mas é importante também que os açorianos e as açorianas entendam e registem (e sobretudo aqui as pessoas que não querem que nós esclareçamos esse assunto) que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem uma atenção especial para as pessoas que mais necessitam e a justiça social na saúde tem de ser registada e tem que ser entendida por aqueles que às vezes gostam de fazer alguma derivação.

Vou repetir que o doente no escalão A, e dou-lhe já esse exemplo, passa a usufruir de uma comparticipação diária de 45,35 e o seu acompanhante 20€, sendo a comparticipação máxima diária de transporte terrestre no valor de 10€, que anteriormente era de 24,27€.

O reforço no apoio abrange também o acompanhante que passa a beneficiar de uma comparticipação diária equivalente à do doente nas situações em que o doente estiver internado.

O utente passou a poder escolher livremente o local onde vai ser alojado, mas o mais importante em relação aqui a este Projeto de Decreto Legislativo Regional

que tem a nossa concordância, porque é uma forma de ajudar e apoiar as pessoas que necessitam, é que o Governo Regional dos Açores anunciou logo no Plano e Orçamento que estava disponível para implementar uma legislação autónoma, tendo por objeto a atribuição pela Segurança Social de um complemento especial aos doentes oncológicos.

Essa disponibilidade (logo de seguida quando foi apresentado pelo CDS-PP no Plano e Orçamento) nós estávamos à espera que acontecesse mais cedo ou mais tarde consoante o estudo da situação.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desde a apresentação e discussão do Plano e Orçamento entendeu ser importante majorar o apoio dos doentes oncológicos votando favoravelmente a proposta que visou a criação do CEDO pelo partido proponente deste presente Projeto de Decreto Legislativo Regional na altura da discussão do Plano e Orçamento.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia sempre as políticas dos partidos que melhorem a prestação dos cuidados de saúde da Região Autónoma dos Açores e entende que tudo o que for possível para apoiar os doentes de forma exequível e de forma sustentada merece a nossa concordância e sempre com justiça social e privilegiando e majorando sempre aqueles que mais precisam na nossa Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Perguntava à Sra. Deputada Lúcia Arruda se se inscreveu para intervir no debate ou se era para uma interpelação à Mesa, porque na altura não consegui aperceber-me.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Prescindo.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir, objeto: “o presente diploma cria o complemento especial para o doente oncológico adiante designado CEDO”.

É uma proposta do CDS que tem impacto na Secretaria Regional da Solidariedade Social e nem sequer, nem de longe, nem de perto, na Secretaria Regional da Saúde.

Portanto, toda a discussão lateral da portaria feita ...

A Sra. Deputada Lúcia Arruda foi advertida, mas pelos visto por ter feito duas perguntas, ou três perguntas, ou quatro perguntas.

De resto, quem veio para aqui falar sobre a portaria que não tem rigorosamente nada a ver com isto foi permitido.

Não conduzo os trabalhos. É a Sra. Presidente que os conduz.

Agora o que está aqui em causa é discutir este Decreto Legislativo Regional e não a portaria de deslocação de doentes.

Pode-se ir buscar. É lateral.

Agora a literalidade hoje ficou aqui 360.º e vou registar. Este CEDO vai mais cedo do que tarde ... Fica registado na minha memória que terei latitude daqui para o futuro para ir a Marte e vir nem que estejamos a discutir as profundezas do oceano, porque realmente é assim.

Mas isso também se entende. Entende-se que ...

Permita-me Sr. Deputado Luís Maurício que lhe faça um pequeno reparo à sua intervenção sobre a portaria de deslocação de doentes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: Esta proposta foi feita no âmbito do Plano e Orçamento como bem se lembra e este valor foi proposto e apurado na altura antes da portaria de deslocação de doentes ter sido alterada e, portanto, o que veio a ser feito a seguir é da inteira responsabilidade de um senhor que não está ali, o Secretário

Regional da Saúde, e que o Sr. Deputado Luís Maurício terá, presumo, muito em breve oportunidade como eu terei ...

Aliás, o que V. Exa. disse aqui sobre essa portaria eu já disse lá fora e a tempo e horas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu também!

O Orador: E V. Exa. também e concordo exatamente nos exatos termos que o senhor o disse e até mais, mas direi a quem de direito, na altura própria, no diploma próprio e na discussão própria.

Agora entendo que a mais-valia destes doentes nem é só pelos 20€. É também o terem sempre direito a acompanhante e isto fica consagrado em lei para que mais nenhum diretor de hospital, mais nenhum administrador e mais quem quer que seja diga que um doente oncológico não pode levar um acompanhante e isso é uma mais-valia que vale dinheiro, Sr. Deputado Luís Maurício e Sras. e Srs. Deputados, como concordará com certeza comigo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma mais-valia que não tem preço!

O Orador: Como também uma mais-valia as pessoas terem direito a um adiantamento da sua deslocação, porque muitos não o têm, Sr. Deputado Luís Maurício. Também é uma mais-valia além dos 20€.

Portanto, acho que devíamos estar todos satisfeitos por hoje aprovarmos aqui um Decreto Legislativo Regional que é uma mais-valia para os doentes, que é uma mais-valia em diversas valências. Devíamos estar todos satisfeitos com isso.

Na outra discussão, à qual me juntarei a V. Exa. na crítica feroz e contundente da deslocação de doentes, juntar-me-ei a V. Exa. novamente, mas hoje o que está aqui em discussão é felizmente mais-valias para os doentes oncológicos.

Quanto aos outros doentes, coitados, são vítimas de uma política que eu agora aqui, eu, Sra. Presidente, recuso-me e vou restringir a minha intervenção a este Decreto Legislativo Regional.

Se quiserem discutir deslocação de doentes que não está aqui referido em sítio nenhum e se quiserem associar uma coisa à outra, pois que o façam.

Aliás, depois também não está o Secretário Regional da Saúde para responder e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social responde por isto e não responde pela deslocação de doentes, e portanto ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É o Governo!

O Orador: É o Governo.

... se há objeto de um diploma, é o objeto do diploma e o diploma é este.

Mas se o Governo também quer discutir a deslocação de doentes, vamos embora, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Nós discutimos o que os senhores quiserem discutir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira referência apenas para sinalizar que a proposta referente ao Complemento Especial ao Doente Oncológico dá execução àquilo que está previsto no regulamento da deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde e que prevê precisamente que por legislação autónoma proceder-se-á à atribuição pela Segurança Social de um complemento especial a doentes do foro oncológico.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

A Oradora: No entanto e tendo presentes as recomendações e os alertas feitos pela Sra. Presidente às intervenções que tiveram lugar, mas tendo o Governo sido diretamente interpelado e tendo inclusivamente o Sr. Deputado Luís Maurício na sua intervenção feito também referência expressa à questão da

regulamentação da deslocação de doentes, e não pretendendo naturalmente, Sra. Presidente, discutir isso, permita-me apenas uma referência breve para refutar um conjunto de apreciações que foram aqui efetuadas relativamente a esse regime, porque a verdade é que aquilo a que se procedeu foi à introdução de critérios de justiça social e do reforço do apoio a quem dele efetivamente mais precisa, porque (e dando apenas um pequenino exemplo) para um doente com o menor rendimento a comparticipação regista um aumento de 87%, passando a 45,35€.

Efetivamente a comparticipação deixa de ser em função do tempo de deslocação e passa a ser em função dos rendimentos, mas esta é uma opção que o Governo do Partido Socialista tomou cumprindo esse desígnio que é de realizar com os recursos que tem a justiça social, reforçando o apoio a quem dele efetivamente mais precisa.

Gostaria também de clarificar, porque julgo que é importante, que há determinadas situações de maior sensibilidade, digamos assim, que estão acauteladas.

Um doente com idade superior a 65 anos tem sempre direito a acompanhante, as grávidas têm sempre direito a acompanhante.

Não me vou por aí alongar porque efetivamente não quero trazer à discussão a portaria, ...

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já está!

A Oradora: ... mas compreenda Sr. Deputado que o Governo foi diretamente interpelado sobre esta matéria e não poderia deixar de refutar as apreciações que foram feitas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós nestas questões temos que ser absolutamente justos e quero ter essa justiça em relação à proposta do CDS-PP.

Há uma situação que junto da nossa comunicação social foi bastante divulgada e junto as queixas de uma parte muito significativa dos nossos doentes e uma parte muito significativa da nossa população. Existiu uma pressão muito grande com que o Governo foi confrontado em relação à injustiça e à situação absolutamente deficitária, ou o apoio deficitário, que era dado aos doentes oncológicos.

Há um partido que toma essa iniciativa e esse partido é o CDS-PP que consegue vantagens e consegue três vantagens que já aqui foram referenciadas e que considero que são bastante significativas.

O facto de poder levar sempre, por exemplo, um acompanhante. Não fica debaixo da arbitrariedade da administração, passa a ser absolutamente obrigatório.

Também o facto de existir a possibilidade de existir um adiantamento da deslocação que é absolutamente essencial tendo em conta também a situação financeira em que se encontram as nossas famílias e em especial os doentes e também este apoio de 20€.

Considero que este é um conjunto de boas propostas e isto faz desta proposta do CDS uma proposta excelente que em muito vai beneficiar as pessoas.

Mas há um fator que tenho de referir.

Ficaria bem o Governo Regional também nesta matéria, a proposta do CDS que traz estas vantagens adicionais, se não tivesse desenvolvido um esforço no sentido de prejudicar os doentes, ou seja, ao mesmo tempo que esta proposta era apresentada no âmbito do Plano e Orçamento já o Governo Regional, depois de

a ter aprovado, estava a arquitetar uma forma de amortecer o impacto orçamental desta medida ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): De melhoramento!

O Orador: ... e de criar aqui mecanismos de compensar de outra forma, compensar retirando direitos e desacautelando as situações em que as pessoas se encontram, retirar para encaixar, do ponto de vista orçamental, a proposta do CDS-PP e esta demonstração foi feita de forma veemente e de forma bastante ...

Penso eu que não ficou qualquer tipo de dúvida em relação à demonstração de que assim é, de que a estas vantagens que agora foram decididas e que estão a ser votadas e analisadas existiu ao mesmo tempo por parte do Governo um esforço no sentido de diminuir o esforço da administração noutros âmbitos, nomeadamente também aqui em relação aos doentes oncológicos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Foi para melhorar!

O Orador: Por isso, é evidente que se o CDS-PP tem este mérito de apresentar esta medida, o Governo Regional a partir do momento em que cria uma portaria que é uma portaria que de facto não vai de encontro às necessidades das pessoas e muito pelo contrário até em muitas situações prejudica os doentes e que os coloca numa situação pior e com menos auxílios, o que devo dizer é que o Governo Regional fica muito mal no âmbito desta discussão e nesta fotografia, porque o Governo Regional acaba por adotar um conjunto de procedimentos que diminuem o impacto real da medida agora proposta pelo CDS.

Portanto, o Governo Regional do ponto de vista político penso que fica absolutamente desmascarado no âmbito deste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A questão não é essa!

O Orador: Fica absolutamente desmascarado no âmbito deste debate, porque a verdade é que muitos dos doentes se vão encontrar numa situação pior a partir do momento em que começou a ser implementada esta portaria.

A verdade é que os danos só não são maiores, porque no âmbito dos doentes oncológicos o CSD faz esta proposta, apresentou esta proposta que é muito meritória.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reafirmar de novo o apoio do PSD a uma proposta do CDS que é meritória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, naturalmente o PSD está satisfeito com todas as propostas que venham a apoiar os açorianos e naturalmente ainda mais quando esses açorianos se encontram doentes.

Em segundo lugar, reconhecer que infelizmente e sobretudo nos tempos mais próximos têm sido por diversas vezes feitas tentativas de coartar os acompanhantes aos doentes deslocados e o que é certo é que esta proposta aqui apresentada pelo CDS-PP vem tornar claro que todos os doentes oncológicos devem ser acompanhados.

Referidos esses dois princípios queria também fazer uma outra referência à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima. É um facto que a vossa proposta foi apresentada no âmbito da discussão do Plano e Orçamento. Portanto, antes do Governo apresentar em março uma nova proposta de deslocação de doentes.

Oh Sr. Deputado Artur Lima, mas eu gostaria de o interpelar: quer V. Exa. dizer com isso que o Governo três meses após de ter aprovado a vossa alteração orçamental quis absorver na portaria de deslocação de doentes? Sim ou não?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fez essa pergunta para ali, mas posso responder!

O Orador: Depois fazendo referência à intervenção do Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral nós não estamos aqui para complicar. Estamos aqui para

aprovar, mas com sentido crítico, sabendo fazer a leitura das situações e sabendo fazer sobretudo a leitura política e as consequências benéficas que elas possam ter para as pessoas.

Portanto, refuto as suas afirmações segundo as quais estejamos aqui (foi essa a ideia que o Sr. Deputado deu a entender) a querer encontrar (não foi essa a expressão que V. Exa. utilizou, bem entendi, mas “areias na engrenagem”) argumentos para justificar o que quer que seja.

Portanto, não há aqui qualquer obstaculização relativamente a conteúdos, nem qualquer sentido de desresponsabilização negativa da nossa parte, até porque se fossemos para falar de conteúdos, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, temos bem o testemunho público de uma doente oncológica que trata na imprensa precisamente tudo aquilo que eu aqui acabei de referir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não há questão aqui de tratamento partidário entendido como uma assunção parcial enviesada de uma realidade por parte de um deputado que pertence a um partido político que tem aqui assento.

Não! Factos são factos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais não seja o testemunho de um próprio doente para confirmar esses factos, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional, Dra. Isabel Almeida Rodrigues, (permita-me e porque V. Exa. assim o referiu) fez referência a um aumento de mais de 80% do 1.º escalão relativamente aos doentes deslocados e com menores rendimentos.

Queria corrigi-la e dizer que isto não é verdade, porque a Sra. Secretária Regional habilmente (habilidade que lhe reconheço e não me faz, enfim, minorizar perante V. Exa. o reconhecimento dessa sua competência) referiu-se apenas e só ao valor total do apoio concedido ao doente deslocado, que na realidade aumentou de 26,51€ para 45€, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Referi-me à diária!

O Orador: ... mas V. Exa. esqueceu-se de referir que o acompanhante, independentemente do número de dias de deslocação, era apoiado anteriormente em 26,51€ por cada dia de deslocação e segundo esta nova portaria é apenas apoiado em 20€.

Esqueceu-se de referir também, Sra. Secretária Regional, se me permite corrigi-la, que estes doentes, com este nível de rendimentos, são considerados doentes com necessidades sociais emergentes e que no anterior regime tanto o doente como o seu acompanhante eram apoiados em cada dia em 5€ de forma suplementar, ou seja, V. Exa. terá que adicionar aos 26,51€ da legislação anterior multiplicado por dois (doente e acompanhante) mais 10€ do apoio de emergência social, o que faz reduzir, Sra. Secretária Regional, em termos absolutos, o benefício para 2,33€ para os doentes mais carenciados.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Bem explicado!

O Orador: O que significa, Sra. Secretária Regional, que faz diminuir o benefício que V. Exa. fez aqui transparecer de mais de 80% para um benefício rigorosamente de 8,78%.

A verdade é esta, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem agora a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente vou só fazer uma intervenção para clarificar duas situações.

A primeira é que para o Bloco de Esquerda este Decreto Legislativo em questão vem trazer, no nosso entender, alguma justiça com a reposição dos valores que foram cortados aos doentes deslocados pela Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, da responsabilidade da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade, da Secretaria Regional da Solidariedade Social e depois então da Secretaria Regional da Saúde.

Era só este esclarecimento, porque cabalmente as pessoas devem decidir com a informação toda, ou pelo menos com aquela que é possível, e há pouco foi dito aqui que isto era da responsabilidade apenas da Secretaria Regional da Saúde

Não é verdade! É da responsabilidade da Vice-Presidência, da Secretaria Regional da Solidariedade Social e da Secretaria Regional da Saúde.

Portanto, talvez a forma como o Bloco de Esquerda se dirigiu em forma de pergunta não tenha sido a mais correta, no entanto, este é um assunto que no nosso entender está intimamente relacionado.

Volto a repetir para que não haja dúvidas: esta portaria, este Decreto Legislativo Regional do CDS, vem trazer alguma justiça (e reparemos, Sras. e Srs. Deputados) a uma parte da população doente, apenas aos doentes oncológicos, porque todos os outros são abrangidos pela portaria em questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Das pessoas que estão aqui, que têm responsabilidade, dos responsáveis políticos que têm responsabilidade é uma portaria que traz apenas cortes e injustiça aos doentes.

Obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a austeridade socialista!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A praxe assim me obriga.

Eu não queria obviamente discutir a portaria de deslocação de doentes, mas já que toda a gente insiste e até o Governo, portanto, vamos então discutir isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos a isso!

O Orador: E bem lembrado foi aqui pelo Sr. Deputado Luís Maurício e muito esquecido pelo Governo, em particular pelo Sr. Secretário da Saúde que é muito hábil nessas matérias, os 10€ das famílias em emergência social, dos tais 45 do escalão A que eles têm agora.

Mas essa portaria de deslocação de doentes é profundamente injusta e penalizadora dos doentes e é penalizadora logo quando se distingue entre doente e acompanhante.

Mas o acompanhante não dorme?

O acompanhante não come?

O acompanhante não está deslocado?

O acompanhante não perdeu rendimento?

Então por que é que o acompanhante tem uma diária diferente da diária do doente?

Essa é que é uma questão a que se tem de responder.

Por que é que o acompanhante tem uma diária diferente da diária do doente?

Fica na Pensão Estrelinha e o doente num hotel. Deve ser por isso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): No Hotel Estrela!

O Orador: Depois é profundamente injusta quando, por exemplo, uma pessoa que ganhe abaixo dos 800€ tem direito a um determinado rendimento e quem ganha acima ... Vamos pôr mil! Quem ganhe mil euros pois já está no 4.º nível de apoio.

Só que quando fica doente e se for da Segurança Social vai receber 60% do seu ordenado, ou seja, passa a receber 600€, porque está doente, mas vai ser apoiado como se ganhasse mil, quando na realidade vai ficar a ganhar 600€. É novamente profundamente injusta esta portaria de deslocação de doentes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem observado! Bem visto, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, quando se está doente e se tem de meter baixa por seis, sete, oito semanas, por dois meses, quem ganha mil euros o seu rendimento cai para metade e o seu apoio cai para metade e quem ganha 400 ou 500 tem um apoio do dobro do que está também a receber 400 ou 500€.

Portanto, é profundamente injusta essa portaria de deslocação de doentes feita pelo Secretário Regional da Saúde com o apoio do Governo Regional dos Açores e do Sr. Presidente.

Portanto, sejamos claros: se é isso que querem discutir, vamos discutir isso com toda a frontalidade.

E mais ainda! É preciso dizer isso: nos transportes é absolutamente lamentável o que se faz nessa matéria!

Não me vai advertir, Sra. Presidente, que eu estou dentro da portaria. Não estou a fazer perguntas. Não estou a fazer perguntas, Sra. Presidente!

Presidente: Não vou advertir, mas vou novamente fazer um apelo à câmara.

O Orador: Ah, sim senhora! Eu aceito o seu apelo!

Presidente: Naturalmente que o foco do nosso debate é o Projeto de Decreto Legislativo Regional, não é a portaria, nem o debate é sobre a portaria.

O que foi permitido a todos os deputados que intervieram até agora foi que pudessem ... Aliás, e tenho de voltar a referir que em momento algum impedi alguém de continuar a sua intervenção, em momento algum impedi que continuassem o seu raciocínio. Agora tenho que advertir como já o fiz aos colegas anteriores.

O nosso debate hoje não é sobre a portaria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não era, mas agora já é!

Presidente: Permitti a todos que comparassem a portaria com o CEDO. Permitti a todos!

Permitti a todos que expusessem o seu raciocínio da forma como o entenderam melhor. Permitti a todos!

Mas o debate de hoje não é sobre a portaria, Sr. Deputado Artur Lima, como bem sabe.

O Orador: Sra. Presidente, se bem se lembra, para citar (se bem me lembro) Vitorino Nemésio, eu, na minha segunda intervenção aqui, nesta Casa, e depois da Sra. Deputada ter sido advertida e um ter continuado e outro ter continuado no assunto, eu próprio chamei a atenção, fiz um apelo também à câmara, na minha modesta posição (não é verdade!) ...

Deputado Francisco César (PS): Que chatice!

O Orador: ... que o que estava em discussão era o CEDO. Toda a gente continuou a discutir a portaria e depois veio a Sra. Secretária também falar da portaria e do aumento dos 87% do 1.º escalão.

Oh Sra. Presidente, eu, como humilde deputado também me senti no direito de dizer qualquer coisinha sobre a portaria.

É desagradável, mas é a minha opinião.

Presidente: Ainda não o impedi que fizesse, Sr. Deputado.

O Orador: Não, Sra. Presidente! É verdade.

Portanto, eu também tive que dizer qualquer coisinha sobre essa portaria que considero ... Não só a portaria!

E ainda mais!

Que incorre de uma coisa, que é quanto a mim, absolutamente ilegal, que é a dupla tributação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ora aí está!

O Orador: É a dupla tributação em que as pessoas, por um governo socialista, são duplamente tributadas, pagam impostos e depois ainda são penalizados, porque pagam impostos e ganham e pagam mais impostos.

Depois não têm direito à saúde?

Têm direito em termos diferentes?

Também aqui.

Portanto, se é isso que querem, vamos. Quem desconta mais, recebe menos?

É essa a justiça que o Sr. Secretário da Saúde quer fazer?

É isso que se quer fazer nos Açores de um governo socialista?

Bom, se é isso que querem fazer, vamos à discussão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem lembrado, Sr. Presidente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para realçar alguns aspetos que no âmbito desta proposta do CDS-PP e que merece aliás a concordância da parte do Governo, de todo o Governo, e não de parte do Governo.

Interessa salientar que esta proposta do CDS-PP articula-se e articula-se bem com o novo regulamento de apoio à deslocação de doentes no exterior.

O facto é que ela incide sobre as situações de doença oncológica ativa, aliás um dos bons exemplos de articulação desta proposta é que enquanto o regulamento de apoio à deslocação de doentes já apoia as situações de suspeita de doença oncológica, este centra-se nas situações em que há doença oncológica ativa. Daí que não seja compreensível desde logo por aqui, mas também não só, as acusações de que há cortes e de que há a exclusão.

Não! Não há!

O regulamento de apoio à deslocação de doentes garante um mínimo nas situações de doentes oncológicos, abrange quer as situações de suspeita, quer as situações ativas, sendo que neste caso em concreto esta proposta do CDS-PP acaba por vir apoiar de forma mais incisiva as situações em que está comprovada que um paciente padece desta doença.

Obviamente que do ponto de vista do Governo Regional esta não é a situação ideal.

A situação ideal começava por ser que nós não tivéssemos que enviar doentes para fora da nossa Região e que tivéssemos as condições para que em cada ilha da nossa Região poder dar os cuidados de saúde que cada um dos açorianos, independentemente da ilha da nossa Região, necessitassem.

Essa era a situação que o Governo consideraria a ideal.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Mas isso não pode ser infelizmente. Infelizmente não pode ser feito. Mas mesmo assim não é de excluir a intervenção do Governo noutras áreas, caso do apoio ao projeto privado de construção do centro de radioterapia que vem também trazer para mais perto dos Açores aquelas que são as medidas dirigidas a melhorar o apoio aos doentes oncológicos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há um conjunto de acusações que foram dirigidas ao Governo e que de forma alguma são aceitáveis e que o Governo gostaria de forma muito clara repudiá-las.

Nós podemos analisar a intervenção do Governo nesta matéria da forma como naturalmente cada um entende, mas a verdade também às vezes tem alguma influência nessas coisas, ou deve ter pelo menos, e a portaria que foi feita de apoio ao doente deslocado e que se articula e que articula com esta proposta, porque sendo este um suplemento naturalmente que temos de ter em conta

aquela que é a base se este é um complemento (não é suplemento, se este é um complemento) tem uma abordagem completamente diferente da portaria que vigorava anteriormente.

Tem uma abordagem completamente diferente porque o apoio não é definido em função do tempo que o doente está deslocado. Não nos parece justo, porque o custo diário não varia consoante o tempo.

O custo diário ... O custo total sim, mas o custo diário não varia consoante o tempo e é de maior justiça que eu, Presidente do Governo, receba menos apoio numa situação em que tenha que me deslocar ao continente por motivos de saúde (e Deus me guarde!) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é ilegal!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor paga mais!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh Sr. Presidente!

O Orador: ... e deixe que eu receba menos para que outros possam receber mais.

E é isso que é feito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E quem diz eu não é eu, são todos aqueles que têm um rendimento relativamente aos quais lhes deve ser exigida uma contribuição acrescida para que quem tem menos possa ter mais apoio.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Isso é demagógico!

O Orador: É isso que essa portaria faz. Apoia mais quem mais precisa, exigindo mais, é certo, de quem mais tem.

É isso que é feito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O esmagamento da classe média!

O Orador: Exatamente porque nós infelizmente não temos condições para dar o máximo a todos.

Os senhores podem fazer a leitura que quiserem, mas eu confio ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esmagar as classes médias é o que senhor está a fazer!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Mas é isso que é feito e não tenho dúvidas nem qualquer problema em assumi-lo aqui e assumi-lo perante os açorianos.

É verdade! É verdade, sim senhor! Este Governo está a pedir mais a quem mais tem para ajudar mais quem mais precisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Antes ser pobre que remediado!

O Orador: É isso que o Governo faz!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a tirar a quem tem para pagar aos pobres que criaram!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, numa discussão de um diploma anterior houve um aparte aqui na bancada do Partido Socialista que dizia assim: “Não há texto sem contexto”. E de facto é verdade. O contexto é fundamental para percebermos do que é que estamos a falar.

Passado algum tempo sobre esta discussão as coisas começam de facto a ficar perfeitamente claras.

Vou centrar-me para já no diploma que estamos a discutir, ...

Deputado Berto Messias (PS): Para já!

O Orador: Para já, exatamente, porque já lá vamos ao resto!

... que tem de facto o mérito, o mérito que já todos lhe reconhecemos (o PCP ainda não tinha reconhecido, mas está aqui a reconhece-lo, tem esse mérito) de propor um complemento para os doentes oncológicos, de assegurar uma diária para os acompanhantes e, portanto, tem esse mérito.

Embora esteja hoje a ser alvo de discussão, era uma situação que estava prevista desde a discussão do Orçamento para 2015.

Só que, Sr. Deputado Artur Lima, permita-me que lhe diga: quando discutimos o Orçamento e V. Exa. fez essa proposta, o contexto era outro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era outro!

O Orador: O contexto era outro.

Não retira nenhum mérito à sua proposta, Sr. Deputado, mas a verdade é que quando foi aprovado em sede de Orçamento o CEDO, ou o que virá a ser o CEDO, o contexto era completamente diferente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Entretanto, houve uma portaria em março ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma habilidade!

O Orador: ... que altera substantivamente a deslocação de doentes.

O Sr. Presidente há pouco (lamento, Sr. Presidente, aquilo que lhe vou dizer, mas tenho que lhe dizer) fez um exercício de demagogia, ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Exercício de demagogia?

O Orador: Fez, sim senhor, Sr. Presidente. Fez, sim senhor!

... fez um exercício de demagogia há pouco quando se referiu, quando disse a esta câmara, se referiu e transmitiu essa mensagem para o exterior desta câmara. Aquilo que V. Exa. disse é que V. Exa. para além dos impostos que paga ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Tira aos ricos para dar aos pobres!

O Orador: ... e que esses impostos são exatamente para pagar o direito à saúde, o direito à educação, V. Exa. acha então que ainda tem de ser tributado nos apoios.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Quem mais pode pagar, deve pagar!

O Orador: Não é assim, Sr. Presidente. Não é assim, Sr. Presidente!

Não, Sr. Presidente! Não é assim!

São nas opções orçamentais, é nas opções do orçamento que Vs. Exas. ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Onde é que corta?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Na Casa da Autonomia!

O Orador: Olhe, por exemplo, no Competir +. Olhe, no Competir +!

Corte no Competir +!

A questão é esta: é em termos das opções orçamentais que isso deve ser decidido. Não é dessa forma.

Sr. Presidente, aquilo que o Sr. Presidente fez aqui foi um exercício ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Se vivêssemos num mundo comunista!

O Orador: Ah, pois é! Pois é!

Oh Sr. Presidente, mas eu não posso deixar de lhe dizer isto: isso é pura demagogia. É evidente que com a bateria de agentes de propaganda que estão ao serviço do Governo e do Partido Socialista essa mensagem vai passar bem.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Nomeie! Quais são os agentes? Nomeie-os!

O Orador: O GaCS! O GaCS! O GaCS, Sr. Presidente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Olhe para cima?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Estão mal habituados!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Estamos mal habituados a quê?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Do bom tempo deste inverno!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que seja possível continuar este debate.

O Orador: Tem sido excelente o inverno!

Esperemos que o verão também seja.

Presidente: Vamos fazer um esforço todos para que de facto seja possível continuar este debate com a dignidade que este Parlamento merece.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, portanto, por aqui se vê como os contextos são importantes.

Sr. Deputado Artur Lima, lamento que a minha intervenção também tivesse tomado este rumo, porque não quero de maneira nenhuma desmerecer a sua iniciativa, mas a verdade é que ela foi subvertida pelo Governo Regional com a publicação em março da portaria de deslocação de doentes.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Portanto, isto é lamentável e é lamentável principalmente quando vem de um partido que tem na sua designação a palavra socialista.

Efetivamente de socialista não tem nada. É de facto um partido sem alma. Um partido sem alma!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Liberal!

O Orador: Liberal!

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Antes pelo contrário! Estou satisfeitíssimo! Já não é preciso dizer: “Cuba vencerá!”

Já se pode dizer: “Cuba venceu!”

De facto, o Partido Socialista, relativamente às questões da saúde, é aquilo que nós sabemos.

Deixou cair aquilo que era a grande bandeira com a introdução das taxas moderadoras e agora subverte uma proposta do CDS-PP que, tendo sido aprovada com determinado objetivo em sede de orçamento, acaba por ser desvirtuada e subvertida com a publicação da portaria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um governo mal-intencionado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Quer se inscrever?

Deputado Luís Maurício (PSD): Para me inscrever!

Presidente: Regressamos a um quarto para as seis.

Pedia apenas aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de me acompanharem à sala de reuniões.

Eram 17 horas e 14 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Ricardo Cabral a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria centrar aqui o debate para o Projeto de Decreto Legislativo Regional que cria o Complemento Especial para Doentes Oncológicos.

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entendemos apoiar este projeto. Vai dar a sua concordância. Estranho é a nossa concordância, a positividade do projeto, não ser compreendida por outros Srs. Deputados.

Acho que é importante realçar o esforço que o Governo Regional dos Açores e o Serviço Regional de Saúde têm feito ao longo desses anos para apoiar os doentes na sua acessibilidade, nas suas infraestruturas, na procura de recursos humanos, sempre para evoluir todos os indicadores de saúde da Região.

Nós temos feito, o Governo tem feito e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem feito sempre um esforço em recomendar ao Governo a aceitar e concordar com as ideias e com as propostas da oposição quando são sustentáveis, que melhoram o funcionamento e que melhorem o apoio aos doentes.

Essa disponibilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem de ser sublinhada, porque nós ao recebermos essas propostas temos o cuidado sempre de refletir e de estudar todas as propostas e disponibilizarmo-nos para a nossa concordância.

A positividade do projeto tem de ser enaltecida e não aproveitarem uma positividade para criar aqui um certo caos e imbróglios desajustados para a discussão deste projeto.

A disponibilidade do Governo Regional em relação a esta proposta vem desde a primeira hora.

Na discussão do Plano e Orçamento o Grupo Parlamentar concordou, votou favoravelmente e o Governo logo de seguida comunicou que ia fazer um diploma especial, autónomo para majorar esses doentes que precisam de um apoio do Governo Regional suplementar.

Esta disponibilidade não foi referenciada e todas as vezes que isso acontece é anulado por umas equações que às vezes os açorianos e as açorianas não percebem.

Mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer sublinhar que o esforço que o Governo Regional tem feito é um esforço grande e louvável para que o bem-estar, a acessibilidade e o apoio aos doentes seja executado.

Queria só dizer uma palavra em relação à portaria, uma frase só.

A portaria da deslocação de doentes que este complemento complementa segue um princípio de justiça social que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Partido Socialista não prescinde.

Esta é a nossa orientação política. Pode ser que os outros partidos tenham orientações diferentes. Nós aceitamos e ouvimos e temos uma posição diferente.

Beneficiar os que mais precisam é uma orientação do Partido Socialista, sempre foi e isto deu-nos sempre a confiança dos açorianos e açorianas para decidir procedimentos na área da saúde e nas outras áreas com positividade.

Esta justiça social nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entende que deve ser sublinhada todos os dias, porque é uma preocupação de todos os dias do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Entende que as divergências podem existir, mas o rumo socialista para a área da saúde tem sido determinado. A reestruturação era necessária. Os benefícios em várias áreas nas infraestruturas, na acessibilidade, em todos os procedimentos tem que se fazer uma reestruturação contínua e temos também a noção de que tudo pode ser aperfeiçoado e nós estamos aqui prontos para aperfeiçoar tudo.

Agora uma coisa é certa: o trajeto do passado até agora, na última década, tem sido positivo e entendo que os açorianos e as açorianas também entendem que esta positividade tem crescido e vai crescer nos próximos anos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que o Sr. Presidente do Governo Regional não esteja neste momento neste plenário, porque depois da intervenção que fez eu tenho que, obrigatoriamente, lhe responder, porque se todos nós pensávamos até agora que as políticas de saúde eram da responsabilidade do Sr. Secretário da Saúde, o Sr. Presidente do Governo Regional assumiu ali há minutos quem é o responsável pelas políticas que têm sido seguidas no âmbito da saúde e esse responsável é o próprio Presidente do Governo Regional e o próprio Presidente do Governo Regional disse ao que vinha, assumiu-se como uma espécie de Robin Hood das classes médias e o que disse foi o seguinte: “Assumo esta dupla tributação, assumo a minha função de esmagar a classe média. É isso que eu pretendo fazer no âmbito das opções políticas que o Governo Regional está a tomar.”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

O Orador: A verdade meus senhores é que fomos confrontados com uma postura ideológica que afasta completamente o Partido Socialista daquela que tem sido a sua postura tradicional.

Neste momento, o que nós temos por parte do Partido Socialista é o mais puro populismo, o mais puro chavismo do ponto de vista das opções políticas que estão a ser tomadas nesta Região.

Esmaga-se a classe média, essa é a nossa opção.

Nós temos a absoluta consciência que estas políticas agora têm um conteúdo ideológico perfeitamente assumido, esse conteúdo ideológico perfeitamente assumido pelo Sr. Presidente do Governo Regional é: “Nós somos a favor de que aqueles que já pagam impostos, daqueles que estão absolutamente afogados do ponto de vista da pressão fiscal nesta Região e que neste momento se encontram em enormes dificuldades e que pagam justamente para ter acesso por parte da Região aos serviços da educação e da saúde, esses que pagam, também ainda têm que pagar uma segunda vez para poderem usufruir desses serviços.”

Há esta opção política nítida e essa opção política nítida não é o Secretário da Saúde, é o Sr. Presidente do Governo Regional que aqui a assumiu de forma frontal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Eu tenho que criticar esta postura, porque a partir deste momento nós sabemos quem é que conduz e com que substrato ideológico é prosseguida a política no âmbito da saúde.

É por isso que tenho aqui que demonstrar o meu mais veemente repúdio pelas opções políticas e ideológicas que estão a ser tomadas e que são da responsabilidade do Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Tenho pena que o Sr. Presidente do Governo já não se encontre neste plenário.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já fez a intervenção para o telejornal!

O Orador: Não vou deixar, no entanto, de forma serena lhe dirigir algumas palavras e dizer-lhe que não é a agressividade que ele demonstrou neste debate,

por um lado, nem sequer é compatível com uma postura de um Presidente de um Governo, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... nem tão pouco ela é proporcional à força da razão. Diria que a agressividade aqui demonstrada pelo Sr. Presidente do Governo na sua intervenção é inversamente proporcional aos argumentos da razão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O nosso único objetivo neste debate foi o de procurar mostrar concordância com uma proposta benéfica para os doentes oncológicos da Região.

Não podíamos, no entanto, deixar de contextualizar essa proposta no âmbito da portaria de deslocação de doentes.

E na verdade foi isso que nós fizemos com toda a calma e com toda a serenidade própria de quem se julga no uso da razão.

E se o Governo, através do seu Presidente, acha que numa atitude (e perdoe-me a sua ausência naturalmente por motivos plenamente justificados) de um populismo extremo afirmar aqui que estava a tirar aos ricos para dar aos pobres, gostaria de perguntar ao Governo se em vez de aumentar, diminuir como eu aqui demonstrei a um doente que se faz acompanhar por um outro elemento (familiar ou o que quer que seja, por um acompanhante) para fora da Região e que tem um rendimento mensal de 840€, saudável (porque ele quando estava doente nem esse rendimento tinha), se isso é retirar aos ricos ou se não é destruir uma classe média que contribui com o seu trabalho para a riqueza desta Região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O que nós quisemos afirmar é que esta portaria não pode ser aceite pelos partidos da oposição como sendo um instrumento de publicidade enganosa. Não se pode fazer, transmitir para a população, que se aumenta nos montantes (em que procura de forma absoluta transmitir que se aumenta os apoios aos doentes), quando se aumenta muito menos, porque se dá ao doente e se retira ao acompanhante, deixando aqui entre parêntesis a seguinte afirmação: sabem Vs. Exas., Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que quando um doente se encontra internado não recebe apoio? Nessas circunstâncias, baixa-se o apoio ao acompanhante que está a acompanhar esse doente que está internado. É esse o vosso sentido de justiça social?

Por aqui está tudo dito e define bem o vosso comportamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Venho de novo a este debate para colocar uma questão ao proponente, mas também para ver se entendi qual é o conceito que o Partido Socialista tem de justiça social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ao ouvir o Deputado Ricardo Cabral, se é que ouvi bem, (e o Deputado Ricardo Cabral subscreveu aquilo que foi dito, enfim, há algum tempo atrás) se justiça social é retirar e penalizar quem já está fortemente penalizado, isto é, quem tem uma carga fiscal enorme, quem viu o seu rendimento reduzido e se é a esses cidadãos, se é a quem trabalha que se vai tirar e que auferir um determinado rendimento, que está fortemente tributado como disse, que foi alvo de cortes, se é a esses cidadãos, que são esses os cidadãos que financiam através dos seus impostos o Sistema Regional de Saúde, se é a esses cidadãos que se vai retirar dinheiro? Se isso é que é a justiça social do Partido Socialista?

É que se é, estamos conversados. Não é de facto nenhum Partido Socialista, é um PS descaracterizado e sem alma, como há pouco referi.

A questão que queria colocar ao Deputado Artur Lima é muito simples: é saber qual é que era o valor que um doente oncológico receberia com o complemento de 20€ em novembro de 2014 e qual será o valor que um doente oncológico receberá hoje, ou melhor, depois da aprovação deste complemento que hoje iremos aqui aprovar?

Parece-me que é substantivamente diferente. O Sr. Deputado Artur Lima saberá certamente responder melhor que ninguém a esta questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a debater uma medida que é inovadora no contexto nacional e que é um reforço claro no apoio social aos doentes deslocados.

Acho curioso que se aborde esta questão por quem também tendo competências governativas noutra parte do território nacional não tenham aplicado essas medidas que defendem para os Açores no contexto nacional.

Mas a questão mais importante é que o debate virou para uma questão ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal correu mesmo mal ao Presidente do Governo!

O Orador: ... em relação a outro documento da deslocação de doentes que o assumimos aqui na íntegra e que inclusivamente tivemos, mesmo fora do debate, a oportunidade de o explicar.

O que não é possível é gerar uma confusão entre custos de prestação de serviço e apoios sociais, porque aquilo que os senhores vieram aqui criticar nas declarações do Sr. Presidente do Governo foi o Sr. Presidente do Governo ter defendido um critério para um apoio social, não para uma prestação de um serviço (para um apoio social), exatamente o mesmo critério que os senhores propuseram, por exemplo, no COMPAMID e exatamente o mesmo critério e os mesmos princípios que os senhores apoiaram ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! É mentira!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É mestre em baralhar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Correu muito mal ao Presidente do Governo!

O Orador: ... no complemento de pensão, no complemento de Abono de Família e na Ação Social Escolar, porque efetivamente em cada um destes o apoio atribuído é discriminado em função do rendimento e as pessoas que têm menos rendimento, têm mais apoio.

Foi isso que foi aqui dito, reafirmado e é no âmbito do apoio social (e não estamos a falar de uma prestação de serviço, estamos a falar de um apoio social), nesse âmbito, o que aqui o Sr. Presidente do Governo defendeu foi aquilo que os senhores, se assumirem em consciência, não só defenderam,

como propuseram, como está aplicado ao nível dos apoios à aquisição de medicamentos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o tradutor do Presidente do Governo!

O Orador: ... aos apoios ao Complemento Regional de Pensão, aos apoios ao complemento ao Abono de Família e à Ação Social Escolar, onde evidentemente as pessoas com menos rendimento têm mais apoio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como?

O Orador: Foi isto que foi aqui dito e vamos repor as questões onde elas devem estar, porque é esta a essência desta matéria e não aquela que os senhores tentaram colocar na questão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice. Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Oh Sr. Vice-Presidente, sou obrigado a avivar-lhe a memória e a lembrar-lhe que o senhor cometeu aqui ... enfim não disse a verdade, quando diz que foi o mesmo critério que nós (e entendi que estava a dirigir-se ao CDS) aplicámos no COMPAMID.

Não é verdade, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem aprovou o COMPAMID fomos nós!

O Orador: Permita-me que lhe lembre, que quando foi aprovado o COMPAMID era para todos.

O Governo em sede de Plano e Orçamento é que fez uma norma no orçamento em que os diferenciava relativamente aos rendimentos familiares. Foi proposta do Governo, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então não é uma inovação!

O Orador: Não foi do CDS. Foi proposta do Governo.

Não, não, Sr. Vice-Presidente!

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo Regional e o Deputado Aníbal Pires)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Quando os senhores acabarem o diálogo eu depois vou à conversa. Estava a esclarecer e primeiro o Sr. Vice-Presidente cometeu aqui ... Não foi correto na afirmação que fez.

Portanto, a proposta, o COMPAMID era para todos.

Os senhores resolveram cortar a seguir, mas foi o Partido Socialista, não foi o CDS.

Portanto, feita esta correção vamos a outra.

Sr. Deputado Aníbal Pires, é verdade, confirmo, que com a tabela que existia antes o doente oncológico recebia muito mais do que vai receber com esta. Recebia, no mínimo, no escalão mais baixo, 51€. No mínimo!

Perante isso o senhor tem aqui a tabela antiga, tenho a nova e, portanto, é só fazer contas.

Agora o que queria aqui referir e com toda a serenidade (o Sr. Presidente do Governo não está e também não quero ...) mas eu acho que fazer aquele discurso ... Ficaria talvez bem a um partido da oposição até extremista como às vezes acusam alguns de nós aqui. Agora um discurso justiceiro, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... demagógico e populista, acho que não é admissível no Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Lamentável!

O Orador: Acho que ele excedeu-se e não queria efetivamente dizer o que disse.

Se são socialistas estão torcendo-se de dores de ouvirem ...

Nem o partido mais populista era capaz de fazer aquilo que foi aqui ouvido.

Deputado José San-Bento (PS): Para defender o PS estamos cá nós!

O Orador: Efetivamente se essa é a política social do Partido Socialista daqui para a frente tirar aos ricos...

E vamos ver quem são os ricos a quem o Sr. Presidente do Governo tira?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 800€! Milionários!

Deputado José San-Bento (PS): O que é o código do IRS?

O Orador: É quem tem 800€ por mês ou 1000€ para viver.

Já é rico!

Faz justiça pelas mãos: tira ao rico para dar ao pobre.

Quando é necessário, que eu saiba, ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José San-Bento)

O Orador: ... a política de saúde em Portugal é financiada única e exclusivamente pelos impostos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ora aí está!

O Orador: E mais uma ilegalidade.

É que se os senhores estão a tirar dinheiro como tiram que até hoje não explicaram o que é que fazem à taxa moderadora estão a cobrar a taxas

moderadoras aos açorianos para financiarem a má gestão do Serviço Regional de Saúde. O senhor está a roubar os açorianos para financiar a má gestão do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputado José San-Bento (PS): Dobre a língua, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... porque o Serviço Regional de Saúde não pode ser financiado com taxas moderadoras e é isso que os senhores estão a fazer e isso é que é meter a mão no bolso aos açorianos, Sr. Deputado José San-Bento, porque os senhores não podem financiar ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... o que é feito do dinheiro das taxas moderadoras.

Qual foi o objetivo da taxa moderadora que os senhores cobram nas urgências?

Qual é o objetivo?

Deputado José San-Bento (PS): Moderar!

O Orador: O senhor não modera o que não é dependente da vontade dos doentes.

Os senhores estão a meter a mão no bolso aos doentes.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores são ultraliberais nessa matéria, Sr. Deputado José San-Bento, ultraliberais ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e ficou aqui provado hoje o que é o conceito de justiça social do Partido Socialista e em particular do Governo Regional dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos da Deputada Graça Silveira e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

É para reafirmar exatamente aquilo que foi assumido.

O que é extraordinário é tentar introduzir aqui uma questão que é um critério, que é o mesmo critério que é seguido num todo dos outros apoios sociais.

Os apoios sociais não são atribuídos de forma igual a todas as pessoas independentemente do rendimento.

São maiores quanto menor for o rendimento. É assim no Complemento Regional de Pensão, é assim no COMPAMID, é assim no complemento de Abono de Família, é assim nos apoios da ação social escolar, é assim em todos os apoios sociais.

Trata-se aqui neste âmbito de um apoio social.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Trata-se!

O Orador: Não se trata no acesso a uma prestação de serviço de saúde. Trata-se de um apoio social.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

O Orador: E essa matéria é diferenciada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Nós estamos a falar de apoio a deslocação de doentes. Não estamos a falar do acesso ao cuidado de saúde. É essa a questão essencial!

E o critério é exatamente ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente! O acesso à saúde pública não é pago pela ação social!

O Orador: Deixe-me falar que eu também com toda a paciência evangélica ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Também permitam-me que me possa fazer ouvir nas mesmas condições.

Portanto, o que está aqui (e é essa apenas a questão que está aqui) e que foi dito é que nós estamos a falar de um critério em que a intensidade do apoio tem que ser maior se as pessoas tiverem menor rendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O critério é rapar a classe média. É afundar a classe média!

O Orador: Aliás, é extraordinário colocar essa questão quando é exatamente o mesmo critério que os senhores apoiaram e que apoiam a existência desse critério no Complemento Regional de Pensão, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: ... no complemento regional do Abono de Família, na ação social escolar e no complemento à aquisição de medicamentos.

Tão simples quanto isso.

É apenas isso que está em questão.

Em relação à questão das aprovações do COMPAMID e das alterações se calhar ainda hoje falamos sobre isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu não vou continuar esta discussão.

Apenas lembrar ao Sr. Vice-Presidente que o direito à saúde não é um apoio social.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O direito à saúde não é um apoio social.

O acesso aos serviços de saúde não é apoio social.

O direito a um doente tratar-se não é um apoio social.

Aliás o Sr. Vice-Presidente fez parte de vários governos (sim senhor) e é que veio dizer que tudo o que se fez para trás nessa matéria estava errado ao nível de deslocação de doentes. Andou-se aqui tudo errado!

As portarias anteriores foram alteradas várias vezes estavam todas erradas e todas eram injustas. É isso que se vem dizer.

Agora, Sr. Vice-Presidente, por exemplo, não há nenhum ...

Por exemplo, a ADSE. Não diferencia o apoio à deslocação de doentes conforme o rendimento do seu beneficiário. Todos têm direito por igual.

Aliás, é outro assunto que a gente vai discutir um dia destes que é a ADSE Açores e a ADSE nacional. A gente vai discutir um dia destes.

Portanto, não discrimina.

Estamos aqui a falar de acesso aos serviços de saúde, acesso a tratamentos e, Sr. Vice-Presidente, até poderia admitir o seu raciocínio e a sua lógica, só que ela esbarra numa coisa.

Por que é que o senhor diminuiu o acompanhante?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a diferenciação social!

O Orador: Por que é que diminuiu o acompanhante?

Porque é que diferencia o acompanhante?

Para equilibrar contas, Sr. Vice-Presidente!

Portanto, até aceitava se fosse transversal ao doente e ao acompanhante.

Agora quando o senhor diferencia um do outro o senhor já está a fazer justiça com as suas mãos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E agora?

O Orador: E isso já não tem a ver com apoio social, Sr. Vice-Presidente, e, portanto, está errado o modelo, está muito errado o modelo e é um erro crasso. Espero que os senhores tenham a humildade de o corrigir e para isso estamos nós para apoiar o que for preciso.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Grandes teólogos dos apoios sociais!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, mas apenas um minuto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Muito rápido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, vamos lá colocar as coisas tal como elas são.

V. Exa. diz que este não é um apoio, ou que não é uma prestação de serviço, é um apoio social.

Até pode parecer, Sr. Vice-Presidente, mas efetivamente não é. Isto é garantir o acesso aos cuidados de saúde ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... quando na ilha de residência não existe o serviço de saúde e o cidadão tem de ser deslocado.

Portanto, isto é garantir o acesso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exatamente!

O Orador: Não é nenhum apoio social.

Aliás, socorrendo-me até da intervenção, ou de parte da intervenção do Sr. Presidente do Governo, em que ele referiu isso mesmo.

Não temos condições para ter em todas as ilhas unidades de saúde capazes de dar resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Naturalmente e todos sabemos isso e todos temos consciência disso, por isso mesmo é que há quadro para os doentes deslocados. Portanto, isso é para garantir o acesso aos cuidados de saúde e como tal não deve ser entendido como um apoio social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, o seu raciocínio e o seu discurso desconstrói-se desta maneira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de DLR.

Começamos pela votação na generalidade.

Vamos então votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Não tendo havido nenhuma proposta de alteração e dada a unanimidade na votação julgo que podemos votar todos os artigos deste DLR, que são sete, em conjunto.

Não havendo oposição estão então à votação os sete artigos que compõem este Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos em questão foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado José San-Bento, pede a palavra para?

Para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Queria, apesar da discussão que aqui assistimos e que divergiu muito face à razão da matéria, felicitar o CDS pela apresentação desta proposta e nós votámos a favor dessa proposta do CDS, porque o PS nunca discrimina nenhuma proposta tendo em conta o partido proponente.

Para nós o que interessa é a avaliação de mérito da proposta e boas propostas contam com o apoio do Partido Socialista e é isso que tem de ficar aqui devidamente registado.

Por isso, é que nós pedimos sempre que a oposição faça um bom trabalho, que seja uma boa oposição, que apresente boas propostas, porque com isso nós achamos que nos tornamos uma melhor maioria e achamos que o Governo faz um melhor trabalho.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, venham daí estas boas propostas. É esse o desafio que o PS vos lança, porque nós seremos sempre, como já disse, uma maioria exigente, mas dialogante.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Efetivamente eu acho que hoje esta proposta do CDS que foi em primeiro lugar feita no Plano e Orçamento e aprovada pelo Partido Socialista e obviamente também pelo Governo Regional dos Açores, o que chegámos aqui hoje, pese embora a discussão toda que tenha aqui havido, é que os doentes oncológicos passam a ter mais 20€ por dia. Os doentes oncológicos passam sempre a ter direito a acompanhante e os doentes oncológicos passam também nesta proposta a ter esse apoio até à remissão da sua doença, que antes não tinham e que também é importante referir aqui isso.

É uma proposta que beneficia em muito os doentes dos Açores e, por isso, acho que estamos todos satisfeitos, que foi aprovado por unanimidade. Foi uma boa proposta que foi hoje aqui aprovada e que julgo que os doentes com doença oncológica ficarão naturalmente com um pouco mais de conforto do que tinham antes, pese embora a discussão toda que aqui houve.

O que interessa é focar naquilo que era proposta e que devia ter estado em discussão: a majoração do apoio ao doente oncológico e das outras regalias que a proposta também trouxe.

Isso é que quero salientar e efetivamente que veio desde o Plano e Orçamento, aprovado pelo Partido Socialista e pelo Governo, e hoje aprovado por todos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O PSD votou conscientemente e de forma favorável esta proposta do CDS, porque ela contempla a obrigatoriedade do acompanhante, possibilita a antecipação da entrega do apoio social ao doente deslocado e representa um apoio suplementar ao doente oncológico deslocado.

Somos, no entanto, da opinião que ela vem repor aquilo que foi uma injustiça criada pela portaria de deslocação de doentes ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e achamos que ela teria sido uma muito melhor proposta se adicionássemos este complemento de 20€ diários àquilo que eram os apoios até 9 de março de 2015 prestados a todos os doentes nas suas deslocações, inclusive os doentes oncológicos.

Poderíamos ter tido aqui uma proposta de uma muito maior maximização no apoio social. Tivemos uma proposta positiva do CDS-PP, mas que vem repor aquilo que em algumas circunstâncias foi retirado aos doentes deslocados pela nova portaria de deslocação de doentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto oito da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas”.**

Para a apresentação deste diploma tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, aprovou o regime jurídico de concessão de apoios financeiros às operações de desinfestação e às obras de recuperação de imóveis danificados pela praga das térmitas.

Através deste diploma que revogou o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de julho, manteve-se que a ilegitimidade das candidaturas fosse exclusiva àqueles que já detinham a posse dos prédios infestados antes da entrada em vigor do regime jurídico em apreço.

Pretendia-se através deste requisito de acesso salvaguardar a especulação imobiliária.

A experiência alcançada e a participação da sociedade civil na discussão da problemática da infestação por térmitas no património habitacional nos Açores vieram a aconselhar a alteração do referido requisito de acesso de forma a permitir que qualquer proprietário, coproprietário ou usufrutuário de imóvel possa candidatar-se aos apoios destinados às operações de desinfestação e às obras de recuperação de imóveis danificados pela praga das térmitas.

A introdução desta alteração revela-se necessária para a reabilitação do património edificado, fomentando o dinamismo do mercado imobiliário e a revitalização do setor da construção civil. Este último, naturalmente, afetado pela crise internacional com repercussões no país e na Região.

Da experiência alcançada com a aplicação do atual diploma verifica-se a existência de candidatos ao regime que por terem adquirido ou obtido imóveis através da sucessão hereditária após a entrada em vigor do diploma não preenchem os requisitos e viram as suas candidaturas indeferidas.

Apesar do número não ser muito significativo, diversas vezes trouxeram de facto a público esta preocupação e é neste sentido que o Governo Regional apresenta as alterações conforme é possível verificar ao artigo 33.º e artigo 46.º do diploma em vigor.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O mais recente estudo, realizado pela Universidade dos Açores e da responsabilidade do distinto investigador e ex-deputado, um verdadeiro independente, da bancada do PS, o Professor Paulo Borges (lembra-se dele? Um homem que é sério e reconhecidamente competente!); estima que o custo da erradicação das térmitas de madeira seca na nossa Região pode ascender a 175 milhões de euros.

Este valor atesta a dimensão e gravidade do problema que é a infestação pelas térmitas de madeira seca nas casas dos Açorianos.

É de facto urgente a alteração do acesso aos apoios por parte dos proprietários dos imóveis.

Nesse sentido, esta proposta do Governo é um contributo positivo. Mas (e repito o “mas”) não deixa de ser um pequeno contributo.

Continua a faltar ao Governo Socialista dos Açores a vontade de alterar a sério este diploma de modo a que o mesmo possa ser posto ao serviço das famílias que têm imóveis afetados por este flagelo.

A alteração agora introduzida elimina a obrigatoriedade de o candidato ao apoio ser proprietário, ou coproprietário, do imóvel à data da entrada em vigor do diploma. Estamos a falar do ano de 2010.

Isto resolve de facto e como disse e bem a Sra. Secretária Regional a questão dos imóveis entretanto herdados, mas não resolve a questão de base.

E a questão de base é que este diploma, mesmo com a alteração agora introduzida, não abrange a grande maioria dos proprietários dos imóveis infestados.

A prova disso é que, até agora, (e foram estes os dados transmitidos à Comissão de Política Geral pela Senhora Secretária Regional da Solidariedade Regional, que é quem tem a tutela da Habitação) foram aprovados apenas 44 apoios, num valor total de 700 mil euros.

Estes números deviam envergonhar este Governo.

O diploma, como já referi, é de 2010. Isto significa que estamos a falar de uma média de cerca de 9 habitações apoiadas por ano e de apenas 15 mil euros por habitação. Estes valores significam que este Governo, que diz que combate a praga das térmitas, se limita a fazer-lhe cócegas e a propaganda do costume.

Tão ou mais grave é a assunção de que neste momento não há pedidos a aguardar aprovação.

Não é porque o problema das térmitas não se esteja a agravar.

Não é porque os Açorianos não querem recuperar as suas habitações.

Não é pela falta de vontade de ter obras e trabalho por parte do sector da construção civil da Região, sobretudo os pequenos empreiteiros, que estão numa situação de extrema dificuldade e a lançar gente no desemprego todos os dias...

É sim porque as pessoas sabem que este diploma as exclui do acesso aos apoios! O parecer da Universidade dos Açores e do Professor Paulo Borges alerta para isso mesmo: para a dificuldade no acesso aos apoios.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: O Governo Regional nem sequer se tem preocupado em dirigir as verbas do seu orçamento deste ano, as que estavam destinadas à habitação (e que eram, relembro, de 7,5 milhões de euros para promoção de habitação, reabilitação e renovação urbana) para combater o maior flagelo do parque habitacional dos Açores que é esta praga das térmitas de madeira seca.

Só 700 mil euros investidos desde 2010... Quanto custou o novo C.A.C.A. da Ribeira Grande? Treze milhões, não foi? O que é que faz mais falta aos Açorianos?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é da Ribeira Grande, mas dos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma obra de arte!

O Orador: 7,5 milhões para a habitação na Região e 13 milhões para um Centro de Arte Contemporânea!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a legislação em vigor na Região está direcionada para apoiar uma franja da população que é carenciada (que é de facto carenciada), que tem evidentes e objetivas dificuldades, mas que não é aquela que é detentora dos imóveis infestados por térmitas.

Os donos das casas, na maioria dos casos, pertencem a um escalão de rendimentos ligeiramente acima daquele que é abrangido por este diploma, o que os exclui de imediato do acesso aos apoios e da possibilidade de recuperarem as suas moradias.

As medidas deste Governo para o problema das térmitas, tal como para a maioria dos problemas dos Açorianos, continuam a ser um “faz-de-conta que se faz qualquer coisa”...

As térmitas, que são muito mais competentes na sua atividade destruidora do que o Governo no combate à praga, continuam a dar cabo das casas dos

Açorianos, sem que estes tenham um Governo ou ferramentas que os possam acudir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Agora espero é que, depois deste debate, a Sra. Secretária não faça o mesmo que a sua antecessora, que depois de um debate sobre térmitas que até decorreu em sede de PTAP nesta Casa, desatou a visitar as poucas casas que tiveram intervenções apoiadas, levando consigo a comunicação social porque era preciso fazer a propaganda do costume, tentando fazer de conta que se estava a trabalhar muito e que as medidas de apoio à recuperação das casas infestadas eram um sucesso.

Ora, o que se verificou foi que quem foi eliminada foi a então Secretária Regional e não as térmitas.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

As térmitas continuam a multiplicar-se, os Açorianos continuam sem ter acesso aos apoios e o Governo Regional continua a fazer de contas que se preocupa com isto.

Uma média de 9 casas por ano e de 15 mil euros por habitação é mesmo muito pouco. Os números e os resultados desta governação, bem como a desistência por parte dos Açorianos de concorrer a este tipo de apoios falam por si.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005, de 22 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 2/2008, de 28 de fevereiro, instituiu um regime de apoios financeiros para a reabilitação do edificado infestado por térmitas.

Todavia, tal regime provou ser ineficiente e ineficaz.

Eis que em 2010 pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010, de 30 de junho, foi instituído o regime jurídico de combate à infestação por térmitas, ao qual cabe as alterações agora cirúrgicas em debate e ao qual damos o nosso voto positivo, como não poderia deixar de ser, esperando que esta pequena alteração dê mais algum incentivo para que aumente o número de processos candidatos à reabilitação por térmitas.

Como já foi aqui dito, em Comissão a Sra. Secretária afirmou que os processos eram no número de 44.

Sras. e Srs. Deputados, passados cinco anos da aprovação do regime jurídico de combate à infestação por térmitas, importa sim avaliar a implementação e os seus efeitos.

A monitorização da infestação por térmitas na Região, como já disse, desde 2004 na ilha Terceira, desde 2010 na ilha de S. Miguel e 2014 nas restantes ilhas; em 2009 os resultados em Angra do Heroísmo e desde 2010 a partir dos resultados de S. Miguel demonstraram que a infestação continua em fase de expansão, não só devido à dispersão natural das térmitas, mas também devido ao transporte de materiais infestados.

Assim, estima o estudo que o nível de infestação por *cryptotermes brevis* em Angra do Heroísmo tenha aumentado de 56% em 2010 para 103% em 2011,

uma evolução preocupante, mesmo que o objetivo fosse o controlo e a atenuação da infestação.

No entanto, o Governo Regional declarou publicamente que pretendia em articulação com a Universidade dos Açores erradicar a praga no prazo de 10 anos nas zonas urbanas mais afetadas.

Mas tal como a realidade nos prova não só corremos o perigo de não erradicar, como a expansão está a decorrer.

Portanto, algo está mal, Sras. e Srs. Deputados, e está mais do que provado que este caminho, inclusive as más práticas e procedimentos do Governo Regional, inclusive a falta de fiscalização, a falta de certificação de aterros, etc., etc., etc., não só não erradicam, como estão a fazer de conta que fazem. Estão a promover a proliferação da praga.

Portanto, voltando ao início, votaremos esta alteração cirúrgica. É pouco, é muito pouco para a praga e para a extensão da praga e para o problema que nós temos nas nossas ilhas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Ana Espínola tem agora a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A praga das térmitas é reconhecida e está comprovada cientificamente desde 2002.

A preocupação atinge 6 das 9 ilhas dos Açores... Tarda-se, porém, bem à semelhança de outras situações (como, por exemplo, já constatamos durante esta semana com o fim do regime de quotas leiteiras...) em se definir uma estratégia política de combate à praga. E o grande problema é que esta praga está escondida e é silenciosa!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em 2008, este Parlamento, aprovou uma proposta do CDS-PP que definiu, pela primeira vez, no quadro jurídico regional, um regime de concessão de apoios financeiros à desinfestação e às obras de reparação de imóveis danificados pela infestação de térmitas.

Em 2010, fruto da experiência no terreno e da constatação dos poucos apoios concedidos, apesar das muitas candidaturas a apoios que foram entregues, que havia necessidade de se introduzir alterações no diploma.

Para além dos apoios, procurou-se agregar num único documento a legislação que permitisse também estabelecer medidas de controlo e combate à infestação por térmitas.

Ora, desde o estabelecimento destas novas regras, ou seja, de 2010 até à presente data, como já foi referido, apenas 44 candidaturas, no valor total de apoio de 700 mil euros, foram aprovadas...

Parece-nos manifestamente pouco para a real dimensão do problema que nos afeta...

É uma gota de água no oceano, face ao imenso património que se encontra infestado e que necessita de urgente intervenção.

A que será que se deve este aparente desinteresse por parte dos Açorianos?

À falta de divulgação deste regime de apoios?

À burocracia inerente ao processo de candidatura?

À pouca atratividade deste sistema de apoios?

À falta de informação e esclarecimento às populações face a esta praga?

Algo necessita, efetivamente, de ser revisto e o modo do Governo Regional atuar sobre este problema também necessita ser repensado.

Não se pode continuar a fazer de conta que o problema não existe...

E as verbas irrisórias de apoio concedidas e as verbas escassas que estão inscritas em sede de Plano e Orçamento para fazer face à praga são infinitamente menos do que os 175 milhões de euros previstos por estudos

técnicos e científicos necessários para a reconstrução dos edifícios das zonas afetadas pela térmita de madeira seca...

Existindo um mapeamento das zonas mais afetadas e com necessidade urgente de intervenção não seria lógico dar prioridade ou prever majorações nos incentivos a candidaturas que estivessem nessa área de abrangência?

Tendo em conta (e esperando) que o Governo tenha estudos que avaliem a evolução desta praga, não seria expectável que fossem realizadas campanhas de sensibilização para que os proprietários dos edifícios de zonas mais críticas fossem incentivados a promover a desinfestação dessas mesmas habitações?

Portanto o que se pretende saber é qual o ponto da situação da praga das térmitas?

Está circunscrita? Está controlada?

Está a ser combatida com eficácia?

São algumas questões que nos preocupam...

Erradicar a praga não é fácil, nem sequer simples! No entanto, não a combater de forma eficaz não é aceitável...

E se tal acontece é porque ainda não foi alcançada uma estratégia verdadeiramente eficiente!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Debatemos nesta casa uma proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de Junho que aprovou o regime jurídico do combate à infestação por térmitas, nomeadamente uma alteração simples, mas cirúrgica ao artigo 33.º que se refere aos requisitos de acesso e uma alteração ao

artigo 46.º onde se confere um nova redação à transmissibilidade da titularidade do direito ao apoio para pessoas singulares.

Estas alterações pretendem claramente aumentar a acessibilidade ao diploma por parte das pessoas afetadas por esta praga, potenciando o aumento de candidaturas aos apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados pela infestação por térmitas, eliminando a obrigatoriedade de propriedade do imóvel na data de entrada em vigor deste diploma em 2010.

Foi já referido pela Sra. Secretária, que no passado colocou-se esta obrigatoriedade por motivos de especulação imobiliária, onde se pretendia evitar que no mercado imobiliário se adquirissem imóveis a preços reduzidos, que estes fossem reabilitados com apoios públicos, e que posteriormente fossem vendidos com mais-valias significativas.

Mas a prática e a experiência da aplicação deste regime jurídico, demonstrou que este condicionamento no requisito de acesso tem tido efeitos mais negativos do que positivos para a obtenção do objetivo principal a que todos nós, nesta Casa, nos propomos, o combate a este sismo silencioso, o combate à praga urbana das térmitas.

Ao longo da última década, estudos científicos comprovaram a naturalização nos Açores de, pelo menos, quatro espécies de térmitas, uma térmita da madeira seca, uma térmita de madeira viva e duas térmitas subterrâneas. Estas espécies, todas elas exóticas, chegaram aos Açores há algumas décadas, encontram-se atualmente bem estabelecidas, e teme-se que alastrem nos próximos anos a outras zonas do arquipélago onde as condições ambientais lhes sejam favoráveis.

O acompanhamento da expansão destas espécies e os crescentes danos por elas causados em imóveis, veio comprovar que as condições climáticas existentes na região litoral do nosso arquipélago, aliadas ao tradicional recurso pela arquitetura civil açoriana a coberturas, tetos e soalhos em madeira, criam

condições favoráveis à expansão da infestação por térmitas e potenciam graves danos ao património existente.

Apesar da sua deteção apenas ter sido cientificamente comprovada em 2002, numa fase em que a praga já ocupava extensas áreas das cidades de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, a térmita de madeira seca, constitui atualmente a praga urbana mais preocupante nos Açores, cujos impactos económicos e patrimoniais têm suscitado uma preocupação considerável junto dos cidadãos, junto dos partidos políticos e também da comunidade científica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Nesse contexto, o processo legislativo que hoje aqui damos continuidade, e que constituí mais um passo importante na adequação e resposta à sociedade civil em geral mas também à comunidade científica, iniciou-se pela Resolução do Conselho de Governo Regional n.º 131/2004, de 16 de setembro, que criou um grupo de missão destinado a estabelecer um programa de combate às térmitas e a coordenar as ações necessárias à sua execução.

Em resultado, foram elencadas diversas medidas cuja implementação consideraram fundamental para o extermínio, controlo e prevenção da infestação de térmitas na Região Autónoma dos Açores e criado também pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de julho, onde se criou pela primeira vez um regime de apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas. Foi na altura proposto pelo Governo Regional dos Açores, mas também obteve a concordância e a unanimidade de todos os presentes nesta Casa. Posteriormente, o mesmo diploma, foi alterado por uma iniciativa do CDS-PP que também foi aprovado por unanimidade.

Passados 6 anos desta prática e da experiência obtida pela aplicação daqueles dispositivos legais e os resultados e experiências realizados pela nossa comunidade científica, resultou em nova iniciativa legislativa por parte do Governo Regional dos Açores ao aprovar o Decreto Legislativo Regional agora

em discussão, no ano de 2010.

O diploma pelos pareceres obtidos em fase de audição em comissão, e pelo debate e contributos de todos os partidos presentes foi considerado como inovador, um salto qualitativo, e que reuniu num só diploma a regulamentação de diferentes atribuições, competências e medidas inerentes ao combate à infestação por térmitas, como por exemplo o controlo e combate à infestação, o sistema de certificação, o regime jurídico de concessão de apoios financeiros e o regime jurídico aplicável aos transportes e destino final dos resíduos.

Com este diploma, passou a ser fixado, por resolução de Conselho de Governo e para cada espécie de térmitas as freguesias cujo território deve ser considerado como área potencialmente infestada, incluindo os seus mapas de risco de infestação.

Foram também criadas medidas de controlo da infestação, nomeadamente a proibição da introdução de térmitas vivas ou os seus ovos viáveis, madeiras, plantas, mobiliário e outros materiais de madeira.

Foi criado o sistema de certificação de infestação por térmitas e definidas as competências de todos os intervenientes no sistema.

Foram também definidas com maior precisão as regras de acondicionamento dos resíduos infestados por térmitas, sujeitando-os às regras de registo estabelecidas para os resíduos perigosos.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Foi também alterado o regime jurídico da concessão de apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados por infestação por térmitas, passando a ser possível a comparticipação das despesas inerentes à realização da operação de certificação, desinfestação de edifícios ou frações autónomas de edifícios, com recurso a peritos qualificados e operadores de desinfestação certificados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Por todo esta contextualização, evolução legislativa por unanimidade, evolução do conhecimento científico, experiência e prática sobre esta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que as propostas de alterações apresentadas pelo Governo Regional dos Açores, e hoje aqui debatidas por nós, são mais um claro contributo que visa contribuir para a sustentabilidade do setor da construção civil, que em conjunto com outras medidas implementadas no âmbito da habitação pretende continuar o processo de dinamização do mercado imobiliário, onde se pretende promover o regresso das pessoas aos núcleos e aglomerados urbanos, sendo estas os principais atores para uma boa política de manutenção, conservação e preservação do edificado, bem como no combate à praga urbana das térmitas.

Deste modo, o Partido Socialista continua a cumprir com os seus compromissos, continua e continuará a criar, a reformular e a adaptar Legislação em matéria de habitação e reabilitação urbana com o objetivo de melhorar as condições de vida de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo a algumas das questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, designadamente no que concerne às dotações disponibilizadas para este efeito.

Como bem sabe, penso que atendendo a que é uma matéria da sua particular atenção, estas dotações estão inscritas num programa de recuperação e habitação degradada e reabilitação e renovação urbana do Orçamento da Região, cuja dotação ascende a cerca de oito milhões de euros.

Portanto, não é pela ausência de dotação que não existem nem candidaturas, nem aprovações.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é um problema de dotação!

A Oradora: Segunda questão, Sr. Deputado.

Quanto à inexistência de processos de pendentes. Eu pensava que isso era um aspeto positivo. Dava conta de que os processos são apresentados, são analisados, aprovados ou rejeitados em função de cumprirem ou não cumprirem os critérios.

Portanto, Sr. Deputado, o que lhe quero dizer é que é assim. Estamos numa fase de candidatura que começou a 1 de abril e termina a 30 de junho.

O que é desejável é que surjam agora candidaturas, que sejam apreciadas em tempo adequado e próprio.

Portanto, não há candidaturas pendentes e penso que isso é um aspeto positivo.

Depois, quanto ao parecer da Universidade dos Açores.

Acho que lemos os dois o mesmo parecer, a não ser que se tenha debruçado sobre outro.

O que leio é que aqui na alínea b) dos considerandos é dito que “após 10 anos de investigação científica com investimento público e privado assinável existe conhecimento técnico na biologia das quatro espécies conhecidas na Região; existem estratégias para combate das térmitas e estão disponíveis várias técnicas para o combate e erradicação das várias espécies”.

Também é dito, Sr. Deputado, se não estou enganada, que o parecer dos investigadores da Universidade dos Açores em relação à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 52 – Alteração do Decreto Legislativo Regional tal, tal ..., “que aprova o regime jurídico de combate à infestação por térmitas é positiva já que demonstrou que era urgente a introdução e alterações, nomeadamente no que refere ao requisito de acesso aos apoios”.

Quanto ao resto do parecer são questões de outra natureza que não desta que hoje aqui apreciamos.

Um aspeto que referenciou e que tem a ver com condições de acesso designadamente ao nível dos rendimentos para efeito destes apoios.

Sr. Deputado, este diploma, e inclusivamente essas condições, foram aprovados por esta Assembleia Legislativa Regional e inclusivamente não terá sido por si mas pela Sra. Dra. Carla Bretão que então assumiu aqui funções nesta Assembleia.

Portanto, por todos os que aqui estão presentes, por todos os partidos aqui representados, incluindo as questões dos rendimentos de acesso.

Penso que, quanto a isto, a todas estas questões estamos devidamente clarificados.

Quanto ao demais e às outras questões que aflorou, penso que mais enquadráveis em termos de um bailinho de carnaval, portanto fora de tempo e fora de espaço.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

Eu penso que terei sido bastante claro na minha intervenção inicial, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Foi!

O Orador: ... dizendo que o PSD acha que esta medida é positiva e portanto vamos votá-la a favor.

No entanto o PSD também foi claro naquela que foi a sua exposição de preocupações, dado o momento que vivemos e o tempo que já passou, entre tudo aquilo que foi discutido nesta Casa e aprovado nesta Casa, com o tipo de

votação que a Sra. Secretária agora referiu, portanto houve aqui uma evolução quer no tempo, quer nas preocupações, quer nos danos causados das casas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Causados das casas?

O Orador: Causados nas casas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: As preocupações do PSD são, tão-somente, as mesmas dos açorianos que têm casas com este problema e que o querem ver resolvido.

Bom, falou-se aqui em especulação imobiliária, eu acho que por exemplo, é um bom exemplo esse, não é um caso que nos deva preocupar hoje. O mercado mobiliário está moribundo e portanto falar de especulação imobiliária ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está renascendo!

O Orador: Talvez com as *low cost*, haja um certo renascimento do mercado imobiliário, mas não está havendo. Está moribundo.

Portanto, já que me resolveu brindar com o mimo do bailinho de carnaval (e se quiser terminar a sua chamada telefónica, eu também posso esperar, Sra. Secretária) ...

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado, tem que continuar.

O Orador: Eu tenho que esperar porque estou a dirigir-me à Sra. Secretária e ela está ao telefone.

Presidente: Sr. Deputado, o tempo vai continuar.

O Orador: Muito obrigado.

... também lhe devo dizer que esperava que a sua experiência como Presidente da Câmara Municipal de Angra, que é uma das cidades mais flageladas por esta praga, lhe pudesse trazer medidas mais inovadoras do que esta. Mas não. Também não trouxe!

Portanto, nós sabemos, até pela intervenção do Sr. Deputado André Rodrigues, que os diagnósticos estão todos feitos e estão bem-feitos, agora, resultados é que não há! Obras, não há! Requalificação urbana, não há! Eliminação dos materiais infestados nas casas que estão contaminadas também não há porque as pessoas não estão a requalificar as habitações, daí que o problema da praga se esteja a alastrar.

Portanto, fomos todos muito claros na nossa explanação de motivos, o PSD vai votar a favor, mas é preciso fazer mais.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições?

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Peço a palavra para esclarecer algumas questões pertinentes que foram aqui suscitadas na vertente ambiental do diploma, às quais correspondem preocupações manifestadas, nomeadamente pela Sra. Deputada Lúcia Arruda e pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, preocupações que são naturalmente

pertinentes se tivermos presente a importância e o impacto que esta praga tem tido.

Queria dar-vos nota, julgo que será do vosso conhecimento, mas penso que é importante relembrar, de que em curso neste momento estão dois projetos.

A monitorização está em curso e está um projeto de controlo de térmitas subterrâneas na Terceira, e um também a ser implementado no Faial; temos em curso um projeto de monitorização da térmita da madeira seca em todas as ilhas onde a sua presença está confirmada.

Mas mais importante, efetivamente, ou tão importante, aliás, quanto isto, é a nota que queria deixar da adjudicação à Universidade dos Açores da elaboração do plano de controlo e erradicação das térmitas de madeira seca para o período de 2016/2024.

Na sequência desse plano serão atualizados os mapas de risco e estimamos que a elaboração desse plano até pelo vastíssimo conhecimento científico que a Universidade dos Açores detém nesta matéria, possa trazer um conjunto de outros contributos importantes à abordagem desta matéria.

Suscitaram ambos, a Sra. e o Sr. Deputado, a questão da fiscalização que é de facto uma questão fundamental nesta matéria.

Julgo que convém também termos presente que, e nos termos daquilo que está, aliás, no diploma salvo erro no art.º 49.º, há várias entidades que partilham entre si, consoante os seus níveis de intervenção, esta fiscalização, ou seja, a administração mas também as autarquias locais e as entidades policiais e fiscais que desempenham um papel importantíssimo, por exemplo, no que se refere a trocas comerciais e à importação de bens.

Naturalmente, que também é necessária a contribuição neste esforço da própria população, por exemplo, na deposição correta dos aterros e nessa matéria tem sido também feito um grande esforço de sensibilização por parte do Governo.

Naturalmente, que temos consciência de que esta é uma tarefa que ainda demandará de nós um grande empenho, mas é trabalhando e procurando as soluções para os problemas que poderemos almejar resolvê-los.

Uma última referência, porque creio que se deverá certamente a um lapso por parte da Sra. Deputada Lúcia Arruda, que referiu que não havia aterros certificados, existem aterros licenciados ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Quantos?

A Oradora: Eu creio que são 3, mas não posso responder de cor, mas posso garantir-lhe que existem aterros licenciados e existem também operadores licenciados para este tipo de resíduos.

Certamente não estará tudo feito mas cá estamos para continuar a fazer aquilo que ainda é necessário.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

Indo um bocadinho a reboque da questão levantada pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares acerca das questões ambientais, eu acho que fez bem em trazer esta questão porque julgo que, de facto, nós temos ainda uma carência grande de eficácia e de existência de operadores licenciados para a eliminação dos materiais infestados com térmitas.

Portanto, se nos pudesse aqui esclarecer quais são esses operadores e em que ilhas é que estão localizados e como é que se está a proceder ao transporte e à remoção desses materiais para destruição, gostaria que o pudesse fazer nesta Casa.

Até porque todos sabemos que as centrais de valorização energética de resíduos estão atrasadíssimas: a da Terceira está em construção, ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Ainda bem!

O Orador: ... a de S. Miguel não existe e nas outras ilhas não há.

Portanto, gostaria que me dissesse como é que se vai resolver este problema, como é que se via proceder à erradicação desta praga sem obras, até porque todos nós nos lembramos que o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente fez uma promessa de que erradicaria a praga das térmitas de madeira seca em 10 anos. Eu quero ver como é que os senhores vão cumprir porque afinal parece que há muita gente que faz promessas para 10 anos, não é o PSD. Há muita gente que quer compromissos para 10 anos e o Secretário da Agricultura e Ambiente prometeu aos açorianos que iria eliminar as térmitas em 10 anos. Quero ver como é que é.

Depois, assistimos em Comissão de Política Geral, o Sr. Deputado San-Bento, que faz doudas intervenções acerca dos mais variados assuntos da política regional, a dizer que as térmitas não eram para erradicar, que eram para controlar.

Então em que é que ficamos?

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Disse sim senhor. Está no relatório. Vá ler!

Em que é que ficamos? Na posição do Secretário Regional da Agricultura e Ambiente que é para erradicar em 10 anos, ou na posição do Deputado José San-Bento que diz que não é para erradicar?

Portanto, é importantíssimo que estas questões sejam esclarecidas e que os açorianos percebam da seriedade com que se tratam estes assuntos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem agora a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Não sei se posso?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode! Então não pode!

A Oradora: ... debate só para dar aqui algumas achegas, algumas informações, a algumas questões que foram colocadas por outros partidos, nomeadamente o CDS-PP, que sugeriu que deveriam existir campanhas de sensibilização feitas às populações.

Eu devo dizer que essas campanhas de sensibilização já existem ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Existiam!

A Oradora: ... já foram feitas uma data de ações e eu vou elencar algumas para que fique registado.

Em 2014, em maio e junho de 2014, foi feita uma edição de formação, de ações de sensibilização à população nas ilhas de S. Miguel e Terceira, num total de 40 participantes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nas outras não há térmitas!

A Oradora: ... tendo sido nessa ação de sensibilização distribuído material adequado para que as pessoas tivessem conhecimento, nomeadamente ao nível de folhetos, desdobáveis, para uma melhor informação à população sobre este problema.

A segunda edição foi feita na Terceira, em todas as freguesias da Ilha Terceira, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 e foram realizadas cerca de 30 ações em que foram abrangidas cerca de 200 pessoas num regime pós laboral.

Nesta segunda edição, Sra. Deputada, foram já entregues uns kits com armadilhas com térmitas, térmitas aladas capturadas, blocos de madeira com galerias e pelotas focais porque se não se conhecer não se vai identificar nas nossas casas o que é que é a praga das térmitas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para quando forem fazer casas saberem que ela vai cair!

A Oradora: Mais recentemente foi realizada uma ação de formação sobre direitos, legislação do ambiente, destinada a vigilantes da natureza, à GNR, à PSP, Polícia Marítima que foi organizada pela Inspeção Regional do Ambiente e onde foram transmitidas informações relevantes ao nível deste procedimento e dos procedimentos que devem ser tidos em conta aquando da deteção da praga das térmitas.

Mas não ficamos por aqui. Temos ações futuras, já em maio está prevista uma ação de sensibilização com a Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, destinada a um público alvo muito específico, os profissionais da construção civil porque eles na sua atividade laboral, na sua atividade profissional podem deparar-se com uma infestação de térmitas e é importante que as conheçam.

Também está a ser dado apoio, ou será dado apoio à junta de freguesia do Porto Judeu, numa ação de monitorização tendo em conta que existe no Porto Judeu uma zona bastante afetada e é importante por isso dar uma formação mais específica às pessoas, aos funcionários das juntas, nomeadamente ao nível da montagem das placas que serão adquiridas pelo Governo Regional, bem como identificação da praga.

Por fim também está previsto já para o próximo ano letivo ações de formação e sensibilização em escolas da Região Autónoma dos Açores.

Desta forma pretende-se que cada vez mais pessoas fiquem sensibilizadas e tenham conhecimento do que é que é a praga das térmitas e como devem preveni-la.

Também ao nível da formação e isso é importante, foram já certificados 30 peritos que se encontram distribuídos por todas as ilhas dos Açores tendo essa formação sido dada pela Direção Regional do Ambiente.

Está previsto também a realização de ações de sensibilização para os técnicos das Câmaras Municipais dos Açores, em especial das ilhas onde existem a deteção da praga das térmitas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são? Não sei quais são!

A Oradora: Outra questão que se falou aqui foi a falta de fiscalização e a falta de certificação por parte dos aterros, julgo que pela Deputada Lúcia Arruda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há aterros!

A Oradora: Além das entidades fiscalizadoras que a Sra. Secretária Regional já ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Mas quais são as certificadas?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): 41 fiscalizadores para nenhuma certificada!

A Oradora: A Sra. Deputada pode ter acesso a esses dados se ler o diploma. As entidades fiscalizadoras estão definidas no art.º 49.º.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Entidades fiscalizadoras! Art.º 49.º.

Gostava de informar a câmara que ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Se quiserem ouvir. Se não eu sento-me, vou-me embora.

De todas as inspeções que a Inspeção Regional do Ambiente já realizou ao longo desses anos, foram detetadas sete ações que culminaram na eliminação de materiais infestados com térmitas, incluindo os resíduos de obras.

Gostava de referir que existe um procedimento definido em que todos os detentores de resíduos infestados com térmitas são informados das obrigações legais associadas ao transporte e à eliminação dos mesmos, sendo esse acompanhamento feito pela Inspeção Regional do Ambiente, de forma a garantir a queima ou o destino final adequado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A queima! Só pode!

A Oradora: A queima é permitida, Sr. Deputado!

Além do mais sempre que os detentores de térmitas, no âmbito das vistorias e fiscalizações em imóveis, o proprietário é informado das suas obrigações legais para proceder à desinfestação e é enviada uma lista para a autarquia respetiva, no sentido desta ser informada da situação e proceder em conformidade, no âmbito das suas competências tendo um prazo, em regra, de 180 dias.

Já não sei quem é que falou ...

Falou-se da parte dos operadores licenciados e dos aterros.

Relativamente a essa questão gostaria de dizer que são 3 os aterros licenciados: AMISM; TerAmb e Amit. Aterros licenciados.

No entanto não quer dizer que não existam locais de deposição de resíduos ou locais de tratamento de resíduos infestados com térmitas.

Em termos de operadores licenciados existem quatro operadores; a Equiambi, a Varela, a Serralharia do Outeiro, em S. Miguel e na Terceira.

Para além disso em todas as ilhas onde existe infestação de térmitas, foram definidos locais de destino final adequado das madeiras infestadas por térmitas. Existem nas ilhas todas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Afinal não há!

A Oradora: Quer alguma ilha em especial?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): S. Miguel.

A Oradora: Quer S. Miguel. Em S. Miguel a queima é feita num parque (pode ser feito e autorizado no parque das Obras Públicas, um local devidamente controlado).

Poluição energética, através da Tecnovia Ambiente.

Deposição em aterro, num aterro de resíduos não perigosos e resíduos urbanos da AMISM.

Portanto, todos os locais estão definidos e licenciados. Pode não ser um licenciamento oficial, é verdade, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Faz toda a diferença!

A Oradora: ... mas são autorizados...

Sr. Deputado, são autorizados, locais autorizados para o tratamento de resíduos.

Todas as ilhas onde existe infestação de térmitas, existe um local adequado de destino final.

Obrigada, Sra. Presidente.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O especialista!

O Orador: Uma intervenção muito rápida para esclarecer o Sr. Deputado Luís Rendeiro e de facto para deixar claro que não há, no meu entender, qualquer incoerência.

O que eu efetivamente disse (chamei a atenção) foi para o facto de (e esta é a minha opinião há muitos anos) se nós atendermos aos direitos e às garantias que a legislação sobre a propriedade privada confere aos titulares de imóveis em Portugal, eu não acredito que seja possível erradicar as térmitas.

Portanto, isso tem a ver com a estrutura urbana das nossas cidades.

Portanto, a questão é tão simples quanto isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem de explicar isso ao secretário! Organizem-se!

O Orador: É a minha opinião há muitos anos.

Todavia, eu saúdo a ambição quer do Governo, quer de vários autarcas que reiteradamente afirmam que querem erradicar as térmitas das suas cidades.

Sabe que mais: eu até espero estar enganado e desejo-vos as maiores felicidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

Eu ouvi com atenção as intervenções todas que aqui foram efetuadas e a explicação por parte quer das Sras. Secretárias Regionais, quer por parte dos Deputados da bancada do PS que fizeram aqui intervenções, eu estava à espera que alguém anunciasse aqui medidas significativas para que se pudesse combater com resultados a praga das térmitas...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Eu também, Sr. Deputado!

O Orador: ... como por exemplo o lançamento de um programa à escala regional para requalificação do parque habitacional açoriano e erradicação da praga, mas não! O PS engonhou (e peço desculpa por utilizar este termo assim infantil) no debate, tal como anda a engonhar no combate à praga.

Portanto, não se consegue combater a praga sem um programa ambicioso de requalificação do parque habitacional da Região e o passado demonstra que os senhores não são capazes de o fazer. Quarenta e quatro habitações apoiadas, 700 mil euros de investimento, é nada meus senhores! É a vossa governação!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volto a debate sobre o tema em questão porque o Sr. Deputado Rendeiro tem falado sobre a não execução por parte do Governo do seu descomprometimento, e também falou numa questão particular sobre a seriedade.

O Sr. Deputado também nas suas intervenções e nomeadamente no estudo por exemplo que referiu dos 175 milhões ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um estudo sério!

O Orador: ... do Estudo da Universidade dos Açores, pegou nesse estudo pegando só no parágrafo que aparece no parecer da Universidade dos Açores em Comissão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está lá ou não está lá?

O Orador: Parece que o Sr. Deputado não foi ler o estudo realizado pela Universidade dos Açores em que diz claramente que os custos para tratamento atual dos edifícios infestados são de 50 milhões de euros e faz só referência aos 175 milhões de euros para a reconstrução total desse mesmo edificado.

Portanto, quando falamos de seriedade temos que colocar todos os números em cima da mesa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Quando também falou do parecer da Universidade dos Açores também só se referiu à parte negativa, à parte da fiscalidade, a todas as questões que a parte científica coloca negativa sobre o parecer.

Não disse que o parecer foi positivo, não disse que hoje claramente reconhecem que o Governo dos Açores tem feito um bom trabalho no combate às térmitas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não concordo com a parte do bom trabalho do Governo!

O Orador: Não referiu que temos 10 anos de investigação científica com um investimento público e privado assinalável.

Não referiu que já existe legislação onde temos um sistema de certificação, temos todo um conjunto de medidas que inclusive beberam de propostas da comunidade científica para a sua execução.

Não referiu que já temos os mapas de risco publicados e que agora com a monitorização vai-nos permitir atualizar esses mapas de risco.

Não referiu que eles reconhecem que já existe um projeto de erradicação para a térmita subterrânea na Praia da Vitória, que se pretende também agora iniciar o mesmo projeto para a cidade da Horta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É monitorização e erradicação!

O Orador: Quer dizer, só refere claramente aquilo que interessa ao PSD.

Por último, dizer claramente que o Sr. Deputado apresentou algumas questões até pertinentes, na questão do acesso mas o PSD (da mesma forma que o Sr. Deputado acusa o Governo dos Açores, de fazer de conta) também faz de conta. Propostas para apresentar uma solução que permita um maior acesso às pessoas, até hoje ainda não chegou nada a esta bancada nem a esta Assembleia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu registo com agrado que o PS neste momento, pela sua intervenção Sr. Deputado André Rodrigues, gostava que o PSD fosse governo, mas não é.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Governo é o PS e portanto compete-vos a vós liderar a resolução destes problemas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande tarefa!

O Orador: Portanto, nesse sentido, e voltando à questão da seriedade, que muito bem aqui abordou, eu gostava que me respondesse a uma questão muito simples.

Referiu-se aqui, e bem, que o tratamento das casas pode custar até 50 milhões de euros e não os 175 milhões que o estudo refere para um grande trabalho de construção civil, gostava que me dissesse se o tratamento previne ou permite que haja reinfestação dos imóveis tratados?

Na minha opinião e na opinião do PDS, gastar 50 milhões de euros num tratamento que a seguir permita a ocorrência de reinfestações, é deitar dinheiro fora.

Portanto, o que a Região precisa é que os proprietários dos imóveis sejam ajudados, sejam apoiados para poderem eles próprios recuperar as suas habitações.

É isso que o PS não quer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

Penso que poderei colocar à votação os dois artigos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Está concluído o ponto 8 da nossa Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vou também interromper os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 29 minutos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A redatora, Ana Sofia Machado

P'la redatora, Noélia Escobar